



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – NCET

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA – PPGG

MARCEL EMÉRIC BIZERRA DE ARAÚJO

**A VIDA E A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES
EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA**

Porto Velho, RO

2015

MARCEL EMÉRIC BIZERRA DE ARAÚJO

**A VIDA E A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES
EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Linha de Pesquisa: Território, Representações e Políticas de Desenvolvimento – TRSD;

PORTO VELHO, RO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

A663v

Araújo, Marcel Eméric Bizerra de.

A vida e a produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União /
Marcel Eméric Bizerra de Araújo. -- Porto Velho, Rondônia, 2015.
113 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de
Rondônia – UNIR.

1. Geografica agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. DURAMAZ I. Silva,
Ricardo Gilson da Costa. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR. III. Título.

CDU: 911.373

Bibliotecária Responsável: Edoneia Sampaio CRB 11/947



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCEL EMÉRIC BIZERRA DE ARAÚJO

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientador Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Josué da Costa Silva e Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva, reuniram-se no dia 07 de outubro de 2015, às 17:30 horas na sala Josué de Castro, Bloco 1N, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "A Vida e a Produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União-Rondônia", do mestrando Marcel Eméric Bizerra de Araújo, matrícula 201310046. Após a explanação do mestrando e arguição da Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADO. O candidato tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de defesa, conforme o que preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG.

Porto Velho, 07 de outubro de 2015.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Examinador Interno/PPGG

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Examinadora interna/PPGG

*Dedico meu trabalho à minha “doce Cecília” que,
com seu olhar cativante, apressava-me pela
conclusão deste, para ter-me por completo.*

AGRADECIMENTOS

São a tantos e a tantas a quem devo agradecer por esta etapa vencida, que fico até assustado em citar nomes aqui, pois corro o sério risco de esquecer alguém. Mas quem não se arrisca nessa vida?

Como bom cristão que ainda sou (que *mainha* não me entenda mal), agradeço ao Deus Todo Poderoso que me deu duas vidas (quem me conhece entenderá), o melhor três, pois Ele, a quem hoje chamo de Grande Arquiteto do Universo, ao me revelar novamente a Luz, deu-me mais uma vida.

Agradeço à minha família, meu tudo (lá vem clichê), minha base, a quem devo também a vida e todas as boas experiências pelas quais passei e ainda passo quando estou em seu seio, Coinha, Graça, João, Obá, tios Vavá e Lucinha e vovó Maria.

À minha mãe, minha querida *mainha*, que me ensinou a viver, a dar os primeiros passos, a cantar as primeiras palavras. Seu carinho e cuidados me acalenta ainda hoje; seu jeito doce e carinhoso de dizer que me ama, ah... quão suave. Tento te fazer feliz e sei que agora consegui.

Ao meu pai, que tantas vezes em seus braços me carregou e me mostrou os caminhos duros da vida, a esse homem, o qual sei que tem muito orgulho da família que construiu, eu entrego meu cansaço.

Aos meus irmãos, Pon-Pon (Michelinha) e Mi-Mi (Michelzinho), que foram meus primeiros amigos e que tanto me amaram e instruíram. Agradeço-lhes por desbravarem o mundo para a minha chegada.

Aos meus caros amigos que me incentivaram, apoiaram, motivaram e desiludiram-me nessa grande jornada. Silvio Mellon, o intelectual que me empurrou para as portas do mestrado; William Kennedy, a jovem alma que tanto me compreende e me ajuda; o bom e velho Barbizan, quem, em sua humildade, soube sempre chegar na hora certa; o garoto Jessé, que contribuiu para o meu trabalho de várias maneiras. Erlan, Juliana, Vanuza, Paulo, Márcia Bay, Consuêlo, Luiz, Carlos, Clara, Sérgio, Lu, Edilberto que sempre com alegria me cobravam o tempo para os amigos.

Aos amados, carismáticos e sinceros professores e amigos, Gracinha e Josué, a quem me afeiçoei e, quando menos percebi, estenderam uma esteira e armaram uma rede em um cantinho do meu coração.

Ao grande Janjão (Janison Cruz) e sua família, irmão que tanto me ajudou, dando-me guarida e dividindo seu doce lar comigo em todas as horas em que precisei; não esquecendo o nosso irreverente Cézar com seu violão, seus abraços são especiais.

À minha esposa, Aline, que me entendeu esse tempo todo, a quem eu privei do meu carinho e da minha atenção por tantas noites, mas que sempre apostou e confiou em mim, sabendo que todo nosso esforço foi por um bem maior. Eu te amo e te agradeço por estar comigo e ter-me dado o maior presente de todos até hoje, nosso “pequeno talismã”, nossa doce Cecília.

Aos carinhosos Marcelo Pires Negrão, Sofia Dagna, Luciana Riça Mourão e o “diferente” Florent Kohler pela companhia quando do trabalho de campo e da coleta de dados. Igualmente ao Programa DURAMAZ2 do IHEAL/CREDAL, em Paris, por me ceder parte dos dados.

Ao meu orientador, Professor Ricardo Gilson da Costa Silva, que aceitou a difícil tarefa de lapidar esta pedra bruta e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, PPGG, por me proporcionar tamanho aprendizado e ter me acolhido em minha mais pura ignorância.

*Enquanto a gente trabalha, alguém escreve nossa
história.* Sr. Cláudio Jatobá – Assentamento
Margarida Alves, Nova União, RO.

RESUMO

O camponês é personagem de extrema importância quando falamos da produção de alimentos e da manutenção de um modo de vida *sui generis*. É também uma figura polêmica quando adentramos no campo das análises epistemológicas e deparamo-nos com diferentes pontos de vista em relação à sua existência, manutenção e/ou desaparecimento. Estudar o camponês, partindo da análise do seu território, deu-nos a certeza de que resiste, adapta-se e progride em relação à qualidade de vida. Dentro assentamento Margarida Alves, em Nova União, Rondônia, vivi uma experiência única, tendo contato direto com o modo camponês de viver, produzir e se relacionar com seu território. Com o objetivo de analisar as estratégias de o modo de vida e de produção dos camponeses assentados e sua luta por autonomia, utilizamos o trabalho de campo como ferramenta metodológica para tentar compreender as diversas fases de processo de ocupação, fixação e manutenção do camponês na terra. Vimos que existem diversas ferramentas do Estado que ajudam a construir a autonomia dos camponeses em seu território além do trabalho e de seus objetivos em construir uma vida digna. Ao analisar esses processos, entendemos que houve, através dos anos, uma opção pela especialização da produção, sendo a pecuária leiteira o principal incremento financeiro para trazer melhoria da renda e, conseqüentemente, da qualidade de vida do camponês. Concluimos que a renda oriunda da produção do leite, aliada ao acesso a programas de governo, como a transferência direta de renda, ajudam gradativamente o camponês a manter-se na terra com dignidade e qualidade.

Palavras-chave: Campesinato. Assentamento. Produção. Leite. Rondônia.

ABSTRACT

The peasant character is extremely important when we talk of food production and maintaining a way of life *sui generis*. It is also a controversial figure when we enter the field of epistemological analysis and come across different points of view regarding its existence, maintenance and / or extinction. Studying the peasant based on an analysis of its territory gave us the certainty that it resists adapts and progresses in relation to quality of life. Within the Margarida Alves settlement in Nova União, Rondônia lived a unique experience, having direct contact with the peasant way of living, producing and relate to their territory. In order to analyze the strategies of the way of life and production of the settlers peasants and their struggle for autonomy use the fieldwork as a methodological tool, based on the hypothetical-deductive method to try to understand the various stages of occupation process, setting and maintenance of peasant land. We have seen that there are various state tools that help build the autonomy of the peasant in its territory beyond the work and purpose thereof to build a decent life. By analyzing these processes we understand that over the years there was an option for specialization of production, where dairy farming is the main financial increase to bring improvement in income and consequently the Peasant quality of life. We conclude that the income from the production of milk combined with access to government programs, such as the direct transfer of income, gradually help the farmer to remain on earth with dignity and quality.

Keywords: Peasantry. Settlement. Production. Milk. Rondônia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Locais onde foram realizados os trabalhos de campo do IDURAMAZ.....	699
Quadro 2 – Onde foram vendidos os peixes produzidos no assentamento em 2012?.....	85
Quadro 3 – Número de cabeças de gado no assentamento em 2013.....	888
Quadro 4 – Produto que deu mais renda às famílias em 2008.	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quem trabalha por lote no assentamento	73
Gráfico 2 – Produção de café no Margarida Alves em 2012.....	799
Gráfico 3 – Venda do café colhido em 2012.....	81
Gráfico 4 – Produção de peixe no assentamento em 2012.....	84
Gráfico 5 – Comercialização de peixe pelos assentados em 2012	85
Gráfico 6 – Produção diária de leite (litros) em 2013.	90
Gráfico 7 – Venda de leite em litros/dia em 2013.....	91
Gráfico 8 – Renda familiar estimada em 2013 em salários mínimos.....	92
Gráfico 9 – Produtos vendidos pelas famílias do Margarida Alves em 2008.	93
Gráfico 10 – Itens presentes nas residências em 2008 (IDURAMAZ)	95
Gráfico 11 – Itens presentes nas residências em 2013.	96
Gráfico 12 – Ações que melhoraram a vida dos assentados.....	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Assentamento Margarida Alves.....	24
Figura 2 – As Respigadoras.....	25
Figura 3 – Entrada do Coletivo Luzinei Barreto em Ouro Preto do Oeste, RO	32
Figura 4 – Coletivo Luzinei Barreto: pesquisadores em ação	36
Figura 5 – Coletivo Luzinei Barreto: ingá colhido na hora.	37
Figura 6 – Trabalhador da Vinha no Descanso	Erro! Indicador não definido.
Figura 7 – O <i>Angelus</i>	Erro! Indicador não definido. 3
Figura 8 – O Semeador.....	62
Figura 9 – Mapa detalhado de localização dos Assentamentos de Nova União com estradas vicinais.....	688

Figura 10 – Resultados do I DURAMAZ: quatro indicadores	70
Figura 11 – Resultados do I DURAMAZ: quatorze indicadores	71
Figura 12 – <i>Casa de farinha</i> na Gleba 7 do Margarida Alves.....	74
Figura 13 – Os Produtores de Batata	77
Figura 14 – Mercado público de Nova União.	82
Figura 15 – Tanque resfriador de leite na Gleba 6 do Margarida Alves.	899
Figura 16 – Assentamento Margarida Alves: divisão espacial e RL.....	101
Figura 17 – Árvores catalogadas para corte imediato e corte futuro na RL: plano de manejo.....	103
Figura 18 – Escola Polo Antônio Carlos (Gleba 5)	105
Figura 19 – Produção de rapadura na gleba 6	106

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste
CNRS	Centre National De La Recherche Scientifique – Centro Nacional de Pesquisa Científica (França)
COMEAFES	Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CREDA	Centre de Recherche et de Documentation des Amériques – Centro de Registros e Documentação das Américas (França)
DURAMAZ2	Durable Amazone Deuxième – Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – Programa de Pesquisa Francês (CNRS)
EFA	Escola Família Agrícola
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
EMATER – RO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IDARON	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
IDURAMAZ	Première Durable Amazone – Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – Programa de Pesquisa Francês (CNRS)
IFEs	Instituições Federais de Ensino

IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IHEAL	Institut des Hautes Etudes en Amérique Latine - Instituto de Estudos Avançados da América Latina (França)
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUAR	Núcleo Urbano de Apoio Rural
PA	Projeto de Assentamento
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Plano de Integração Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RL Reserva Legal

SEDAM – RO Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia

UNIR Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1: O TRABALHO DE CAMPO COMO METODOLOGIA.....	26
1.1. O Programa DURAMAZ2 e o levantamento dos dados	26
1.2. No Coletivo Luzinei Barreto: uma nova maneira de conviver com a terra.....	32
1.3. Quem vive e como se vive no coletivo?	33
CAPÍTULO 2: DO EXTRATIVISMO AOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA	39
2.1. A importância da borracha para o povoamento da Amazônia.....	39
2.2. O Brasil agrário recente	50
2.3. Projetos de colonização em Rondônia: o Estado abre as portas ao campesinato.....	
CAPÍTULO 3: ASPECTOS HISTÓRICOS DO CAMPEPINATO	54
3.1. Apresentando o campesinato em Rondônia.....	
3.2. Discussões sobre o campesinato e a penetração do capitalismo no espaço rural	56
3.3. Campesinato e agricultura familiar: um embate teórico	60
CAPÍTULO 4: A GEOGRAFIA DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES	62
4.1. "Reencontrando" uma contrerrânea	68
4.2. O Assentamento Margarida Alves: resultados do Programa DURAMAZ.....	68
4.3. Camponeses reprodutores do território: os assentados do Margarida Alves	72
CAPÍTULO 5: SOBRE A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO: COMO ERA, COMO É E COMO SERÁ... ..	77
5.1. Um recorte sobre o que é produzido	86
5.2. O leite “nosso” de cada dia: da Reforma Agrária para a mesa dos rondonienses	86
5.3. A renda agrícola como incremento do lar: novas tecnologias e conforto para os camponeses	94
5.4. A Reserva Legal do Margarida Alves.....	
5.4.1. Conflitos e perspectivas de futuro a partir do Plano de manejo Florestal.....	

5.4.2. Os jovens assentados: um pouco sobre educação e trabalho.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 107

REFERÊNCIAS 109

APRESENTAÇÃO

A proposta para esta pesquisa iniciou-se com a minha chegada ao Estado de Rondônia, no ano de 2009. Vindo de João Pessoa, na Paraíba, oriundo de uma família migrante que havia saído da cidade de Sumé, na microrregião do Cariri Ocidental, marcadamente conhecida pela paisagem árida da caatinga rumo à capital do citado Estado, no ano de 1988, buscava, juntamente com meus pais e irmãos, uma vida melhor.

Guiados por “um Severino” (meu pai) – que não tinha outro nome de pia – daqueles mesmos Severinos, “filhos de tantas Marias”, migramos para o litoral, como o personagem de João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, e, nessa longa jornada, meu pai certamente pensou:

[...] Bem me diziam que a terra
se faz mais branda e macia quando mais do litoral
a viagem se aproxima.
Agora afinal cheguei
nesta terra que diziam. [...]
[...] Vejo agora que é verdade
o que pensei ser mentira
Quem sabe se nesta terra
não plantarei minha sina?
Não tenho medo de terra
(cavei pedra toda a vida),
e para quem lutou a braço
contra a piçarra da Caatinga
será fácil amansar
esta aqui, tão feminina. [...] (MELO NETO, 1994)

A jornada migrante de minha família parara por aí, porém a minha ainda tinha (ou tem) muito a me revelar, pois, como já haviam dito os poetas Venâncio, Corumbá, J. Guimarães, na canção “Último Pau de Arara”, que foi imortalizada na voz do Rei do Baião, o mestre Luiz Gonzaga “quem sai da terra natal, em outro canto não para” e eu não parei. Rumei para Rondônia em junho de 2009, já como Professor de Geografia, como um aventureiro que busca a realidade vislumbrada nos livros e nas histórias de quem por aqui passou.

Meu avô paterno fora representante sindical na Paraíba na década de 1970 (fato que eu só soube quando já tinha 30 anos de idade) e lutava pela melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais do extinto “perímetro irrigado de Sumé”, área de reforma agrária onde se

produzia principalmente o tomate. Quando criança, conhecia o “lote” do meu avô como a palma da minha mão, mas não conhecia nem como, nem quando haviam ali se assentado.

Ao chegar a Rondônia, desembarquei no município de Campo Novo, em Rondônia, cerca de 350 km da capital, Porto Velho. Um ano após, migrei mais uma vez, então para o município de Cacoal, que dista cerca de 480 km de Porto Velho. Por ali mais um ano fiquei, até migrar mais uma vez, dessa feita para o município de Vilhena, que fica a aproximadamente 705 km da capital.

Nessas constantes migrações, ia embalado pela canção que sempre reverberou em minha mente desde que saí de minha terra, “A vida do viajante”, de Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil, colocando-me nos seguintes versos: “minha vida é andar por este país, pra ver se um dia descanso feliz, guardando as recordações, das terras onde passei”.

Ao me deparar com a necessidade de conhecer a Geografia de Rondônia, além do desafio, veio-me também a curiosidade de entender esse novo lugar, o qual me acolhia com tantos mistérios e dinâmicas a desvendar. O que daqui conhecia era nada mais além do que as histórias que minha esposa contava, por ter vivido em Porto Velho quando criança na década de 1980, e por seu pai, hoje funcionário aposentado do INCRA.

Esse contato com um ex-funcionário do INCRA de Rondônia (que seria mais tarde meu sogro) acendeu em mim ainda mais a necessidade e a vontade de conhecer as raízes desse novo Estado, principalmente a partir da época em que minha esposa (ainda criança) aqui vivera.

O interesse em descrever o modo de vida dos assentados da reforma agrária brasileira deu-me forças para seguir nessa empreitada, que, por sua vez, também é fruto de reorganização de idéias juntamente com o meu orientador, o Professor Ricardo Gilson, que viria a sugerir um novo campo de pesquisa e um novo enfoque para o trabalho.

Inicialmente, eu propus no projeto, submetido à seleção de mestrado, um estudo sobre o processo de fixação e de abandono das terras em assentamentos, estudando o caso do assentamento Vanessa, no município de Corumbiara, no cone sul de Rondônia, local que abriga remanescentes do cruel “Massacre de Corumbiara” ocorrido a vinte anos.

Pela proposta inicial, verificaria fatores que favoreceram ou não a permanência do assentado na terra, analisando o histórico de migrações dos moradores juntamente com sua visão de reprodução dos espaços que culturalmente trazem consigo. Analisaria as possibilidades naturais que são necessárias à sua permanência em uma terra doada onde

grandes quantidades de cabeças de gado pastaram e pisotearam outrora; porém, não foi isso que aconteceu. Ganhei um presente maior. Por meio dos contatos do Professor Ricardo Gilson e da generosidade do PPGG, fui incumbido de acompanhar uma equipe franco-brasileira de pesquisadores que fariam um trabalho de campo na Região de Ouro Preto do Oeste, Rondônia. Tal equipe era integrante do Programa DURAMAZ2, vinculado à Universidade Paris 3 (França) e ficaria em solo rondoniense por cerca de dois meses realizando sua pesquisa.

Tornei-me o anfitrião da equipe e ciceroneei-os durante tal período, aproveitando para transpor minha pesquisa para um novo ambiente, bem diferente do proposto no meu projeto, o município de Nova União.

O Assentamento Margarida Alves, onde esta pesquisa foi realizada, é tido pelos pesquisadores da França como um modelo de prosperidade e sustentabilidade. O Programa DURAMAZ estuda a sustentabilidade na Amazônia brasileira e procura criar parâmetros e indicadores para classificar e qualificar comunidades diversas na Amazônia Legal.

Em Nova União, já no assentamento, mergulhei na vida dos assentados, conheci suas histórias, seus costumes, suas necessidades, anseios e sonhos futuros, assim como, também vi algumas etapas de produção de alguns dos gêneros, das quais participei, que mantêm acesa a chama da consolidação econômica local.

Ao entrar no assentamento e lá permanecer por quarenta e sete dias, cumpri um dos objetivos da minha primeira proposta que era a de “imersão na vida dos assentados” da qual me recordo, foi motivo de dúvida de um dos membros da banca examinadora que naquela ocasião me disse: “imersão? Dá a impressão que você vai viver como assentado” e assim foi. Trabalhei, dormi, comi, participei de suas festas e construí com eles mais um capítulo de minha história.

Este trabalho apresenta a vida de pessoas comuns que quase sempre são mal vistas pela sociedade leiga, pois são tidas como pobres, preguiçosas, baderneiras e interesseiras da terra alheia. A nossa proposta (minha e do Professor Ricardo) era mostrar um assentamento que dá certo e que tem grandes perspectivas de futuro, cujos moradores são independentes e autônomos e que, às vezes, são obrigados a romper com seus ideais para dar continuidade a suas vidas.

INTRODUÇÃO

Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial até os dias atuais essa distribuição foi desigual” (OLIVEIRA, 2005, p. 481).

Discutir o agrário brasileiro é fazer uma viagem por tempos pretéritos de nossa história, desde a colonização aos dias atuais. Torna-se algo quase inconcebível iniciarmos uma discussão a este respeito sem vislumbrarmos o nosso passado de exploração, expropriação e subjugo do trabalhador camponês sob a égide do capitalismo. Oliveira (1991, p. 18) nos lembra de que o capitalismo é, “em si, contraditório e desigual”, significando que, para o seu desenvolvimento, tem que criar aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo.

Se pensarmos que o capitalismo acontece e move-se pelas suas contradições, estudar o campo brasileiro e suas mutações ao longo do tempo passa obrigatoriamente por uma análise de suas influências no modo de produzir territórios.

A questão agrária no Brasil é vista de forma diferente por várias das ciências humanas. Stedile mostra que, na Geografia:

é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo à ocupação humana no território (2011, p. 15).

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Stedile (2011), aproprio-me da ideia de que a questão agrária pode ser entendida como um conjunto de análises e interpretações da realidade, procurando explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras pela sociedade brasileira.

Devemos sempre lembrar que o nosso país já surgiu em um berço de desigualdades relativas à distribuição, ocupação e utilização da terra. Primeiro, vieram as Capitânias Hereditárias com seus donatários, sendo seguidas pelas Sesmarias que, de acordo com Oliveira (1991, p. 28), “estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial”.

O Brasil, ainda em sua fase pueril, iniciou uma separação de classes, característica do capitalismo. Surgiram, de imediato, duas classes: a dos proprietários de terra e a dos homens e

mulheres sem terra. Com exceção dos “homens de bem”, premiados pela Coroa Portuguesa com grandes fatias deste chão em que vivemos, os demais que para aqui vieram eram degredados das mais diversas ordens, enviados pela Coroa Portuguesa para aqui cumprirem suas penas.

O que é hoje a sociedade brasileira nasceu do fruto da divisão, fato que seguiu assim até meados do século XIX, exatamente em 1850. Com a abolição da escravidão às portas, o Imperador Dom Pedro II sancionou a Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850, decretando que o acesso à terra só seria possível por intermédio da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo impedia, que os escravos que fossem sendo libertos tivessem acesso à terra (OLIVEIRA, 1991).

A escravidão foi “abolida” finalmente em maio de 1888, pela então Princesa Regente Isabel; porém, esse decreto acentuou ainda mais as desigualdades sociais já existentes. Havia então homens livres do cativeiro da escravidão, mas escravos da falta de oportunidades, dentre elas o acesso à terra.

Grande parte desses homens e mulheres livres ocuparam as periferias das cidades recém formadas enquanto a outra parcela ficou dividida entre escravos libertos, que optaram por não deixar as fazendas em que trabalhavam, e aqueles que nunca souberam da Lei Áurea e muito menos da Lei de Terras de 1850 (nº601/1850).

Stedile (2011) considera essa normativa como o “batistério do latifúndio no Brasil”, pois regulamentava e consolidava o modelo das grandes propriedades rurais, sendo base legal para a injusta propriedade de terras no Brasil.

Cristalizando-se o latifúndio, uma massa de desarranjados espaciais, filhos da abolição, e impedidos pela lei de 1850 de se tornarem também proprietários de terra, migraram em direção às cidades do interior do país, já que na zona litorânea as melhores terras já estavam ocupadas por fazendas, que destinavam, há muito tempo, seus produtos para a exportação. Esse processo migratório desencadeou a ocupação de áreas do sertão brasileiro até então pouco povoadas, onde esses trabalhadores “livres”, mas sem a propriedade privada da terra, ocuparam-na de forma individual ou coletiva, surgindo, segundo Stedile (2011, p. 27) o “camponês brasileiro e suas comunidades”. Sendo produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de *sertanejo* e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e os Estados de Minas Gerais e de Goiás.

Daí por diante, são séculos de segregação e lutas por inclusão dessa parte da sociedade que ficou relegada ao esquecimento e nas mãos dos latifundiários. Se em pleno século XXI estamos discutindo a problemática da divisão desigual de terras no Brasil é sinal de que ainda não avançamos satisfatoriamente nessa questão. Mesmo após o advento de programas de reforma agrária surgidos na segunda metade do século XX, ainda identificamos muita dificuldade em sua efetivação, seja por desinteresse e abandono por parte do Estado, ou pelas estratégias criadas pelo grande capital rural.

Rondônia pode ser apreciado como um espaço experimental de políticas de colonização e reforma agrária implantadas pela União, onde vários projetos foram implantados em meados do século XX. Neste trabalho, propus-me analisar como se dá a organização social, produtiva e ambiental de um assentamento no Estado de Rondônia, já que nas décadas de 1970 e de 1980 o Governo dos Militares criou uma série de programas e projetos para colonizar a Amazônia brasileira, sendo Rondônia um dos Estados que recebeu grande parte desses migrantes. No intuito de dar “terra sem homens para homens sem terra”, o governo federal criou diversos PICs e PADs (Projetos Integrados de Colonização e Projetos de Assentamentos Dirigidos, respectivamente) colocando, assim, pessoas a esmo nas distantes terras do Norte do país.

Esse fato deu ao Estado de Rondônia uma característica econômica peculiar, onde há um predomínio de diversas atividades agrícolas e pecuárias, aqui chamado de “estado do agronegócio e agricultura camponesa” porque ambas as atividades são oriundas do processo de colonização recente do Estado (SILVA, 2012 e 2015). Vários municípios de Rondônia são oriundos de antigos projetos de colonização, como é o caso do município onde se encontra o objeto de estudo desta pesquisa, chamado Nova União, que fica na região central do Estado (SILVA, 2012).

Em Nova União, existem dois assentamentos criados pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: os assentamentos Palmares e Margarida Alves, criados respectivamente em 1996 e 1997, sendo o Margarida Alves o *locus* desta pesquisa.

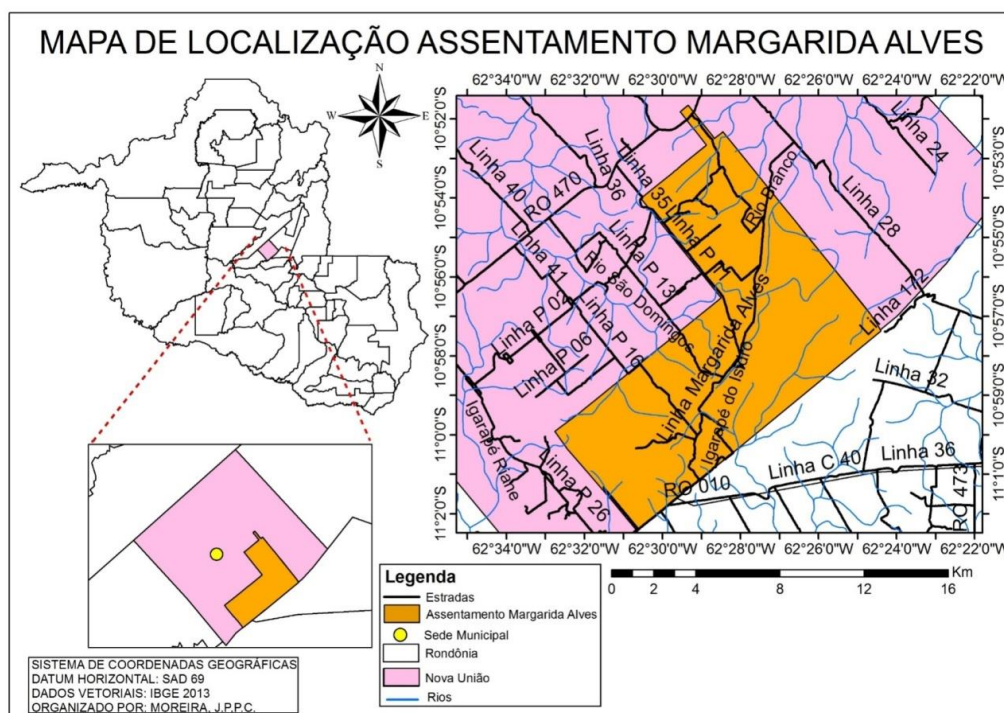
O Assentamento Margarida Alves é significativamente relevante quanto à economia do Município de Nova União, não só na economia, mas principalmente no que diz respeito às mudanças de visão em relação aos movimentos sociais do campo, sua atuação e organização.

Por conseguinte, o objetivo geral deste trabalho é analisar o assentamento Margarida Alves desde sua origem, a partir da visão dos assentados, apresentando-o como era e

vislumbrando perspectivas de futuro no contexto das mutações sociais, rupturas e continuidades no modo de produzir e se manter na terra. Os objetivos específicos para chegarmos à proposta principal são: (a) averiguar a formação do Assentamento Margarida Alves contextualizando com a dinâmica territorial de Rondônia; (b) conhecer as experiências de vida dos assentados a partir de um trabalho de campo no assentamento juntamente com o Programa DURAMAZ2 da Universidade Paris 3; (c) caracterizar a produção agrícola do assentamento e os produtos que mais contribuem para a manutenção das famílias no local; (d) investigar possíveis melhorias em relação às condições de vida dos assentados, tendo como referência sua chegada ao assentamento;

O mapa a seguir é da localização do assentamento em relação ao Estado de Rondônia e ao Município de Nova União.

Figura 1 – Localização do Assentamento Margarida Alves



Fonte: João Paulo Papaleo Costa Moreira, 2013

Figura 2 – As Respigadoras, Jean-François Millet (1857)



CAPÍTULO 1 – O TRABALHO DE CAMPO COMO METODOLOGIA

1.1. O Programa DURAMAZ2 e o levantamento dos dados

Descortinar realidades de vida e de trabalho em comunidades camponesas requer muito mais que uma revisão bibliográfica de autores renomados da área em questão. Acoplado à pesquisa, o trabalho de campo é essencial para o melhor entendimento da realidade. Conversas com pessoas, convivência diária, participação nas atividades locais e interações socioculturais são peças-chave de um bom trabalho, uma verdadeira imersão no universo de pesquisa.

A prática e a efetivação do conhecimento estão diretamente relacionadas ao contato do teórico com o prático de forma a exercitarmos o sentimento de transformação social entendendo que esse exercício tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda e só o compromisso com a transformação da realidade pode revolucionar o conhecimento (MARTINS, 1993).

Para De Marcos (2006), a forma como se realiza a pesquisa de campo está intimamente ligada ao compromisso do pesquisador com a comunidade estudada e à sua postura durante essa aproximação. O presente estudo resulta de um trabalho de campo que se realizou no Assentamento Margarida Alves, lembrando que o trabalho de campo pode ser entendido como qualquer atividade investigativa, para coleta de informações, realizada “fora” do ambiente acadêmico/escolar, que tem diversas utilidades, dentre elas, confrontar os conhecimentos teóricos com a realidade, chegando a “uma” práxis desejada.

Alentejano e Costa-Leão dizem que:

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas parte desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos (2006, p. 57).

Durante a temporada no campo, a qual subsidiou este trabalho, permanecemos 47 dias no assentamento, de julho a setembro de 2013, quando pudemos conhecer um pouco da realidade local, a história de luta pela terra dos assentados, suas crenças, seus conflitos e,

principalmente, a maneira como os assentados realizam seus trabalhos para a manutenção de suas vidas e consolidação/emancipação local.

Durante o período supracitado, conhecemos todo o assentamento, conversando com pessoas, ouvindo seus anseios e suas angústias, entre cafezinhos e pães caseiros com manteiga feita do leite tirado das vacas do próprio pasto, integramo-nos e pudemos experimentar um pouco do que é viver em um assentamento produtivo e relativamente autônomo, que apresenta rupturas e continuidades no modo de produção. Nesse local, porém, há o predomínio das práticas convencionais de produção de alimentos, buscando uma vida saudável e sustentável para os que ali vivem.

Havia dois tipos de questionário que foram aplicados com os moradores do assentamento, um chamado de questionário de moradia com o qual buscávamos informações a respeito do ambiente residencial de quem o respondia, podendo ser respondido apenas pelo (a) chefe da família ou pelos dois, porém apenas um questionário era aplicado. Ao todo, aplicamos 81 questionários de moradia. O segundo questionário era individual, devendo ser aplicado no máximo quatro por residência e apenas para moradores com mais de 14 anos de idade, sendo aplicados 177 questionários individuais. O questionário individual trazia perguntas sobre a origem do indivíduo, onde nasceu, onde morou antes de chegar àquele momento, qual a sua rotina, seus anseios e etc.

A forma de escolha das residências era aleatória, até porque era muito comum, quando estávamos aplicando questionário em uma residência, chegar um vizinho e já se “candidatar” a ser o próximo a responder o questionário daquele “povo diferente”. Também encontramos dificuldades na hora de aplicar os questionários principalmente nas glebas 1, 2 e 3 (os chamados lotes convencionais ou “quadrado burro” pelos moradores das agrovilas). A principal dificuldade relacionou-se à ausência dos moradores em seus lotes, já que a maioria dos moradores dessas glebas mora e trabalha a maior parte do tempo na zona urbana.

Outra dificuldade encontrada foi em relação a algumas mulheres que se negaram a responder ao questionário sem a presença do esposo/companheiro. Teve o caso de uma moradora que sempre dava a desculpa de que só quem saberia responder às perguntas era o seu esposo; porém, após três tentativas, nunca estava em casa. Só após o término do trabalho de campo é que descobrimos que ela não tinha companheiro, apenas tinha receio de nos receber dentro de sua casa. Não houve, com exceção desse caso, nenhum morador(a) que, estando na residência no momento de nossa pesquisa, se negasse a responder às perguntas do questionário.

Como era uma pesquisa custeada pelo CNRS/CREDA (França), seguíamos as orientações do Professor Florent Kohler, que coordenou o trabalho de campo que resultou nesta dissertação. Havia a determinação de um número mínimo de 70 questionários de moradia e 150 questionários individuais a serem aplicados durante o trabalho de campo. Pensando em uma possível margem de erro, aplicamos um pouco mais para garantir o trabalho.

Os gráficos constantes nos resultados deste trabalho foram construídos com base em algumas informações dos questionários de moradia e individuais. Outros questionários foram aplicados durante o trabalho de campo, mas eram exclusivos do DURAMAZ2 como, por exemplo, a *Tableaux d'analyse institutionnelle* (tabela de análise institucional) e a *Tableaux d'analyse du climat* (tabela de análise climática) que são de uso exclusivo do Programa na elaboração do livro que resulta do levantamento de dados realizado em toda a Amazônia Legal.

Durante a aplicação dos questionários, coletamos muitas informações que serão apresentadas neste trabalho e em respeito aos assentados com os quais conversamos e que contribuíram substancialmente para esta pesquisa, não citaremos aqui os nomes de todos os moradores, esses serão aqui chamados por *Senhor 1, 2, 3* e/ou *Senhor J., Senhor J.A.*

O DURAMAZ é um programa criado em 2007 e coordenado pelo CREDA – *Centre de Recherche et de Documentation des Amériques* (Centro de Pesquisa e Documentação das Américas), laboratório de pesquisa em ciências humanas e sociais da Universidade Paris 3 Sorbonne Nouvelle e do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*). A primeira fase do programa foi concluída em 2010. Em tradução livre para o português, DURAMAZ significa “Determinantes do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira” embora a abreviatura seja uma forma de chamar atenção à sustentabilidade, como se quisesse dizer “durar mais”. O objetivo principal do programa é criar um sistema de indicadores de sustentabilidade da Amazônia brasileira para fomentar o debate científico e subsidiar a tomada de decisão em políticas públicas.

Na primeira fase do programa, foram realizados 13 trabalhos de campo, em todas as unidades federativas que compõem a Amazônia legal, dentre os quais, um no município de Nova União, Rondônia. Em cada um desses trabalhos de campo, foram aplicados em média 250 questionários, além de um protocolo de campo que visou ao levantamento de informações geográficas, demográficas, agrícolas, socioeconômicas e de meio ambiente, com o objetivo de comparar cada uma das 13 áreas de estudo. Os principais resultados desse trabalho foram

apresentados em 2011 em uma obra condensada *L'Amazonie brésilienne et le développement durable*, Martine Droulers e François-Michel Le Tourneau (Org.) além de ter dado origem a mais de uma dezena de artigos científicos em francês, português e inglês, realização de colóquio e seminário.

A segunda fase do programa DURAMAZ teve início no ano de 2011, quando um segundo trabalho de campo foi realizado no Assentamento Margarida Alves, em Nova União, Rondônia. Entre os dias 15 de julho e 04 de setembro de 2014, uma equipe de novos e antigos pesquisadores do programa instalou-se no Assentamento para vivenciar experiências, relatar histórias da luta pela terra dos assentados e aprender sobre o modo de produzir e se manter, na busca pela consolidação do Assentamento. Novamente, foram aplicados cerca de 250 questionários e outras ferramentas previstas no protocolo de campo.

Essa segunda fase, chamada sucintamente de DURAMAZ 2, será concluída em novembro de 2015, quando serão apresentados os resultados de todos os trabalhos de campo dessa fase e atualizados os indicadores de sustentabilidade, para comparação com aqueles produzidos quatro anos antes. Também estão previstas publicações científicas de diferentes ordens - algumas já publicadas. Finalmente, também está prevista a restituição desses resultados em todas as localidades onde foram realizados trabalhos de campo.

De acordo com Droulers et al (2011), o objetivo do DURAMAZ é avançar na definição de fatores chave ou determinantes do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, a partir da identificação de impactos geográficos, demográficos e socioeconômicos entre as comunidades pesquisadas, com o intuito de observar similitudes e diferenciações entre elas.

Na fase DURAMAZ2, o trabalho de campo realizado em Rondônia deu-se unicamente no Assentamento Margarida Alves, sendo que, na primeira fase, além deste, o assentamento Palmares (vizinho) também foi estudado. A escolha em se estudar unicamente o Margarida Alves deve-se a dois fatores principalmente: o número de famílias assentadas e a quantidade de moradores no mesmo que ali estavam desde o último trabalho de campo do DURAMAZ.

A equipe que realizou o trabalho de campo no Margarida Alves era composta por cinco pesquisadores, sendo três geógrafos (um deles o autor deste trabalho) e dois antropólogos vinculados a universidades do Brasil e da França (UNIR, USP e Sorbonne Nouvelle). O meu contato com este programa internacional de avaliação de indicadores de sustentabilidade (DURAMAZ) se deu devido aos diversos contatos que o meu professor

orientador do mestrado possui. Um dos coordenadores do Programa na França, o professor Hervé Théry entrou em contato com o professor Ricardo Gilson, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), solicitando o apoio da UNIR à execução do trabalho de campo em Rondônia. Fui indicado por ser bolsista do Programa de Mestrado da UNIR e, na verdade, fui premiado com tal convite.

No dia quinze de julho de 2013, deu-se início a jornada que culminou com a confecção de dissertação. Na manhã do referido dia, participei, a convite do professor Ricardo Gilson, da reunião do colegiado do mestrado junto com a equipe do DURAMAZ onde foi apresentado o programa e como seria o trabalho de campo a ser realizado. Também foram propostas parcerias a serem firmadas com a UNIR.

No período vespertino, houve a apresentação do Seminário intitulado *Mutações Amazônicas*, com a participação dos professores Florent Kohler (IHEAL/CREDA – Paris 3) e Ricardo Gilson (UNIR), professora Maria das Graças (UNIR) e o pesquisador Marcelo Negrão (IHEAL/CREDA), os quais mostraram todo o processo de transformação pelo qual o Estado de Rondônia vem passando desde sua criação (como Estado) no início da década de 1980.

Mas foi no dia dezesseis de julho que realmente iniciamos a “aventura” que completaria minha inspiração para escrever esta dissertação. Saímos de Porto Velho com destino à Ouro Preto do Oeste, com a intenção de refazermos alguns dos passos dados pela equipe da primeira etapa do DURAMAZ, do qual o Professor Florent Kohler, coordenador do DURAMAZ2 Rondônia, fez parte em 2010: refazer os contatos, rever pessoas e visitar alguns dos locais vistos por eles quando da “primeira” vez na região.

O hotel em que ficamos foi o mesmo que se hospedou a equipe DURAMAZ em 2010, por sugestão do Professor Florent. Assim que nos alojamos, demos início às atividades de forma mais concreta. Fomos inicialmente à Prefeitura Municipal procurar por alguém que pudesse nos dar informações a respeito da administração pública, meio ambiente e relação da prefeitura com os assentamentos rurais locais. Como já passavam das quinze horas (15h) não conseguimos muitas informações, mas agendamos uma conversa com o secretário de meio ambiente local para o dia seguinte.

Pereira (2009) afirma que a modalidade de assentamento PIC (Projeto Integrado de Colonização) e, especificamente o PIC Ouro Preto, foi o único que ocorreu de forma bem planejada pelo INCRA desde a demarcação de terras, abertura de estradas, oferta de crédito,

assistência técnica a programas de saúde e educação. Esse sucesso afirmado por Pereira ainda pode ser verificado no hoje município de Ouro Preto do Oeste e, ao sairmos da prefeitura, caminhamos pela praça central da cidade muito limpa e bem cuidada. Era a primeira vez que eu, mesmo morando há quase quatro anos em Rondônia, caminhava pela cidade, que conhecia apenas por ser passageiro frequente da Rodovia Marechal Rondon (BR-364) no ir e vir das aulas do mestrado entre Vilhena e Porto Velho ao passar pela cidade.

Também me chama a atenção, na praça, um espaço para eventos culturais, algo pouco presente em Rondônia, tendo em vista que estamos em um Estado que tenta afirmar sua identidade cultural há cerca de trinta anos (período de cristalização dos fluxos migratórios).

Para Serpa (2006), é por meio dos trabalhos de campo que descobrimos diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço; o trabalho de campo do DURMAZ2 inspirou-me a escrever esta dissertação no momento em que pude analisar o espaço pesquisado sobre uma ótica diferente da que eu tinha quando apenas lia sobre Rondônia, seus municípios e processo de colonização para assim entender o que diz Serpa ao afirmar que:

O trabalho de campo em Geografia requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar. É necessário recortar adequadamente os espaços de conceituação para que sejam revelados e tornados visíveis os fenômenos que se deseja pesquisar e analisar na realidade (SERPA, 2006, p. 9).

Na programação do trabalho de campo, elegemos prioridades e dentre as quais estava encontrarmos pessoas na cidade que fossem responsáveis por compartilhar saberes tradicionais, que são saberes diferentes dos saberes científicos, se “acolhem frequentemente com igual confiança ou ceticismo explicações divergentes cuja validade entendem seja puramente local” (CUNHA, 2007, p. 78). As pessoas a que nos propomos a procurar estavam mais diretamente ligadas a práticas homeopáticas, tanto humana quanto animal e que dessem conta ou se propusessem a transmitir esse conhecimento a quem interessasse.

Essa proposta era do interesse do DURMAZ2, encontrar e conhecer tais pessoas, não com a intenção de aprender tais saberes, mas sim de quantificar tais pessoas e saber se ainda é uma prática comum na região. Ao sairmos nessa “caçada”, encontramos o amigo (futuro) Francisco Reginaldo, representante de vendas de livros com a temática voltada para os movimentos sociais no campo e na cidade. Ele foi um contato adquirido ainda em Porto Velho, quando do seminário de apresentação do DURMAZ2 na Universidade Federal de

Rondônia. O amigo Reginaldo vive em um dos chamados projetos “casulo” nas proximidades de Ouro Preto do Oeste.

A esse tipo de projeto, a Prefeitura local doa o terreno para que famílias ligadas aos movimentos de luta pela terra vivam, produzam e possuam a terra de maneira coletiva (figura 3).

Figura 3 – Entrada do Coletivo Luzinei Barreto em Ouro Preto do Oeste, RO



Foto: Marcel Eméric Bizerra de Araújo, 2013.

1.2. No Coletivo¹ Luzinei Barreto: uma nova maneira de conviver com a terra

No terceiro dia de trabalho de campo, conseguimos finalmente o primeiro contato com integrantes do MST, graças ao nosso amigo Reginaldo (contato indicado pelo professor Ricardo Gilson). Chegamos ao Coletivo Luzinei Barreto², sendo recepcionados pelo Reginaldo, sua esposa Vanessa e sua filha recém-nascida, Aurora. O assentamento também

¹ Aqui, a palavra *coletivo* refere-se ao projeto de assentamento “casulo” Luzinei Barreto do MST, em Ouro Preto do Oeste, Rondônia.

² Liderança camponesa local, morto na luta pela terra.

conhecido como “Projeto Casulo” é uma nova forma de assentamento de reforma agrária, onde não há propriedade da terra, todos a usam de forma coletiva. Uma cantina coletiva serve de local para preparação do rancho³ e todas as tarefas são divididas igualmente entre os moradores todos os dias. A posição das casas também fica a critério do grupo. A organização e a divisão do trabalho é o que diferencia o coletivo dos demais assentamentos.

A área é, na prática e juridicamente, coletiva por força de Lei (norma de execução INCRA nº 37, de 30 de março de 2004) momento em que o Projeto de Assentamento foi criado pelo município. A União pode participar com os recursos para indenização de benfeitorias, mas a terra é obtida e titulada pelo município; os aportes de recursos de crédito apoio à instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C), a infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) é de responsabilidade da União e do município e se diferencia pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas. Segundo os assentados, o ideal é que habitem esse projeto cerca de, no máximo, 16 famílias; porém, atualmente, moram cinco famílias no projeto. Na ocasião, apenas a família do Reginaldo era a mais numerosa (esposa e filha) pois muitas das pessoas que buscam pela terra querem “cercas” ao invés de dividir a mesma de forma coletiva.

A metodologia para nossa apresentação de agora em diante será feita por meio da exposição de nossas trajetórias de vida, contando tudo o que nos levou até aquele local, desde nossas origens, que, por sinal, eram bem diversas, tanto do ponto de vista espacial (um paraibano, eu; um carioca, Marcelo; uma rondoniense, Luciana; uma italiana, Sofia e um francês, o Florent). Após nossas apresentações, era a vez de explicar os motivos de nossa presença – o DURAMAZ2. Depois de ouvirem nossas histórias, os assentados se sentiram mais confortáveis para nos contar um pouco de sua história de vida e de lutas.

1.3 Quem vive e como se vive no coletivo?

Este trabalho é pautado em referenciais teóricos e, principalmente, em narrativas de pessoas que, durante o trabalho de campo, foram se apresentando como de suma importância na construção de narrativas que enriqueceram e humanizaram esta dissertação.

Durante nossa visita ao Coletivo Luzinei Barreto, após o meu grupo se apresentar, ouvimos as histórias de vida dos que ali vivem; suas narrativas foram de grande valia para o nosso entendimento do lugar onde estávamos e também de como poderíamos aprender com os

³ Expressão usada pelos moradores do assentamento para designar suas refeições.

eles sobre o universo de nossa pesquisa. Pinto (1971, p. 13) diz que “a narrativa parece ser apenas um sistema conotativo e transfásico, uma mitologia entre as diversas que se podem misturar para formar um discurso” e que com:

[...] seu estudo, não se esgotam as possibilidades interpretativas potenciais de algum discurso, bem longe disso, e haverá mesmo alguns, sobretudo quando nos aproximamos da literatura contemporânea, em que sua eficácia interpretativa será muito reduzida (PINTO, 1971, p.13).

Aqui trarei alguns relatos narrados pelos moradores do Coletivo que me suscitaram maior interesse pela temática e maior admiração pelo estilo e história de vida de cada um. Os personagens são reais e, para preservar suas identidades, irei me referir a eles usando a palavra *senhor*, seguida por um número. O *Senhor 01* tem cerca de dezoito anos de participação no movimento de luta pela terra; fez cursos promovidos pelo movimento⁴; é paranaense e chegou a Rondônia aos dois anos de idade. Foi acampado no antigo acampamento Zumbi dos Palmares, que daria origem ao assentamento Palmares, também em Nova União; porém, saiu antes de conseguir a terra (fato comum na sua trajetória de idas e vindas ao movimento e quase sempre saía antes de conseguir a terra). Hoje se vê integrado ao modo de vida do coletivo e não pretende sair dali.

O *Senhor 02* é natural de Rondonópolis, no Mato Grosso (1973); veio para Rondônia em busca da “terra prometida”. Em 1989, sua família conseguiu terra na região de Ariquemes. A família era grande e com raízes na Bahia (notável veia migrante, pois *Senhor 2* nasceu no Mato Grosso), assentou-se no projeto Marechal Rondon do PAD Burareiro (Projeto de Assentamento Dirigido – INCRA). Ele afirma que a família ganhou a terra, mas não conseguiu chegar a ela devido às dificuldades de acesso, já que, à época, muitas famílias “ganhavam” seus lotes a vários quilômetros de distância dos NUARES, o que, em grande parte dos casos, inviabilizava a ocupação da terra. Ingressou no movimento sindical na década de 1990 e, desde 2000, faz parte da secretaria do MST estadual. Considera o coletivo “uma forma alternativa de mudar o ponto de vista da sociedade em relação ao movimento”. Para o *Senhor 02*, o sistema de lotes individuais transforma aos poucos o assentado em um pequeno capitalista individual.

⁴ Aqui a palavra *movimento* está representando a forma reduzida de movimentos sociais de luta pela terra, já que nem todas as pessoas que aqui narraram suas trajetórias fizeram ou fazem parte do MST.

O *Senhor 03* é uma figura interessante (não mais que as outras, mas me identifico com suas origens). Natural da zona rural de Acopiara, no Ceará, veio para Rondônia com seus pais, que são paraibanos (como eu) e aqui chegaram em 1989 no início da formação do MST no Estado; foi assentado no projeto Cachoeira, no município rondoniense de Espigão do Oeste, o primeiro assentamento do MST no Estado. Em 2004, iniciou as atividades no movimento com a função de visitar acampamentos; em 2005, fortaleceu sua participação de militância como coordenador de acampamentos em Rondônia; em 2010, abriu mão de um lote que receberia do MST, porque sua atuação era de grande importância para o MST. Preferiu não se assentar naquele momento e vir para o coletivo. “Trajetória de família camponesa não se perde fácil”. Afirmo que pretende aumentar sua atuação como militante. Entre muitos assuntos tratados, refere-se à relação que o Coletivo mantém com órgãos governamentais (estaduais e federais) e fala em uma necessidade maior de auxílio e linhas de crédito.

Notamos sempre um tom de denúncia em suas falas, e entendemos que eles nos viam como potenciais porta-vozes à sociedade de suas necessidades e opressões. O *Senhor 03* é bastante alegre, divertido e disposto em relação ao trabalho, diz a nós que pretende aumentar a produtividade do grupo Coletivo para que se torne um modelo para o movimento e de “laboratório para a sociedade”. Para ele, “a sociedade precisa ver o sucesso da reforma agrária” e “nóis é responsável por mostrar isso”.

Certamente, a pessoa que mais nos surpreendeu quando dessa visita, foi o *Senhor 04*. Sempre alerta para tudo o que falávamos, retificava a fala dos colegas quando era preciso e nos deixava seguir a conversa quando interrompíamos sua fala.

Assim que entramos no Coletivo (foto 3), fez-nos a seguinte pergunta: “Vocês são da rede Globo”? Inteligente, sagaz e, acima de tudo, experiente. Iniciou sua conversa não pela sua trajetória como todos nós, mas sim reivindicando melhorias na educação do camponês: “formar professores para propor uma nova pedagogia da terra”. Mostrou-se bastante preocupado com a educação em geral, e fiquei me perguntando se suas falas foram direcionadas a mim, por ser do grupo, que ali estava, o “único” professor. “Procuro sempre ter contato com os professores que atuam nos assentamentos do MST para convencê-los a aplicar o que chamo de pedagogia da terra”. Citou os debates iniciais a respeito de parcerias com o IFRO para a criação de cursos técnicos na modalidade EAD e cursos de extensão para a formação de multiplicadores dessa metodologia.

O *Senhor 04* falou sobre vários assentamentos no Estado, demonstrando conhecimento da realidade de cada um deles, principalmente do Margarida Alves e do Palmares, ambos em

Nova União. A sua grande preocupação hoje, além da educação, é com a venda de lotes nos assentamentos do Brasil, fato que o faz entender que a melhor forma de assentamento são os projetos de propriedade coletiva como o “Luzinei”: “O que me incomoda é saber que ao receber gente de fora (do movimento) a gente prejudica nossa luta”.

Percebi que o *Senhor 04* era o mais experiente do grupo, um articulador certamente em nível nacional, quiçá internacional do MST. Já foi à Venezuela, à Bolívia e até a Cuba para realizar cursos de formação, “treinamentos diversos”, segundo ele. É responsável por pensar e “desenhar” o formato dos novos assentamentos do MST. Conhecemos também, na ocasião, um artista do assentamento, o *Senhor 5*, que nos presenteou, com orgulho uma fita “k7” com seus sucessos gravados e aproveitou para convidar-nos a participar de evento que seria realizado dali a uma semana, quando iria se apresentar. Todas as suas músicas possuem a temática rural e a luta pela terra.

Figura 4 – Coletivo Luzinei Barreto: pesquisadores em ação



Foto: Marcelo Pires Negrão – trabalho de campo DURAMAZ2, 2013.

O primeiro passo, concreto e produtivo, havia sido dado, e, ao visitarmos o Coletivo Luzinei Barreto, havíamos superado nossas expectativas em relação ao início de tudo e estávamos cada dia mais animados com o momento de conhecermos o assentamento Margarida Alves, *lócus* desta pesquisa. Um dos colegas do Coletivo deu-nos o contato telefônico de um dos líderes do assentamento Palmares (vizinho ao assentamento Margarida

Alves), conhecido como “Tatu”, que, por telefone, prontamente nos convidou a irmos ao assentamento Palmares e nos recebeu em sua casa.

O lote é bastante agradável com uma represa próxima à casa. Falou-nos um pouco sobre a história do assentamento e, em meio a risos, perguntou-nos, mudando a expressão facial para um tom sério, o que realmente estávamos fazendo. Após toda a explanação da necessidade em realizarmos a pesquisa no assentamento Margarida Alves e do que era o programa DURAMAZ2, Senhor Tatu lembrou-se de que, alguns anos antes, um “gringo” passara vários dias na região, hospedado no assentamento vizinho, e o jeito bonachão voltou ao seu rosto.

Depois de alguns cafezinhos, ele nos sugeriu entrar em contato com uma senhora no assentamento Margarida Alves, “dona Amélia”, quem, segundo ele, por ser uma líder comunitária, era o melhor contato no assentamento. Após a visita a casa do Sr. Tatu, fomos até o município de Mirante da Serra também a título de reconhecimento; apesar do município ter iniciado seu processo de ocupação no começo da década de 1980, não apresentava muitos avanços na organização do seu espaço urbano.

Figura 5 – Coletivo Luzinei Barreto: ingá colhido na hora.



Foto: Marcel Eméric Bizerra de Araújo, 2013.

Figura 6 – Trabalhador da Vinha no Descanso, Jean-François Millet (1869 – 1870).



CAPÍTULO 2: DO EXTRATIVISMO AOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA

2.1 A importância da borracha para o povoamento da Amazônia

O território onde hoje se situa o estado de Rondônia passou por diversas mutações em relação às suas paisagens e sua composição social em sua trajetória de existência. De acordo com Théry (1976), “o primeiro evento conhecido da história da região é a expedição de Antônio Raposo Tavares, em 1650”. Para reconhecimento dos domínios da Coroa Portuguesa, ele adentrou o território pertencente aos espanhóis, chegando às minas de ouro do Mato Grosso e descendo os rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Desde então, várias expedições foram realizadas à região: em 1722, Francisco de Melo Palheta partiu de Belém e subiu os rios Amazonas e Madeira; em 1749, uma comissão dirigida por Luiz Fagundes Machado foi mandada para reconhecer em detalhe o rio, desde Belém até o Mato Grosso, que se tornou, em 1748, uma capitania destacada de São Paulo. A expedição reconheceu o curso inferior do Machado e do Jamari (THÉRY, 1976).

A tentativa de fixação do não-índio na região foi marcadamente conhecida pela presença de jesuítas, seguidos de outras ordens eclesiais como os salesianos e os carmelitas; porém, as dificuldades relativas ao contato nem sempre pacífico com índios e confronto direto com doenças tropicais, como a malária, dificultaram em demasia o processo de permanência dos colonizadores nessa área.

Na região do Rio Madeira, por exemplo, foram feitas várias tentativas de instalação de povoados que regularmente fracassavam. As dificuldades de colonizar esse local perduraram durante os séculos XVIII e XIX, com diversas tentativas de criação de linhas de ligação fluvial e ferroviária para integrar a região.

Por um longo período, a região amazônica permaneceu praticamente “intocada” quanto às atividades econômicas e de ocupação sistematizadas, sendo as atividades extrativistas as que predominavam e, na região, as únicas voltadas para a subsistência dos povos locais.

Período este que perduraria até o início do século XX, quando no limiar da chamada Segunda Revolução Industrial (fase industrial de desenvolvimento urbano-capitalista), os inventores Charles Goodyear e Thomas Hancock desenvolveram o processo de tratamento da

borracha com enxofre e sua vulcanização, na mesma época em que John Boyd Dunlop aperfeiçoaria os pneumáticos, fatos que revolucionariam o uso da borracha para sempre.

A borracha, conhecida desde 1745 por La Condamine, cientista e explorador francês que é considerado um dos primeiros cientistas a descrever a geografia da bacia amazônica (THÉRY, 1976). Desde então, passou a ter aplicações industriais diversas e, devido à sua abundância na região amazônica, surgiu o interesse, já no século XX, pela exploração do “leite” da *hevea brasilienses*, também conhecida como seringueira ou árvore-da-borracha, abrindo os olhos do Brasil e do mundo para a necessidade de fixação efetiva de “trabalhadores da borracha” na região.

Esse período foi essencial para a ocupação e desenvolvimento da região, porém foi marcado por uma grande alienação e apropriação de terras públicas para a produção do látex. Nesse período, a Amazônia foi a região que mais cresceu no Brasil.

Esse crescimento ocorreu principalmente devido à necessidade de mão de obra para a exploração do látex. Milhares de trabalhadores, especialmente oriundos do Nordeste do Brasil, migraram para a região, surgindo, assim, os primeiros núcleos de povoamento. Parte dessa população dirigiu-se à região em busca de melhores condições de vida, o que quase foi encontrado. Hoje se condena a exclusão social e as duras penas da vida de um migrante da caatinga na floresta, em prol do crescimento econômico da produção para o grande capital comandado pelos seringalistas.

Entre 1879 e 1912, o ciclo da borracha viveu seu auge e alguns elementos, como a abertura da ferrovia Cochabamba-Arica em 1913, que iria drenar uma boa parte da produção da borracha boliviana, subutilizando o árduo e demorado trabalho de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré; igualmente, houve a inauguração, em 1914, do canal do Panamá que evitaria o desvio pelo Cabo Horn, tornando mais interessantes ainda as ferrovias em direção ao Pacífico e, sobretudo, a decadência rápida da borracha da Amazônia perante a produção das plantações do Extremo-Oriente (THERRY, 1976).

Com o declínio da borracha, já nas primeiras décadas do século XX, não muitos daqueles trabalhadores migrantes retornaram a seus locais de origem, enquanto a grande maioria continuou a resistir sobrevivendo na região, amarrados pela dívida eterna.

Com o início da Segunda Guerra mundial, a economia da borracha ganhou uma sobrevida. Com a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos “Países Aliados” e o crescente interesse de integrar a Amazônia ao restante do país, estabeleceu-se na Amazônia o que se denominou de segundo ciclo da borracha. Apesar dos esforços para recuperar a economia do

látex, foi um período que não traria ainda grandes mudanças espaciais, deixando, no entanto, a marca da chegada maciça de novos povos à Amazônia e principalmente a Rondônia e, até hoje, a extração da borracha se faz presente na economia da Amazônia (SOUZA, et al., 2012).

2.2. O Agrário no Brasil recente

Em meados do século XX, o debate sobre a Reforma Agrária foi trazido à pauta pelo Governo do então Presidente João Goulart (1961-1964) a partir das famosas reformas de base, as quais, de acordo com Diamico, eram:

um conjunto de propostas que visavam promover alterações estruturais que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil (2007, p. 73).

Essas propostas tornar-se-iam bandeiras de luta de forma mais consistente após a entrada de “Jango” no poder em setembro de 1961. As Reformas englobavam um conjunto de iniciativas: reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária, universitária e eleitoral. O Projeto de Reformas, também chamado de “Plano Trienal” tinha como carro-chefe a Reforma Agrária, que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores rurais.

O Presidente João Goulart afirmava à época que o desenvolvimento do Brasil dependia essencialmente da Reforma Agrária; porém, seu projeto reformista ia de encontro aos interesses de amplos setores da classe dominante do país (NATIVIDADE, 2011). Desagradar a classe dominante no Brasil nunca foi uma boa alternativa para os governantes e, para “Jango”, não seria diferente.

O grande envolvimento que o poder executivo passou a ter com as questões agrárias foi evidenciado em novembro de 1961, quando o presidente compareceu ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em Belo Horizonte (GRYNSZPAN, 2014). Foi também no Governo de “Jango” que a sociedade rural civil organizou-se, deixando de lado entraves legais como, por exemplo, das Ligas Camponesas e associações de lavradores, criando, doravante, sindicatos e federações, fato que culminaria na posterior fundação da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura.

Em 1962, é criada a SUPRA – Superintendência de Política Agrária; em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural e o governo passou a investir massivamente na aprovação da Lei de Reforma Agrária no Brasil. Um dos grandes empecilhos para tal realização era, de acordo com Grynszpan (2014), os dispositivos constitucionais que determinavam que as desapropriações de terras fossem realizadas mediante indenização prévia em dinheiro, o que levava partes do governo a alegar insuficiência de recursos financeiros para tal empreitada.

Diante da resistência dos 3/5 do Congresso Nacional em aprovarem mecanismos constitucionais que viabilizassem a indenização devido às desapropriações de terras por meio de títulos da dívida pública e não em dinheiro, o governo passou a pressionar o congresso juntamente com o apoio dos movimentos sociais que demandavam uma reforma “na lei ou na marra” e, em março de 1964, João Goulart deu o primeiro passo ao anunciar a desapropriação das terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas.

Essa decisão afetou drasticamente o futuro de João Goulart e da Reforma Agrária no país, pois deixou a elite rural brasileira extremamente descontente e, como em um contexto global de Guerra Fria, perseguição aos comunistas e segurança nacional, “Jango” foi deposto por intermédio de uma das mais famosas estratégias políticas de derrubada de poder já ocorridas no Brasil: o Golpe Civil - Militar de 1964.

Com a saída de Jango do poder em março/abril de 1964, as reformas de base e, principalmente, a já esperada Reforma Agrária ficariam para depois, deixando apenas no imaginário dos camponeses o sonho de um dia possuírem suas terras. O Golpe Militar foi realizado, entre tantos objetivos, com o de paralisar os movimentos de luta pela Reforma Agrária; porém, como os Militares não temessem as revoltas populares, sabiam que tinham de dar uma “satisfação” à sociedade, nem que fosse um desfecho negativo para pôr fim aos sonhos camponeses para agradar a elite rural que sempre os apoiou.

Em 30 de novembro de 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), Lei que teve como objetivo “realizar” a Reforma Agrária no Brasil. O art. 1, do Estatuto da Terra de 1964, considera:

Art. 1. Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as

atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

O Estatuto da Terra nunca foi implantado em sua plenitude, tratou-se apenas de mais uma forma que o Estado criara para manter a questão agrária sob o controle do poder central, impossibilitando o acesso à terra aos camponeses, à propriedade familiar, e possibilitando o acesso aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista (FERNANDES, 1998).

Os princípios que marcaram a concentração fundiária no Brasil nunca deixaram de existir e outras formas de apropriação das terras brasileiras foram sendo desenvolvidas para burlar as leis e facilitar o enriquecimento constante das elites rurais.

Nesse contexto transgressões e descasos, via poder público, com a sua população em relação ao acesso à terra, surgiram os movimentos sociais de luta pela terra. O mais conhecido e estudado até hoje é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, segundo Ferreira (2011, p. 137) é o “movimento socioterritorial mais importante do país” e tem sua origem em meio ao 1º Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel, no Estado do Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984 (MST, 2014). Não há, segundo o próprio movimento, uma data exata, oficial para a criação do MST, o concreto é que, em 1985, o MST já realizava seu primeiro congresso enquanto movimento social, em Curitiba, Paraná, cuja palavra de ordem era “ocupação é a única solução” (MST, 2014).

A luta pela Reforma Agrária era e ainda é a bandeira do MST. Ainda no ano de 1985, o então Presidente da República José Sarney aprovou o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinha como objetivo principal, dar celeridade à Reforma Agrária e assentar cerca de 1,4 milhão de famílias até o fim do seu mandato (MST, 2014). Mais uma vez, a ideia ficou apenas no papel, pois, pressionado pela bancada ruralista⁵, o então Presidente Sarney não conseguiu assentar mais 90 mil famílias.

O tempo foi passando e pouco sendo feito em relação à diminuição das desigualdades no campo. A Reforma Agrária dita ideal nunca aconteceu de forma efetiva. Embora famílias continuem sendo assentadas anualmente no Brasil, grande parcela dessas pessoas não conseguem permanecer na terra. Os fatores dessa não permanência são muitos e em cada região do país apresentam-se com características diferentes.

⁵ A bancada ruralista é formada por deputados e senadores que defendem os interesses dos latifundiários e do agronegócio. Entre os seus líderes estava o Deputado Ronaldo Caiado, hoje Senador pelo DEM (GO).

Uma das grandes dificuldades de efetivação da reforma agrária no país está relacionada ao grande “pacote” estratégico que o sistema capitalista midiático cria e distribui para grande parte da população, afirmando que a reforma agrária e os movimentos sociais são improdutivos, gerando assim uma barreira para a luta pela terra, despolitizando e enfraquecendo as lutas camponesas.

Conhecer um assentamento, seus conflitos, “seu modo de pensar a natureza” e suas perspectivas de futuro deram-me a dimensão da importância que o meu trabalho tem, pois os assentamentos de reforma agrária quase sempre são vistos de maneira negativa por grande parte da sociedade, e não à toa, pois o próprio Estado favorece o aviltamento da imagem dos assentamentos.

Feliciano (2006) cita o período do governo de Fernando Henrique Cardoso como marco inicial de uma luta política de tentativa de supressão do movimento camponês no Brasil e a consequente depreciação da imagem dos assentamentos, com o objetivo de diminuir ao máximo a força desse movimento como classe presente na sociedade capitalista.

A despolitização e desvalorização da luta camponesa seria o passo inicial, que se daria por intermédio de três espaços: legal, institucional e imaginativo (FELICIANO, 2006). Minha pesquisa se apropria do chamado *espaço imaginativo* citado por Feliciano, pois tento, ao final, desconstruir a imagem negativa que grande parte da sociedade tem em relação aos assentamentos e ao povo que ali habita, pois é a partir desse tal *espaço imaginativo* que as ações do espaço legal e institucional ganham vitalidade e visibilidade servindo

[...] para garantir a construção de imagens e vinculações depreciativas do movimento camponês, como o atraso do mundo rural, a violência a desordem, suas irregularidades e fragilidades internas etc. Os espaços de despolitização da luta camponesa em geral ocorrem de modo simultâneo, mas aparentemente não sintonizam uma ação uma ação conjunta. É como se os “fatos” fossem construídos por si mesmos e não por pessoas e instituições com finalidade política delineada (FELICIANO, 2006, p. 58).

A partir dessa perspectiva posta por Feliciano, em seu livro *Movimento camponês rebelde*, de que as instâncias superiores do poder usam de mecanismos alienantes diversos para passar uma imagem negativa dos assentamentos e dos movimentos sociais que lutam pela distribuição justa de terras, é que me propus a apresentar o Assentamento Margarida Alves como bom exemplo em relação à capacidade de produzir e manter seus moradores em boas condições de vida.

Mesmo fruto de uma política governamental entendida por mim como descompromissada, esse assentamento mostra-se produtivo e com baixas distorções econômicas entre os camponeses assentados, sendo uma prova de que a imagem passada pela mídia pode enevoar a realidade das lutas dos camponeses para produzir e resistir na terra em que vivem.

Ao apresentar continuidades e rupturas na forma de produzir e conectar-se com os circuitos econômicos demonstramos, minimamente, como é significativa a vida camponesa no Assentamento Margarida Alves, e que dela vem o sustento e prosperidade de seus moradores. No Margarida Alves, a produção camponesa mostra-se próspera, embora muitas vezes haja tentativas de diminuir as atividades que garantem alimento diário em nossa mesa, ratificamos o que diz Wanderley que:

Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras (2003, p. 43).

Nos últimos anos, a discussão sobre a campesinato vem ganhando legitimidade social e política no Brasil, passando a ser utilizada com mais relevância nos diversos discursos político-partidários e principalmente no âmbito dos movimentos sociais rurais. Por conseguinte, também passa pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais, da Natureza e Agrárias e da Terra que analisam os conflitos e problemas oriundos do meio rural, além de apresentar os resultados positivos obtidos no território do campesinato.

Na era da sustentabilidade econômica, sobretudo no que diz respeito às questões ambientais, a Geografia, com suas variantes epistemológicas e sob a ótica do campesinato, não pode se omitir em discutir as perspectivas dos sistemas de produção na agricultura familiar e sua relação com as propriedades familiares em assentamentos rurais, neste caso em Rondônia.

Somando-se a essa discussão, também é possível identificar e discutir temas político-econômicos entre as famílias de pequenos produtores rurais e sua relação com o meio ambiente e, ainda, abordar a questão da consciência prática para preservação das áreas de mata como condição *sine qua non* para a sustentabilidade como legado pelas gerações futuras.

A agricultura da região amazônica, em especial a do Estado de Rondônia, está intimamente ligada à produção familiar e aos assentamentos de reforma agrária. Por seu turno, aos camponeses, pequenos agricultores que enfrentam no cotidiano o descaso das autoridades e deparam-se com as mais duras formas de espoliação da elite agrária têm se organizado em movimentos sociais, participando da luta por uma vida mais digna com trabalho resistindo ao conservadorismo agrário dos latifundiários.

O movimento camponês no Estado de Rondônia é uma história de degradação, do homem e da natureza; porém, nas últimas décadas tem sido também uma história de resistência, de protesto e de esperança. Enfrentar o desafio de pesquisar suas perspectivas e o seu crescimento a partir da produtividade de forma sustentável é mister para escrever uma nova página da agricultura familiar rondoniana.

Os camponeses representam um segmento significativo da produção agropecuária e de alimentos. Eles vêm assumindo cada vez mais uma dupla função que é garantir o sustento e uma melhor qualidade de vida para suas próprias famílias e participar do fornecimento de gêneros agrícolas para a crescente demanda de áreas rurais e principalmente urbanas.

Por conseguinte, há sempre espaço para pesquisas sobre o tema da agricultura familiar em um painel quase sempre dominado pelos órgãos oficiais, principalmente o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Descrever as mudanças de padrão tecnológico e a sustentabilidade econômica e ambiental é algo que não pode ser esquecido. Deve ser pesquisado e avaliado na perspectiva de estudar indicadores conjunturais que salientam a importância da agricultura camponesa no promissor Estado de Rondônia.

Esta pesquisa inclui, sobretudo, um contato mais próximo com o Assentamento Margarida Alves, no município de Nova União, e seus produtores ligados ou não a movimentos sociais que levantaram e levantam a bandeira de luta contra o capital agroindustrial globalizado e contra a movimentação da minoria poderosa que representa o latifúndio.

Entender Rondônia a partir de seus ciclos econômicos é uma verdadeira aventura, recheada de lutas, sucessos e abandono. Explicar Rondônia como um grande produtor de gêneros agrícolas, mas que ainda importa grande parte dos seus alimentos consumidos é também apresentar esse Estado como cenário de lutas pela terra e pela dignidade de camponeses que aqui chegaram, perseveraram, viveram e ainda vivem, buscando sua emancipação na tão sonhada terra de trabalho.

Cassirer (2012, p.48) afirma não existir remédio para a inversão da ordem natural, sendo assim, o homem não pode fugir à sua própria realização. A execução deste trabalho está intrinsecamente ligada à minha formação como indivíduo, às experiências que vivi em minha infância e adolescência, do Nordeste árido à exuberante Amazônia, porque, como já foi citado, trilhei caminhos e fiz escolhas que me trouxeram até esse ponto de minha vida. Os trabalhadores que construíram e constroem Rondônia também seguem essa trilha de sucesso ou frustração não conseguindo fugir de sua sina. Embora Rondônia tenha sido e ainda é um grande “El Dourado” no tocante a oferta de trabalho, em determinadas áreas do Estado nem todos os que aqui chegam alcançam o tão sonhado sucesso. Cassirer (2012, p.48) novamente ressalva que é uma ingenuidade deduzir que há uma realidade absoluta de coisas que são as mesmas para todos os seres vivos, já que a realidade não é singular e homogênea e, sim, imensamente diversificada.

Na certeza dessa heterogeneidade de realidades é que construí este trabalho. Levando em consideração a “colcha de retalhos” que é o Estado de Rondônia, com suas diversas culturas e povos que, levados pela onda de progresso e políticas de colonização a partir da década de 1960, vieram para este distante rincão em busca de sua terra de trabalho. Esse mundo permeado por símbolos dá ao homem um caráter transcendental e abstrato na sua forma de pensar, agir e de entender-se. A linguagem adotada por esse homem torna-se, para alguns, difícil de compreender, tornando a imagem daquele homem algo de difícil leitura, algo enigmático.

O espaço geográfico rondoniense é construído com base na diversidade cultural e nas representações e reproduções aqui verificadas. Para Cassirer, “o espaço e o tempo são a estrutura em que toda a realidade está contida e não podemos conceber qualquer coisa real exceto sob as condições do espaço e do tempo” (2012, p.73). O migrante trouxe consigo sonhos e, acima de tudo, elementos culturais oriundos de seu lugar, de sua terra natal.

Os programas e os projetos de colonização do governo federal, iniciados na década de 1970, impulsionaram intencionalmente a presença do camponês sulista e nordestino em terras rondonienses, sendo em sua grande parte pessoas participantes das crescentes lutas por terra em sua região. As mobilizações nacionais camponesas do início da década de 1960 marcaram as reivindicações por reforma agrária e a consequência disso é o desencadeamento dos ciclos “colonização contra a Reforma Agrária” (OLIVEIRA, 2000, p.4). Oliveira cita que esses ciclos caracterizam-se pelo incentivo ao processo de modernização da agricultura e pela

presença da “antinomia colonização *versus* reforma agrária” (2000, p.4) como possível alternativa para a crise fundiária vislumbrada no país naquele momento.

Ao Estado coube em curto prazo implantar suas estratégias para dispersão dos movimentos sociais. Tendo como alternativa inicial a abertura de novos eixos rodoviários e a instalação de programas de colonização oficiais e privados, o Estado delineou um fluxo migratório intenso, principalmente das regiões Sul e Nordeste em direção aos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre (OLIVEIRA, 2000, p. 4).

Aqui buscamos entender como essa onda de migrações incentivadas pelo governo federal, nas décadas finais do século XX, interferiu e ainda interfere no modo de vida dos que hoje estão assentados no que chamaremos de território do campesinato. O Estado de Rondônia é considerado por Coy (1988, p. 167) como umas das frentes pioneiras mais dinâmicas da Amazônia brasileira; porém, esse dinamismo anunciado por Martin Coy, ao findar do século passado, apresenta atualmente modificações sociais percebidas como resíduos de políticas territoriais pretéritas, confirmando as distorções sociais citadas por ele ainda na década de 1980, quando afirmava:

Embora Rondônia tenha sido considerado frequentemente uma fronteira agrícola “bem-sucedida”, constatam-se atualmente processos de diferenciação social no campo, reproduzindo assim as estruturas sociais das regiões de “expulsão rural” no “centro” sócio-econômico do país (COY, 1986, p. 167).

A necessidade de entendermos essas transformações e seus reflexos nos dias atuais se faz obrigatória devido a diversos motivos, principalmente às mutações sociais nos assentamentos de reforma agrária em Rondônia, que rebatem diretamente no modo de produção dos assentados e na maneira como estes cuidam da natureza de forma sustentável.

Ainda dentro das motivações para esta pesquisa, está a minha atual ligação com Rondônia, como morador e trabalhador deste Estado há cinco anos. Minhas trajetórias de vida e de trabalho apresentaram-me uma específica necessidade de entender como funciona o território do campesinato em Rondônia. Como já citei anteriormente, sendo eu oriundo de uma família de migrantes nordestinos e encontrando aqui uma gama imensa de migrantes não só do Nordeste, mas do Sul e Sudeste do país, vi-me como um deles, construindo e atuando nesse cenário de maravilhas naturais e histórias de vida tão pouco valorizadas.

Alguns anos após a implementação das políticas recentes de colonização da Amazônia, é mister analisar como as famílias que migraram nos já supracitados períodos e em

essencial as do Assentamento Margarida Alves encontram-se após de 17 anos de criação desse projeto de assentamento. Trazer à tona as diferenciações sociais existentes no campo dará a noção de como as políticas governamentais criadas para os assentamentos deram continuidade ou causaram rupturas no modo de viver dos assentados, se trouxeram melhorias ou depreciaram sua qualidade de vida.

2.3 Projetos de colonização em Rondônia: o Estado abre as portas ao campesinato

Na introdução deste trabalho, apresentamos um pouco do processo de colonização agrícola em Rondônia, os projetos do INCRA, as migrações em massa e a emancipação do PIC Ouro Preto do Oeste, que resultaria na criação do município de Nova União onde se encontra o Assentamento Margarida Alves, objeto de estudo deste trabalho. Acreditamos e por isso reforçamos, neste tópico, a ideia de que tais projetos de colonização e reforma agrária foram a base do campesinato em Rondônia (SILVA, 2012).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o Estado de Rondônia recebeu um grande número de projetos de colonização que foram implantados pelo INCRA, entre outros motivos, para sanar a necessidade de ocupação da região e aliviar as tensões relativas à luta pela terra no restante do país, onde massas de trabalhadores expropriados do meio de produção (terra de trabalho) reivindicavam seu espaço para garantir a sua sobrevivência e dos seus familiares. O melhor lugar para acomodar esses trabalhadores seria a Amazônia e, naquele momento, Rondônia.

Amaral (2004), em sua obra *Mata virgem, terra prostituta*, apresenta seis pontos/características que facilitaram a ocupação da Amazônia e, por conseguinte, de Rondônia nas décadas finais do século XX, sendo elas: a disponibilidade de terras devolutas; a ação estatal na implantação de colônias (INCRA; SUDAM); a migração induzida do que ele chama de regiões “velhas” para regiões “novas”; a institucionalização da propriedade privada, a implantação de regimes disciplinares aos colonos para garantir a reprodução social das colônias e a criação e manutenção da exclusão social produzida nas novas terras, onde nem todos os migrantes conseguiam efetivamente a propriedade da terra.

Para Silva (2012), o “cerne” da política de colonização estava na produção de condições materiais para efetivar novas relações produtivas, inserindo elementos de “sociabilidade capitalista à floresta” (p. 60). Tais condições materiais seriam visíveis a partir da abertura de rodovias integrando a Amazônia ao Brasil como, por exemplo, a BR-230, conhecida como Transamazônica, que foi inaugurada em agosto de 1972 (e que nunca foi asfaltada em sua totalidade) durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) local onde vários programas de colonização foram implantados sem muito sucesso.

O fracasso na implantação e efetivação de programas e projetos de colonização agrícola no eixo da Transamazônica motivou a ocupação de novas terras na Amazônia Ocidental por parte do governo; contudo, não só isso, pois, segundo Silva (2012), a introdução dos pacotes tecnológicos trazidos pela “revolução verde” causou uma transformação na estrutura da agricultura brasileira, mecanizando as grandes propriedades,

concentrando a terra, expropriando o campesinato, sendo que esse último fator seria a razão do grande fluxo populacional das regiões Sul e Sudeste para Rondônia.

Esse movimento migratório intenso fez Rondônia saltar de uma população de 111.064 habitantes em 1970 para 491.025 habitantes em 1980 e grande parte dessas pessoas teria de ser alojada pelo INCRA, que era o órgão responsável pela colonização em Rondônia. O INCRA iniciou a colonização em Rondônia executando o modelo de assentamento rural PIC (Projeto Integrado de Colonização) participando de todas as fases até a emancipação dos migrantes.

Entre 1970 e 1975, foram criados cinco PICs: PIC Ouro Preto, PIC Sidney Girão, Ji-Paraná, PA Ribeiro e Adolph Rohl, sendo o PIC Ouro Preto o primeiro a ser criado, já em 1970. Como é sabido, o fluxo de migrantes que buscavam terras em Rondônia era intenso, já que o Estado fazia sua propaganda, além do boca a boca das famílias de colonos já assentados. Nem sempre o INCRA dava conta de atender as demandas dos recém-chegados, não por falta de terra, mas por falta de estrutura física, orçamentária e de recursos humanos (SILVA, 2012).

Essa grande procura por terras em Rondônia obrigou o INCRA a criar novos projetos de assentamento, inclusive em formatos diferentes dos PICs. Os Projetos de Assentamento Dirigidos – PADs, por exemplo, foram criados para atender famílias especializadas na produção agrícola e que dispusessem de recursos financeiros maiores para aquisição de crédito. Para tanto, foram criados dois PADs: o Burareiro e o Marechal Dutra. Os PADs tinham uma forma de produzir dirigida, voltada para gêneros que seriam comercializados no mercado externo como, por exemplo, o cacau. Silva diz que esse modelo favoreceu a formação de territórios de grandes fazendeiros.

Somando-se todos os projetos de colonização implantados em Rondônia entre 1970 e 1980 e já aqui citados, tem-se uma área de aproximadamente 2,6 milhões de hectares, sendo que 1.795.521 hectares (68%) foram destinados aos pequenos camponeses com lotes de até 100 hectares. Ao longo dos anos, o espaço do campesinato consolidou-se nesses extratos de até 100 hectares que representam atualmente 80% dos estabelecimentos rurais do Estado. Estaria, a partir de então, formada uma nova configuração espacial: os PICs para os pequenos camponeses e os PADs para os médios e grandes produtores rurais.

Enfim, concordamos com Silva (2012) quando o autor diz que o Estado produziu o espaço do campesinato em Rondônia a partir de suas políticas diretas de colonização. Rondônia transformou-se no espaço da ação do Estado e da reprodução social do

campesinato, representado pelo trabalho familiar e por novas atividades agropecuárias como incremento de sustentação financeira do camponês e da cristalização da classe.

Figura 7 – *O Angelus*, Jean-François Millet (1857-1859).



CAPÍTULO 3: ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE O CAMPESINATO

3.1. Apresentando o campesinato em Rondônia

Com cerca de 1,7 milhões de habitantes e uma taxa de urbanização crescente, Rondônia é palco de várias dinâmicas ocupacionais e de metamorfoses dos espaços, rural e urbano. Com o setor urbano em crescimento acelerado, causado por diversos fatores econômicos e sociais – frutos de rebatimentos oriundos do dito crescimento econômico do Brasil recente – como, por exemplo, o que Oliveira (2010) chama de “ciclo das turbinas” ao se referir às usinas hidrelétricas construídas no Rio Madeira em Porto Velho, temos uma necessidade maior em se discutir as relações campo-cidade para Rondônia, já que temos um aumento da população no meio urbano que gera uma maior demanda na produção de alimentos.

Esse crescimento é visto com bons olhos pelos chamados desenvolvimentistas, que veem a oportunidade de lucro para Rondônia sem preocuparem-se com o ônus socioambiental no Estado. Nesse cenário, vemos as políticas de desenvolvimento urbano e rural representadas pelos setores agrícola, ambiental e agrária, comandadas pelos órgãos estatais, privilegiarem o latifúndio, em detrimento de grandes parcelas de trabalhadores que são excluídos do acesso à terra de trabalho.

Grosso modo, são nos territórios do campesinato onde ainda encontramos problemas sociais, de políticas decorrentes da migração em busca da sobrevivência aliada à falta de uma reforma agrária justa. Rondônia, que, em uma antiga conjuntura, caracterizou-se como um “Novo Eldorado”, considerado por muitos como a “Terra Prometida”, tornou-se o destino da onda migratória do país, intensificada a partir das décadas de 1970 até 1995. Era a política do regime militar que propunha uma nova perspectiva na ocupação da região amazônica, baseada no estímulo à imigração, na criação de condições para o capital privado e no desenvolvimento de infraestrutura na região para avaliar o potencial dos recursos naturais (MACIEL, 2004).

Segundo Mesquita (2011), ao final da década de 1970 e início da década de 1980, os projetos do INCRA já se mostravam ineficientes por não darem conta de resolver a questão fundiária e muito menos a questão dos migrantes pobres, que não conseguiram “entrar na terra” e fazê-la produzir. Ainda de acordo com Mesquita (2011), foi nesse período que as

ações dos Sem Terra, mobilizados, forçaram o Estado a criar dezenas de Projetos de Assentamentos (PAs) para abrigá-los.

Atualmente, com investimentos pesados na construção das “hidrelétricas do Madeira” para gerar energia para outras unidades da federação mais industrializadas, uma nova febre migratória recrudesceu, elevando o índice de crescimento urbano e populacional assaz desordenado no município de Porto Velho⁶. A lógica é clara: se há mais gente, deve se produzir mais alimentos disponíveis para a mesa.

Nesse contexto, o campesinato representa um segmento significativo da produção agropecuária e vem assumindo cada vez mais uma dupla função: garantir o sustento e uma melhor qualidade de vida para suas próprias famílias e participar do fornecimento de alimentos, leite, carne e outros produtos para suprir a demanda dos mercados urbanos locais e regionais do Estado. São processos de produção, geração de emprego e renda.

Todavia, a colonização agrícola em áreas de floresta tropical úmida enfrenta obstáculos, entre eles, a necessidade de se manter a floresta conservada. O movimento campesino reconhece que floresta deve ser conservada, porém defende a viabilidade de explorá-la de forma sustentável, sob pena de aumentar cada vez mais o número de pobres na região amazônica. Boff (1995) considera, como sintoma importante da grave doença do planeta Terra, que o ser mais ameaçado da natureza hoje é o pobre.

Malgrado o Estado de Rondônia caracterizar-se como eminentemente formado por pequenos agricultores (camponeses), trata-se esse novo padrão de desenvolvimento rural, sob o pseudo-conceito de “modernização conservadora” (DELGADO, 1985; GRAZIANO, 1997). A principal consequência foi a dependência crescente em relação ao mercado, cuja dinâmica é determinada pela modernização e qualificação técnica, resultando em consequências negativas como o aumento do êxodo rural, o aumento do grau de monopólio sobre a propriedade da terra, o desequilíbrio dos ecossistemas, a exploração desenfreada das diferentes categorias de trabalhadores, o desemprego, a marginalização e o desencadeamento da violência urbana e rural. Conficoni faz menção à questão agrária no Brasil dizendo que:

A questão agrária no Brasil configura-se como um sistema de processos que dificultam o desenvolvimento socioeconômico e político, no sentido da equidade [...] Trata-se de uma dinâmica complexa de fatores; sendo resultado de processos do

⁶ Saindo de uma população de 670 618 habitantes em 2000 para 868.962 hab em 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/viewFile/22447/18461>> Acesso em: 19 mar. 2015.

sistemas históricos, econômicos, sociais e políticos, cujas origens podem ser traçadas na distante era colonial (CONFICONI, 2006, p. 81)⁷.

Embora posta em prática, a Reforma Agrária não atendeu aos ideais de plenitude do processo, que deveria beneficiar diretamente o campesinato; o que há, é um favorecimento aos grandes empresários rurais, subordinando o conjunto da pequena economia agrícola aos capitais financeiros cuja produtividade gera altos custos ambientais. Segundo Sampaio:

[...] se a reforma agrária priorizar o Nordeste, o Sudeste, o Centro-Oeste e o Sul, será possível assentar toda a população rural que necessita de terras em parcelas familiares, sem necessidade de desmatar um hectare de mata na Amazônia. Não quer isto dizer que se deva deixar toda a Amazônia intocada. É perfeitamente possível conciliar explorações econômicas dos recursos naturais da mata amazônica com a preservação do seu meio ambiente, mas isto só poderá acontecer se essas explorações obedecerem a outra lógica, completamente distinta da que preside o processo atual de penetração da agricultura capitalista na região. (SAMPAIO, 1998, p. 9)

O interesse em pesquisar um assentamento, onde o modo de vida e a produção ainda são influenciados predominantemente pelas necessidades de manutenção e do sustento familiar irá nos mostrar como as comunidades camponesas podem sobreviver e se adaptar ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no país, aliando preservação ambiental, desenvolvimento econômico à qualidade de vida.

3.2 Discussões sobre o campesinato e a penetração do capitalismo no espaço rural

Questões teóricas relativas ao campesinato são bastante discutidas no meio acadêmico, não de hoje. Grandes teóricos das ciências humanas e sociais colocaram à mesa a necessidade de se entender a figura do camponês e seu modo de produzir e viver. Várias teorias sobre a origem do campesinato e sua capacidade de manutenção e permanência no campo são tratadas desde o século XIX e vêm fortalecendo ainda mais os debates acerca desse tema.

Os estudos sobre o campesinato e o camponês percorreram na história um longo trajeto da Europa ao Brasil. Autores como Marx e Engels investigaram o surgimento e as

⁷ La questione agraria in Brasile si configura come sistema di processi che ostacola lo sviluppo socioeconomico e politico, nella direzione dell'equità, dell'agiustizia e dell'aumento della produzione [...]. Essa coinvolge una dinamica complessa di fattori: è il risultato di un sistema di processi storici, economici, sociali e politici, le cui origini si rintracciano in una lontana epoca coloniale.

facetar do campesinato enquanto classe na França e na Alemanha; Kautsky e Chayanov, na Rússia, entre os séculos XIX e XX. No Brasil, temos um vasto acervo sobre essa temática, e na impossibilidade de aqui caber tamanha construção intelectual tomamos como referencial teórico obras que considero indispensáveis ao meu entendimento sobre o tema.

Tentarei aqui, fazer uma curta linha do tempo que engloba desde as obras de Marx, Engels e Kautsky, em meados do século XIX até os dias atuais, com a visão de Wanderley sobre *O mundo rural como um espaço de vida*, trazendo assim a realidade de um assentamento rural em Nova União, como exemplo de perseverança da vida camponesa, que outrora fora declarada estar em vias de extinção, contradizendo, criando e recriando novas possibilidades de permanência, agora como parte integrante do capitalismo rural.

Na célebre obra *O manifesto comunista* (1848), Marx e Engels afirmam que “os camponeses são originários da pequena classe média anterior ao ascenso da burguesia como classe economicamente dominante” (CUNHA, 2012, p. 24). Marx e Engels criticavam o caráter individualista e proprietário do campesinato – ou seja, o apego à propriedade privada – fato que seria norteador para reflexões de muitas correntes marxistas; porém, as discussões a respeito do campesinato, trazidas por Marx e Engels, estão inseridas em um contexto revolucionário, como classe vinculada ao proletário.

Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1851 – 1852) Marx traz uma primeira análise consistente do campesinato como classe social. Marx faz uma leitura do campesinato na França, que à época é bastante numeroso e liderado pelo próprio Luís Bonaparte. Para Marx:

[...] o campesinato francês tinha por característica singular o fato de ser homogêneo quanto às condições de existência: pequeno proprietário, de produção familiar autossuficiente, isolado do contexto nacional, mas sem relações multiformes entre si (CUNHA, 2012, p. 25).

Marx também reafirma na citada obra o caráter conservador do campesinato, já que em *O Manifesto comunista* o autor já o considerava conservador e contrarrevolucionário. O camponês era visto por Marx – enquanto vivendo na condição de pequeno proprietário de terra – com seus dias contados, devido ao seu *modus vivendi*, julgando ser incompatível sua reprodução social com a ordem capitalista vigente (CUNHA, 2012). Essa visão sobre as vias de extinção do campesinato dentro do contexto capitalista tiveram grande valor durante todo o

século XX, principalmente no Brasil, como veremos mais adiante, sendo vencida, porém nunca deixada de lado ao se discutir as temáticas rurais.

O também alemão Friedrich Engels, em seu livro *A guerra camponesa alemã*, de 1850, também fez suas análises sobre o campesinato e o camponês. Engels procurou demonstrar como se deu a transformação das propriedades feudais em latifúndios burgueses e as consequentes revoltas dos camponeses na segunda metade do século XIX. Engels dividiu os camponeses em duas categorias: os feudais e os arrendatários, sendo os primeiros subordinados à servidão por parte da burguesia e a segunda categoria, que eram comparados ao operariado industrial das cidades. Ambas as categorias não eram consideradas livres das amarras do capitalismo devido à maneira como surgiram, sem ter acesso direto à terra própria de trabalho. Os camponeses feudais, segundo Engels, deveriam seguir o caminho dos operários para obterem sua “libertação”.

Friedrich Engels, assim como Marx, afirmava que, ao longo do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, o campesinato iria desaparecer lentamente em razão da sua condição de vida. Para Engels, os camponeses deveriam ser entendidos como pequenos proprietários de terra e/ou arrendatários, já que estavam inseridos em uma forma de economia familiar predestinada ao desaparecimento com a expansão do capitalismo no meio rural. O autor foi mais longe ao afirmar que “o pequeno lavrador é um futuro proletário”⁸.

Essa última ideia de Engels, sobre a possibilidade de um pequeno camponês se tornar um proletário, não deve ser descartada em sua totalidade; porém, também não deve ser aceita por completo, já que vemos na atualidade diversas formas de (re)colocação do camponês além da produção em meio rural. No nosso local de estudo, verificamos desde camponeses (assim se consideravam a maioria) ligados diretamente à produção agrícola e pecuária, a moradores do espaço rural que desempenham funções de proletário (urbano e rural) ao se encaixarem no que se chama de pluriatividade; todavia, essas considerações serão descritas mais adiante em nossos resultados.

Na obra de Sevilla Guzmán e Molina, *Sobre a evolução do conceito de campesinato* (2005), encontramos mais relatos sobre o surgimento e o desenvolvimento desse conceito que aqui tratamos. Os autores, ligados à Via Campesina do Brasil, que é uma articulação formada

⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O problema camponês na França e na Alemanha*, op. cit., p.145. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *O campesinato, a teoria da organização e a questão agrária: apontamentos para uma reflexão*. Marília, Expressão Popular – Oficina Universitária, 2012.

por vários movimentos sociais de luta pela terra, tiveram o cuidado de apresentar um relato direto sobre a construção do conceito de campesinato do final do século XIX aos dias atuais, do ponto que chamam de *antiga tradição* iniciando-se na Rússia czarista até os atuais debates sobre agroecologia.

É aceita a tese de que a gênese do pensamento social agrário deu-se ao longo dos séculos XVIII e XIX (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005; CUNHA, 2012), não por acaso, mas como resposta:

a todo um processo de acumulação e elaborado pelo legado das teorias evolucionistas provenientes da filosofia da história, do evolucionismo naturalista e do socialismo utópico [...] e como uma tentativa desesperada de impedir o desenvolvimento do capitalismo pelas formas de ação social coletiva, cujo objetivo é evitar a desorganização social, exploração econômica e depredação sociocultural que tal processo gerava nas comunidades rurais (SEVILLA GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 17-18).

Dentro dos estudos agrários na Europa do século XIX, surgiram correntes de pensamento na Rússia como o chamado anarquismo agrário, que teve em Kropotkin e Bakunin seus expoentes centrais na “configuração da antiga tradição dos estudos campesinos” (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 19). Segundo Sevilla Guzmán e Molina (2005), o anarquismo pode ser definido como um sistema de pensamento “aberto e nada rígido” (p. 28), tendo como elemento destacado e amplo a rejeição da participação política nas instituições burguesas. Bakunin, ao contrário de Marx e Engels, traz em sua obra uma teoria do campesinato como agente revolucionário. Quanto a Kropotkin, discípulo de Bakunin e descendente da mais alta nobreza russa, as teorias anarquistas desenvolveram-se em alto nível científico, ao passo que foi ampliada, conjugando os conteúdos agrários com industriais.

Devo aqui apresentar os estudos de Karl Kautsky, que tem seu nome marcado na história dos grandes pensadores da questão agrária e da entrada do capitalismo no meio rural. Sua obra *A questão agrária* (1972) traz no seu capítulo VIII um “tratado” sobre a proletarianização dos camponeses; na verdade, uma afirmação do que previa seu colega Engels que o “camponês se tornaria um proletário”. Nessa parte de sua obra, Kautsky descreveu o modo de produção do camponês e as suas dificuldades para dividir seu tempo e manter-se sustentado do seu próprio trabalho, enquanto o capitalismo se desenvolve em seu território (território do campesinato).

Alves e Ferreira, em seu estudo sobre a *Importância das teorias agrárias para a geografia rural* (2009) fizeram uma breve análise sobre a “questão agrária” de Kautsky, onde afirmaram que:

Em linhas gerais, a idéia central de Kautsky (1972) é a de que a grande propriedade rural tem superioridade técnica em relação à pequena, sendo a que melhor se adapta à penetração do capitalismo no campo e, por conseguinte à inserção inevitável da “industrialização da agricultura”. Nesse sentido, a pequena propriedade tenderia a diminuir ou desaparecer (ALVES; FERREIRA, 2009, p. 148).

Sempre se afirma que Karl Marx não apresenta uma teoria agrária e Kautsky é grande responsável por introduzir tal questão nos estudos teóricos sobre economia rural. A obra de Kautsky será trazida às vistas nos resultados desse trabalho, quando apresentaremos o modo de vida e de evolução das atividades econômicas e sociais no assentamento Margarida Alves.

3.3 Campesinato e agricultura familiar: um embate teórico

Para Costa e Carvalho, no bem elaborado *Dicionário da Educação do Campo* (2012), campesinato é um:

conjunto de famílias camponesas existentes em um território [...] no mesmo contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso das disponibilidades naturais e culturais de um dado espaço geográfico politicamente delimitado [...] (COSTA E CARVALHO, 2012, p. 115).

Estando neste território politicamente definido, por meio de políticas públicas como, por exemplo, as de reforma agrária, essas famílias:

tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 115)

Muito se discute quem é e se ainda existe, e existindo, onde se encontra a figura do camponês. Para muitos autores envolvidos nessa temática, a figura do camponês já não existe mais, pois entendem que esse homem/mulher ficou para trás, na Europa pós-feudal nem

chegando a “desembarcar” no Brasil colonial. Há, também, os que entendem que houve uma mutação desses personagens, com a entrada do capital industrial no campo, a figura do camponês simples, pautado na produção para subsistência e atrelado a uma economia ultrapassada, o qual se desvincularia das hierarquias comunitárias tradicionais, tornando-se assim um produtor individual, conforme explica Oliveira (1991, p.46).

Entendemos, ao contrário, que a figura do camponês esteve, está presente e assim permanecerá em nossa sociedade. Em nossa pesquisa, deparamo-nos com o camponês descrito por Costa e Ferreira no *Dicionário de Educação do Campo*, aquele que, ao se apropriar da terra e dos seus recursos naturais, “cumpre” o ciclo de vida familiar mediante a produção rural.

O assentamento Margarida Alves apresentou diversos exemplos que ajudaram a fixar o conceito de *camponês* como algo firme em nosso cotidiano; porém, entendemos também que há, dentro do que chamamos de território do campesinato, uma divergência entre os integrantes desse sistema, no que concerne à diferenciação conceitual (informalmente) entre camponês, agricultor familiar e suas práticas.

Em seu sítio na internet, o Ministério do Desenvolvimento Agrário conceitua agricultura familiar como sendo:

Uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (MDA, 2014).

A ideia de gerir o trabalho e a produção é muitas vezes interpretada conforme a realidade do local estudado. Vai de encontro ao objetivo da produção, se para o sustento familiar ou produção para o mercado. No caso assentamento Margarida Alves, encontramos os dois objetivos. Os assentados trabalham com lógicas diferenciadas de acordo com o seu grau de acesso às tecnologias, onde quem possui mais investe na produção para atender o mercado local e regional, como é o caso dos laticínios de grande porte na região central de Rondônia.

E é com os conceitos de campesinato apresentado pelo *Dicionário de Educação do Campo* que basearemos nossas discussões a respeito do objeto de estudo deste trabalho: o assentamento Margarida Alves.

Figura 8 - O Semeador, Jean-François Millet. (1850)



CAPÍTULO 4: A GEOGRAFIA DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

4.1. “Reencontrando” uma conterrânea

O Assentamento que é o objeto de estudo desta dissertação chama-se Margarida Alves. Foi interessante para mim, após quatro anos morando em Rondônia, encontrar um local batizado com o nome de uma conterrânea ilustre (embora muitas vezes com o nome relegado pela história), ainda mais sendo justamente onde seria o local de minha pesquisa.

Nasci e me criei na Paraíba, terra natal de Margarida Maria Alves, e esse fato me deu a certeza de que, pesquisando um assentamento que possui o nome dessa líder sindical tão importante para os movimentos sociais eu também estaria contando um pouco mais da história e das lutas do povo nordestino, principalmente do paraibano, quase sempre discriminado em outras regiões do Brasil. Imerso nas dificuldades da escrita, fui “salvo” pela Professora Gracinha quando leu este trabalho (ainda por findar no citado momento), que, como naqueles exames de consciência que vemos em filme, me fez lembrar deste fato: “você não falou nada sobre quem foi Margarida Alves. Olha, ela é tua conterrânea, até visitamos a cidade dela por acaso quando fomos à Paraíba em 2013”.

Após essa colocação, eu pensei: como não me lembrei desse detalhe tão grande? E agora conto uma mínima fração da história dessa grande conterrânea que pouco conheci, mas que está me levando a dar mais um passo em minha caminhada acadêmica.

Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, na zona rural do município de Alagoa Grande, na Paraíba, mais precisamente no sítio Jacu. Era filha de Manoel Lourenço Alves e de Alexandrina Inácia da Conceição, sendo a filha mais nova de nove irmãos.

Aos oito anos de idade, Margarida já trabalhava na agricultura, conseguindo estudar apenas até a 4ª série do antigo ensino primário. Já adulta, aos 28 anos de idade, mudou-se para a zona urbana de Alagoa Grande, onde permaneceria até o dia de sua morte. Margarida Maria Alves foi líder dos trabalhadores rurais da Paraíba e presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande. Durante 23 anos, ela participou do Sindicato Rural de Alagoa Grande, atuando também em outras organizações de trabalhadores rurais na região canavieira da Paraíba, influenciando, inclusive, as políticas da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Margarida Alves dirigiu trabalhadores rurais em Alagoa Grande por 12 anos, sendo neste período o momento em que ela estreitou suas relações com outras mulheres camponesas que se engajariam na luta camponesa em um espaço marcado pela pouca participação feminina. A religiosidade de Margarida Alves é reconhecida e entrelaçada ao seu fazer político. De acordo com Ferreira (2010), essas são características de uma identidade formada pela vida sofrida, com marcas de sensibilidade feminina que, também são características de muitas trabalhadoras rurais, que são mães, esposas, donas-de-casa e companheiras.

Em 1962, a líder camponesa foi expulsa da terra, mesmo ano em que foi assassinado um dos maiores nomes da luta pela terra no Brasil, João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, morto pelo mesmo grupo que 21 anos depois assassinaria Margarida Alves. Esse grupo era conhecido como *Grupo da Várzea*, organizado por usineiros da zona canavieira da Paraíba, que aterrorizou durante décadas os trabalhadores e trabalhadoras da região do Brejo Paraibano.

Ferreira relata que no decorrer do percurso histórico como sindicalista:

A camponesa Margarida Maria Alves direcionou suas lutas para a defesa da sindicalização, para a conquista dos direitos trabalhistas, as exemplo das reivindicações por carteiras assinadas, por férias, pelo décimo - terceiro salário, pelo repouso remunerado e pela participação organizada das mulheres camponesas (FERREIRA, 2010).

A trajetória de atuação de Margarida Alves é marcada pela presença quando da criação e da efetivação de diversas plataformas de luta. Participou da construção e fundação do Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU) que tinha como objetivo desenvolver ações pedagógicas que contribuíssem para a formação política dos(as) camponeses(as). Foi uma das fundadoras da primeira organização composta só por mulheres, da América Latina, o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB).

A origem pobre e camponesa confere à Margarida Alves a empatia dos diversos movimentos sociais do campo por tudo que essa mulher desenvolveu no âmbito da luta pela terra e, principalmente, pela organização da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Em 12 de agosto de 1983, Margarida Alves foi assassinada brutalmente com um tiro no rosto, por um matador de aluguel, a mando do chamado *Grupo da Várzea*, já citado anteriormente. O crime causou comoção na sociedade paraibana e também na brasileira, posteriormente, ganhando destaque internacional.

Atualmente, no dia 12 de agosto, é comemorado o *Dia Nacional contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária*. A luta e a morte de Margarida Alves servem de espelho para que os movimentos de trabalhadores seja no campo seja na cidade não parem. Esse exemplo espalhou-se por todo o país e em Rondônia não foi diferente. Seu nome é conhecido no Norte do país, por intermédio da nominação de assentamentos de reforma agrária, como é o caso do assentamento *locus* desta pesquisa.

Embora no Assentamento Margarida Alves, em Nova União, poucos moradores conheçam a história da mártir que dá o nome à terra onde moram, a memória dessa heroína não se apagará por tudo que fez enquanto viva. Deixou um mote forte para servir de bandeira aos que lutam por direitos trabalhistas e pela reforma agrária: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

O município de Ouro Preto do Oeste originou-se do antigo Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (PIC Ouro Preto), criado pelo INCRA na década de 1970, sendo que sua fundação data do ano de 1981 (SILVA, 2012). No início da década de 1990, mais dois novos municípios, Mirante da Serra e Urupá, foram emancipados de Ouro Preto do Oeste. Em 1994, foram criados mais dois municípios, Teixeirópolis e Nova União. Para Negrão et al. (2014), Ouro Preto do Oeste foi um polo de desenvolvimento regional originário da colonização do Estado de Rondônia. E as demais cidades emancipadas, núcleos urbanos que compõem hoje o mosaico de configuração espacial variada (PIRES NEGRÃO et al., 2014 apud MACHADO, 1997; ALVES et al., 1996; ALVES, 2004).

A área do atual P.A Margarida Alves (zona rural do Município de Nova União) começou a ser ocupada nos anos finais da década de 1960 graças à concretização dos planos institucionais de ocupação da Amazônia do governo dos militares. A migração começou inicialmente direcionada para a região central de Rondônia. Os migrantes eram oriundos em grande parte do Centro-Sul do país, em especial de Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. Todos buscavam a sonhada “terra prometida” e melhores condições de vida, por aqui se assentando e esperando a legalização do seu pedaço de chão que era distribuído pelo INCRA (SILVA, 2012).

A espera para muitos foi longa, pois os Projetos Integrados de Colonização (PICs) não estavam preparados para uma demanda tão grande de migrantes, entre eles camponeses, trabalhadores assalariados rurais e urbanos ou simplesmente pessoas buscando um começo. A década de 1980 foi marcada pela implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial. Entre as propostas

definidas pelo POLONOROESTE estavam o financiamento do assentamento de comunidades de pequenos agricultores embasadas na agricultura autossustentada, o que se tornou um incentivo aos constantes fluxos migratórios para a já citada região central de Rondônia. Em 1996, iniciaram-se os processos de ocupação da Fazenda FISHER ou FIRASA⁹ por integrantes do MST em sua luta contínua pela reforma agrária efetiva e digna para os trabalhadores rurais que:

Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação, não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis. (MARTINS, 1994, p. 156).

Chegaram à região cerca de 130 famílias, acampando inicialmente na cidade, antes de iniciarem a ocupação da fundiária¹⁰ da fazenda. As ocupações e os acampamentos são as maneiras iniciais que o MST apresenta para pressionar o poder público na luta pela desapropriação das terras e criação de assentamentos.

A necessidade contínua de criação de assentamentos e a pressão popular a partir do MST levaram em 1997 – um ano após a chegada dos camponeses ao Município de Nova União – à criação do assentamento Margarida Alves, com uma área total de 11.892,2 hectares e capacidade de assentar 258 famílias, em terras desapropriadas mediante compra e venda das Fazendas FIRASA e ANINGA (EMATER, 2010). Segundo o INCRA, em 2011, o assentamento já possuía 254 famílias assentadas e encontrava-se em fase de consolidação (INCRA, 2011). Atualmente, o assentamento Margarida Alves mantém-se com as mesmas 254 famílias contadas pelo INCRA em 2011, distribuídas em sete glebas onde realizamos a pesquisa por intermédio do Programa DURAMAZ em sua segunda etapa.

Segundo os moradores, tanto do assentamento como os do município em geral, o processo de desapropriação da área do assentamento foi pacífico, no sentido de que não houve mortes nesse período; porém, os embates e as lutas ideológicas mediadas pela MST e os acampados foram constantes. O assentamento foi repartido em sete glebas de cerca de trinta

⁹ Informado pelos moradores do Margarida Alves.

¹⁰ O termo é popularmente conhecido na região e faz menção à parte final de uma propriedade, ao “fundo de área”. No processo de formação de palavras, é fruto de uma aglutinação da própria expressão “fundo de área”, tornando-se popularmente “fundiária”.

lotes cada uma. Essa organização do espaço teve rebatimentos no modo de viver e produzir dos assentados como, por exemplo, a aquisição de itens de consumo antes não verificados em território camponês (PIRES NEGRÃO et al., 2014). Em razão de uma divergência inicial, quatro dessas glebas foram divididas em formato radial, dando origem a agrovilas. E outras três foram divididas em lotes retangulares “tradicionais”.

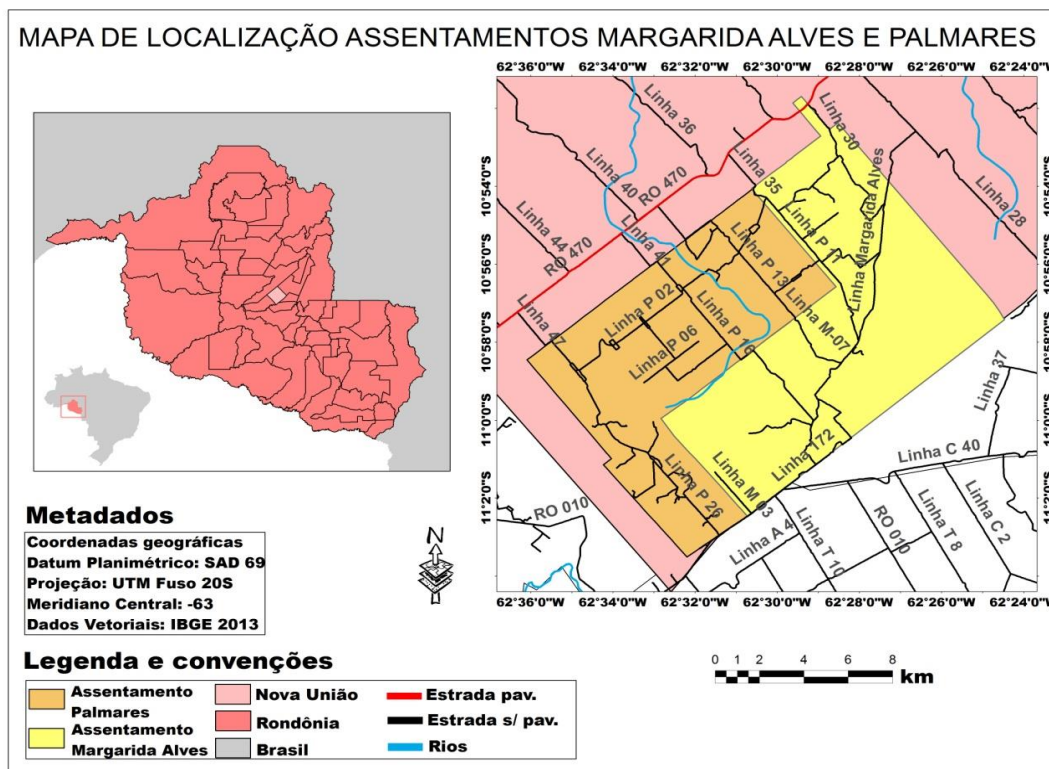
Essa divergência, territorialmente definida e perceptível a partir da observação de imagens de satélite, teve como ápice os conflitos em decorrência da falência da APA (Associação de Produtores Alternativos) constante nos resultados do programa DURAMAZ 1 e pelas posteriores disputas em torno do uso da reserva legal do assentamento (KOHLE et al., 2011).

Conforme o ZSEE (Zoneamento Socioeconômico Ecológico) do Estado de Rondônia (2000), a cobertura florestal originalmente predominante corresponde à floresta densa tropical semi-decídua em terreno suavemente ondulado. A área de estudo encontra-se dentro da Zona 1.1 do mesmo ZSEE (2000), com restrição de 20% de áreas destinadas a reservas florestais.

A organização fundiária da região representa as várias políticas territoriais aqui implantadas e constitui uma síntese das mutações territoriais pelas quais passou o Estado nos últimos 40 anos, incluindo Projetos de Colonização Integrada (PIC), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Rápido (PA), esse último correspondendo à nossa área foco, além de fazendas de médio e grande porte que formaram um dinâmico mosaico (ESCADA; ALVES, 2014).

O Projeto de Assentamento Margarida Alves, juntamente com o PA Palmares foi criado em 1997 após desapropriação pacífica das fazendas Fisher (Firasa) e Aninga, cujo tamanho ultrapassava os 22 mil hectares. Originalmente, foram assentadas 258 famílias no Margarida Alves em lotes de 24 hectares em média, enquanto os lotes do PIC Ouro Preto e dos Assentamentos Dirigidos no entorno possuem entre 50 e 120 hectares (PIRES NEGRÃO et al., 2014). Um terceiro assentamento próximo, o Padre Ezequiel, também foi criado na mesma época do Margarida Alves. Juntos, os três Projetos de Assentamento possuem cerca de mil famílias assentadas em cerca de 30 mil hectares; no entanto, em toda região, apenas o Margarida Alves possui uma reserva legal em bloco equivalente a 50% da área do assentamento.

Figura 9 – Mapa detalhado de localização dos Assentamentos de Nova União com estradas vicinais



Organizado por: Jessé Alves Batista, 2014.

4.2. O Assentamento Margarida Alves: resultados do Programa DURAMAZ1

Na primeira fase do Programa DURAMAZ, foram realizados trabalhos de campo em treze áreas da Amazônia Legal brasileira, preocupados em cobrir o máximo de situações ligadas às características da “geografia rural amazônica”, como áreas de extrativismo, agricultura familiar, *agro business* e áreas indígenas, e estudar pelo menos um caso em cada Estado da Amazônia legal (DROULERS et al., 2011).

Foram escolhidos pela equipe do DURAMZ1 treze locais de maneira intencional devido à grande diversidade regional; no entanto, os pesquisadores sabiam que esse número não poderia explicar a toda a complexidade das realidades locais na Amazônia. Devido à Amazônia ser vista como um mosaico de elementos formadores de conflitos e de relações de cooperação, ela se torna, ao mesmo tempo, diversa e complementar por conter diversos cenários e personagens de interesse ao universo de pesquisa aqui apresentado. Droulers

apresenta a composição de atores presentes nesse território tão diverso e disputado devido aos seus potenciais econômico-naturais:

Por um lado temos atores tradicionais (índios, seringueiros e caboclos ribeirinhos) que se somam às novas categorias sociais, representantes da fronteira de ocupação (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, operadores do *agro business*, madeireiros, garimpeiros, burocratas etc). Por outro lado, a presença desses diversos atores é percebida – mesmo que em escalas diferentes – em quase todos os locais estudados (DROULERS et al., 2011, p. 167).

As diferentes escalas de percepção tipificam a Amazônia como um território de convivência de setores tradicionais com novos atores. Sendo assim, a Amazônia é colocada como um território de conflitos e um espaço de manifestações de relações de cooperação e complementaridade (DROULERS et al., 2011). As treze áreas escolhidas pelo DURAMAZ em sua primeira etapa são as seguintes:

Quadro 1 – Locais onde foram realizados os trabalhos de campo do IDURAMAZ.

CONTEXTO	NOME INTEIRO	MUNICÍPIO (Estado)
EXTRATIVISMO	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Uarini (Amazonas)
	Projeto Agroextrativista Chico Mendes	Xapuri (Acre)
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru	Laranjal do Jari (Amapá)
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé	Manaus (Amazonas)
	Reserva Extrativista do Ciríaco	Cidelândia (Maranhão)
AGRICULTURA FAMILIAR	Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança	Anapu (Pará)
	Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado	Parauapebas (Pará)
	Associação Juinense Organizada Para Ajuda Mútua	Juína (Mato Grosso)
	Projetos de Assentamento Palmares e Margarida Alves	Ouro Preto do Oeste (Rondônia)
	Projeto Ouro Verde	Alta Floresta (Mato Grosso)
AGRO BUSINESS	Projeto Sorriso Vivo	Sorriso (Mato Grosso)
AMERÍNDIOS	Aldeia Watoriki (Terra Indígena Yanomami)	Barcelos (Amazonas)
	Aldeia Moikarako (Terra Indígena Kayapó)	Ourilândia (Pará)

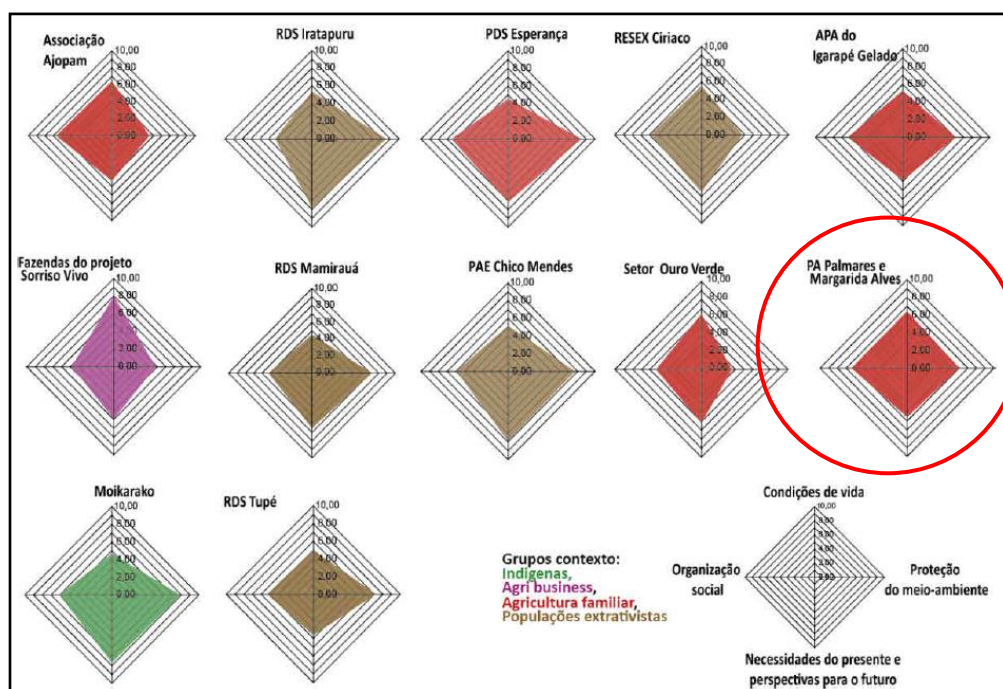
Fonte: Drouleres et al., 2011.

Em suma, o trabalho das equipes DURAMAZ era a de coletar dados que fornecessem informações para a geração e comparação de indicadores de sustentabilidade de duas formas: gráficos em quatro módulos, onde foram comparados indicadores como condição de vida, proteção do meio ambiente, necessidades do presente e perspectivas de futuro e organização social. Após todo o levantamento de dados em campo e tratamento dos achados, os resultados do DURAMAZ I foram publicados de diversas formas, em artigos e em um livro chamado *L'Amazonie Brésilienne Et Le Développement Durable* sob a direção de François- Michel Le

Tourneau e Martine Droulers, uma compilação dos resultados dos treze trabalhos de campo dessa primeira etapa.

O gráfico com os quatro módulos é este que segue, contendo o desempenho nos quatro indicadores para as treze áreas pesquisadas.

Figura 10 – Resultados do I DURAMAZ: quatro indicadores



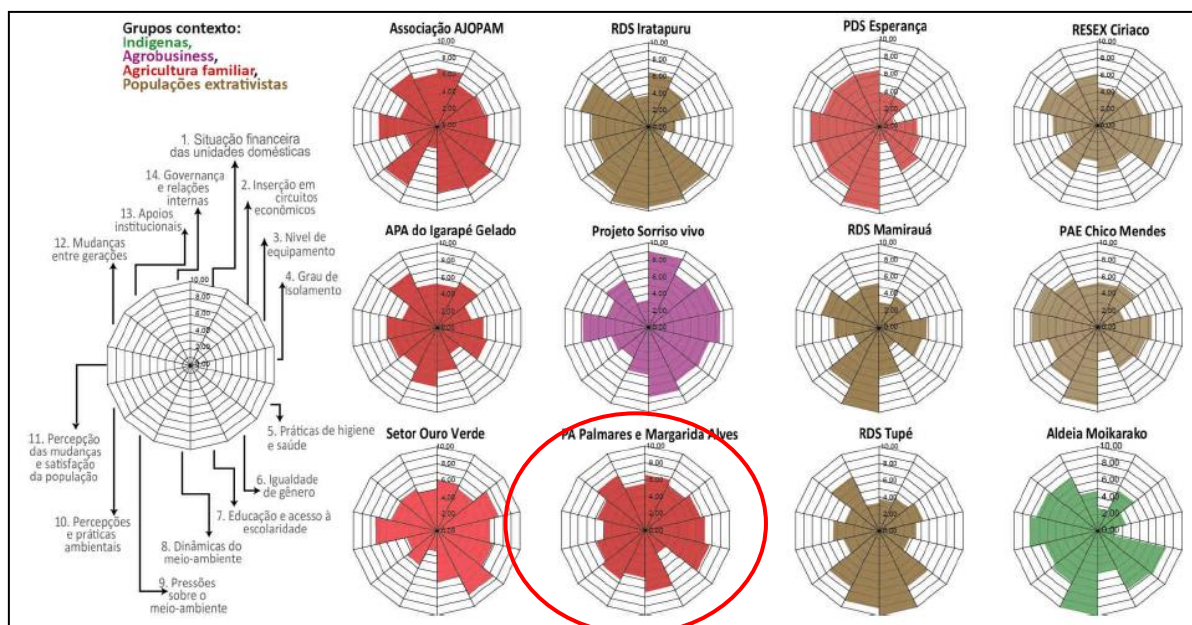
Fonte: Le Tourneau e Droulers, 2010.

Tais resultados expressos na figura acima servem dentro da metodologia do Programa DURAMAZ para demonstrar o grau de sustentabilidade de cada área pesquisada. Sua visualização e entendimento são simples: quanto mais regular for o losango preenchido, mais equilibrada está a área em questão em relação aos indicadores propostos.

Os Projetos de Assentamento Palmares e Margarida Alves (em destaque na figura) apresentaram os melhores resultados quanto aos indicadores propostos em relação às demais áreas estudadas, demonstrando um equilíbrio entre condição de vida, proteção do meio ambiente, necessidades do presente e perspectivas de futuro e organização social.

Mas não para por aí a análise feita na primeira etapa do DURAMAZ. Outro gráfico contendo quatorze módulos ou indicadores torna a análise ainda mais completa; porém, deixa mais uma vez os assentamentos Palmares e Margarida Alves em posição de destaque quanto ao equilíbrio dos indicadores propostos.

Figura 11 – Resultados do I DURAMAZ: quatorze indicadores



FONTE: Le Tourneau e Drouleres, 2010.

Os módulos indicadores suprademonstrados são referentes à situação financeira das unidades domésticas, inserção em circuitos econômicos, nível de equipamentos, grau de isolamento, práticas de higiene e saúde, igualdade de gênero, educação e acesso à escolaridade, dinâmicas do meio ambiente, pressões sobre o meio ambiente, percepções e práticas ambientais, percepção das mudanças e satisfação da sociedade, mudanças entre gerações, apoios institucionais e governança e relações internas.

O círculo em destaque no gráfico mostra os assentamentos Margarida Alves e Palmares com certo equilíbrio em relação aos demais locais analisados. Apenas é verificado um baixo nível de igualdade de gênero.

Devido à minha integração ao Programa DURAMAZ2 e a consequente participação no trabalho de campo em Rondônia, após analisar os resultados relativos aos assentamentos Palmares e Margarida Alves, ficou latente em mim o desejo de dissertar sobre as qualidades, rupturas e continuidades no modo de vida e produção dos assentados nesse local.

Na segunda etapa do DURAMAZ, apenas o assentamento Margarida Alves foi objeto de pesquisa. Como tive o privilégio, graças ao Programa de Pós-Graduação do qual sou aluno, de participar dessa segunda etapa do Programa DURAMAZ em Rondônia, decidi, com o auxílio do meu orientador, escolher o assentamento Margarida Alves como lócus da minha pesquisa de mestrado, levando em conta também a análise feita pelo IDURAMAZ que

apresenta o Margarida Alves como um assentamento em destaque, quando comparado com outros na Amazônia Legal.

4.3 Camponeses reprodutores do território: os assentados do Margarida Alves

A história de assentados de reforma agrária é quase sempre semelhante. O processo de “migração forçada” pelo qual a maioria deles passou é o reflexo das condições de vida que cada um possuía – às vezes era só o que possuíam – em seu rincão de origem. Oriundos, em grande parte, do Centro-Sul do Brasil, principalmente de Estados como Espírito Santo e Minas Gerais, os assentados do Margarida Alves vieram para Rondônia entre as décadas de 1970 e 1980, alguns poucos aqui chegaram apenas na década de 1990, em busca da tão sonhada terra de trabalho.

No ano de 1997, quando as primeiras famílias iniciaram a ocupação da área do assentamento, traziam consigo o desejo de produzir, de fazer a terra prosperar. Aplicaram ali seus conhecimentos e tradições na busca da reprodução dos seus espaços vivenciados, os quais, para Bollnow (2008), podem ser entendidos como “experiência do espaço” como simples circunstância psíquica, momento em que reproduzem as experiências trazidas na “bagagem”.

Esse desejo em reproduzir seu lugar de origem – já que são migrantes –reflete-se de diversas formas dentro do assentamento, desde a moradia dos assentados aos equipamentos lá existentes. Neste trabalho, vamos sempre nos reportar à forma como os moradores do Margarida Alves vivem e desenvolvem suas práticas produtivas e de relação com a natureza, fatos que deram destaque a essa área no I DURAMAZ e que apresentam rupturas e continuidades desde a sua formação, e desde a verificação feita pelo DURAMAZ em sua fase I.

Wanderley (2009), em sua importante obra *O mundo rural como um espaço de vida*, discorre sobre a vontade e o esforço do camponês brasileiro em construir um território familiar, o qual, segundo ela, seria um lugar de vida e trabalho, criado para guardar e reproduzir a memória familiar para as gerações futuras. Essa procura pela terra justifica a extrema mobilidade do agricultor, tornando-o migrante contínuo até encontrar as condições propícias à sua fixação.

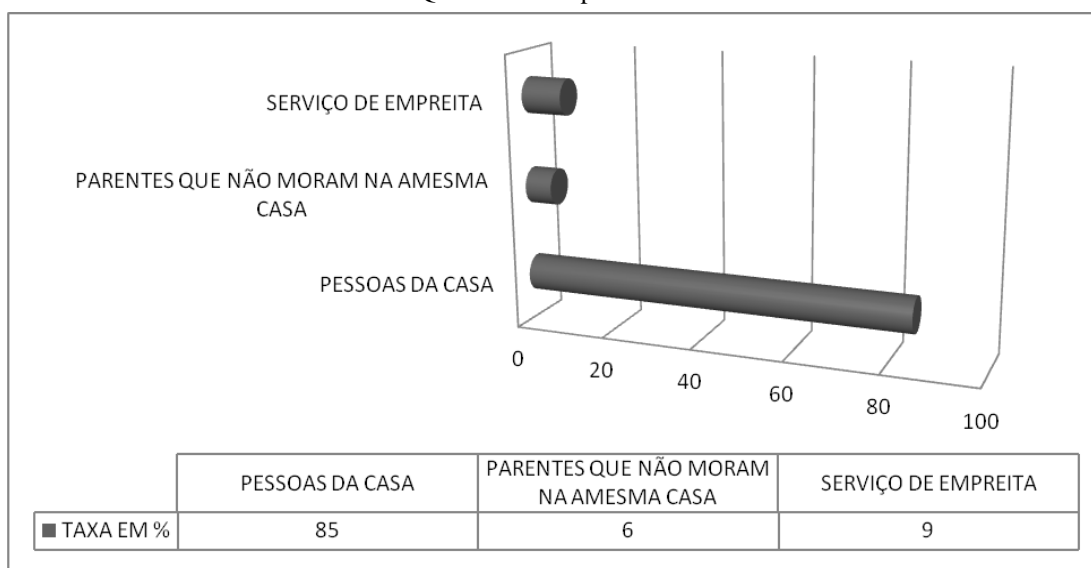
Após a territorialização do camponês, inicia-se a busca pela sua reprodução. Isso se dá na forma como os camponeses trabalhadores familiares trabalham a terra, produzem e

ampliam seu território. A reprodução camponesa do território no Brasil não é vista como apenas a alocação/inserção dos filhos na agricultura, hoje ela vai mais além, no que diz respeito ao desejo de acumulação de terras. Lamarche (1994) e Wanderley (2009) dizem que a reprodução camponesa significa a reprodução do estabelecimento familiar. Como em muitos casos o camponês dispõe apenas de sua terra para oferecer um futuro aos filhos, a eles é imposta a necessidade da busca por novas terras em outros lugares. Como disse Santos (1993), foi assim que se deu o conhecido processo de ocupações no Brasil meridional e que seguem até o presente nas fronteiras do Centro-Oeste e Norte do país. Essa migração interna iniciou-se no Rio Grande do Sul.

No assentamento Margarida Alves, o processo de reprodução camponesa apresenta-se conforme a leitura de Wanderley e Lamarche (2009, 1993), cujo processo dá-se por meio de multiplicação dos lotes. As famílias ali assentadas sentem, em sua maioria, a necessidade de ampliação da produção e, conseqüentemente, da aquisição de mais espaço. São comuns os casos de repartição da propriedade da terra de maneira temporária. Conforme os filhos vão casando, vão sendo construídas novas moradias dentro do lote e a terra é dividida (CHAYANOV, 1974).

A terra dividida não possui documento legal, já que é impossível repartir legalmente a terra já repartida. Essa característica é comum no Margarida Alves e em outros assentamentos: a precarização da produção e a terceirização do trabalho no campo. A tabela e o gráfico a seguir mostram um como isso ocorre atualmente no Margarida Alves.

Gráfico 1 – Quem trabalha por lote no assentamento



Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

De acordo com as informações da tabela e do gráfico, oitenta e cinco por cento (85%) das pessoas que trabalham no lote são membros da família, enquanto seis por cento (6%) são parentes que não moram no lote, os outros cinco por cento (5%) são trabalhadores de empreitada, que podem ou não morar no assentamento.

Lembro-me bem de um caso em específico na gleba sete do assentamento, onde membros de uma mesma família dividiam o lote em quatro partes. O chefe da família e primeiro morador do lote será aqui chamado de *Senhor T*. O assentado de origem, chefe da família (*Senhor T*), duas filhas casadas e um filho casado dividiam o lote. Os maridos de suas duas filhas trabalhavam no próprio lote juntamente com suas esposas no plantio de mandioca para a produção de farinha, que é vendida dentro e fora do assentamento e, na ocasião da pesquisa, haviam vendido um caminhão de farinha para o Estado do Rio Grande do Norte, fato que os deixava muito orgulhosos (figura12).

Figura 12– *Casa de farinha* na Gleba 7 do Margarida Alves.



Fonte: Marcel Eméric Bizerra de Araújo, 2013.

O filho casado do *Senhor T* não trabalhava no lote da família. Ao ser indagado a esse respeito, informou-nos que trabalhava sempre de empreita, consertando cercas, ajudando no arado da terra para plantio, capinando terras, tirando leite e às vezes fazendo “bicos” na cidade para ajudar na renda da família. Ele achava que, devido ao trabalho do seu pai e das famílias de suas irmãs, ele, por ter sido o último a receber sua parte do lote fragmentado, não tinha o que fazer ali, e a renda da terra já estaria esgotada.

Fatos como o citado podem representar, para Abramovay (1998), mudanças sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje, as quais, segundo ele, são tão profundas que se não se encaminharam no sentido da diferenciação social. Em contrapartida, não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem sendo um dos pontos de preocupação de Chayanov, ao discutir quais fatores podem ou poderiam levar ao extermínio da figura do camponês, afirmando que sua existência apoia-se em um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social, econômico e político tende a eliminar (1998, p. 57).

Tal colocação é feita aqui com enorme cautela, pois não cremos na extinção do camponês, apenas reforçamos aqui a necessidade de mostrar que existem elementos capazes de pôr a prova ou, lentamente, descaracterizar o campesinato, como é o caso do trabalho por empreita dentro do seu território, o assentamento.

Mas o caso do filho do *Senhor T*, da Gleba Sete, não é o único caso desse tipo encontrado no Margarida Alves, onde as atividades de empreita têm peso na renda familiar. Durante as minhas visitas à Gleba Cinco, encontrei outro caso interessante de um rapaz (*Senhor O*) que ganhou parte do lote de seu pai para morar com a família; porém, não desenvolve nenhuma atividade produtiva dentro do assentamento. Em seu lote, havia plantações de milho cerca de dois anos antes de ele casar, ter um filho e dividir o lote com o pai; todavia, segundo *Senhor O*, os macacos “roubavam” as espigas, inviabilizando boas colheitas e novos plantios. No caso do *Senhor O*, a situação tornou-se precária, pois estava sem emprego, com esposa e filho para criar e sem trabalhar a terra. Vivia em uma casa pequena e pouco agradável, segundo ele mesmo. Sua saída era ofertar sua força de trabalho dentro do próprio assentamento ou no assentamento vizinho, o Palmares, além de ir à cidade (Nova União) por vezes à procura de trabalho temporário.

Ainda há também no assentamento as relações de trabalho entre parentes que não moram no mesmo lote (Gráfico 1). É fácil vermos morando no assentamento muitos parentes de diferentes graus, e a relação de trabalho entre eles é facilitada pela confiança e pelo

sentimento de cooperação entre familiares, além de ser comum o “aluguel” da força de trabalho, pois, como diz Wanderley (2009):

Pela sua própria natureza, a unidade de produção camponesa é o resultado do trabalho dos membros da família proprietária [...] em razão do próprio contexto [...] revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar [...] muitos estudiosos tentam explicá-lo como resultante de processos sociais de decomposição do campesinato (2009, p. 177).

Parafraseando José Vicente Tavares dos Santos, vejo que, em alguns casos, a transformação constante do camponês em trabalhador assalariado é uma fonte de renda suplementar ao rendimento obtido com suas atividades rotineiras de produção. No assentamento Margarida Alves, obtém-se por intermédio da produção do leite e seus derivados, da mandioca, da farinha, da rapadura, entre outros.

Doravante, entra em cena um retrato da produção no assentamento e seus rebatimentos no modo de vida dos assentados e também do núcleo urbano de Nova União, que hoje se beneficia da dinâmica econômica do Margarida Alves.

Figura 13 – Os Produtores de Batata, Jean-François Millet, 1862 .



CAPÍTULO 5: SOBRE A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO: COMO ERA, COMO É E COMO SERÁ...

5.1. Um recorte sobre o que é produzido

O camponês é um “sujeito criando sua própria existência” (Chayanov)

Cerca de 80% da produção de alimentos que chega às nossas mesas vêm da produção familiar em pequenas propriedades, além de ser a que ocupa mais mão de obra (MDA, 2006). Os assentados do Margarida Alves contam que, quando iniciaram o processo de ocupação da terra e a posterior posse, produziam apenas o necessário para a manutenção de suas famílias e para realizarem trocas simples de excedente com os demais assentados. Como passar dos anos, essas famílias, na busca pela autonomia e consolidação do assentamento, passaram a dedicar seu tempo de trabalho na produção de forma especializada, em produtos que julgam ter maior acesso aos circuitos econômicos e que possibilitem ganhos suficientes ao seu sustento e de sua família.

O café já foi o produto mais lucrativo e difundido da região em questão, desde as décadas de 1970 e 1980, quando da implantação do PIC Ouro Preto, onde os órgãos governamentais incentivavam o cultivo do grão que se tornou a principal atividade agrícola local. Atualmente, porém, o café – especificamente para os moradores do assentamento – deixou de ser uma atividade atrativa e consequentemente lucrativa, pois demanda muita mão de obra e, segundo produtores dentro e fora do assentamento, o preço é muito pequeno devido à ação do capital comercial e ao poder dos grandes produtores que dispõem de mais tecnologia e dinheiro.

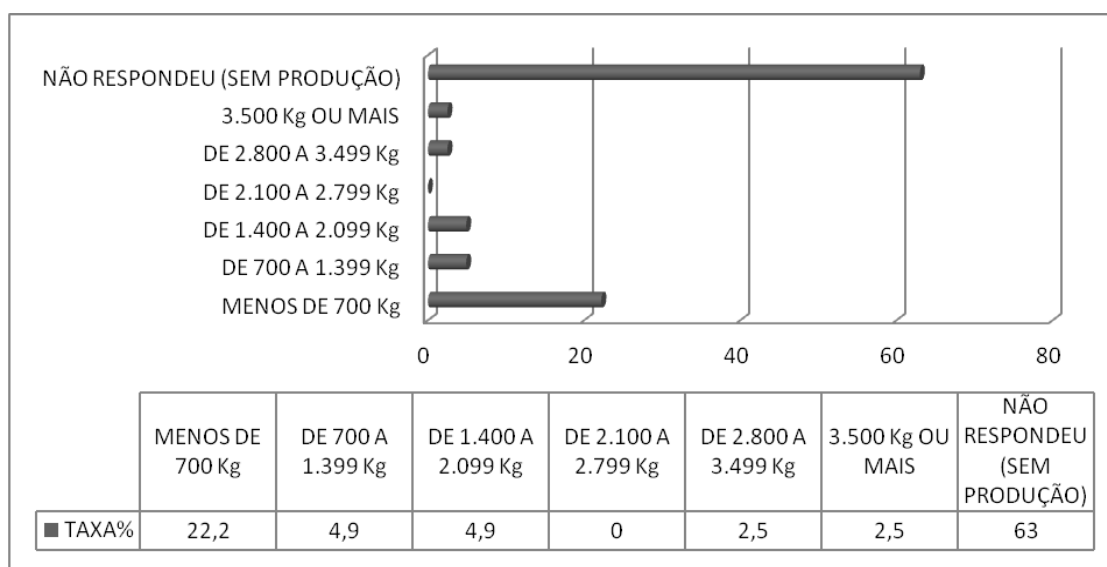
Um dos itens levantados na minha pesquisa é sobre a produção de alguns gêneros agrícolas, em especial o café, que de acordo com a CONAB (2014), teria um aumento de produtividade entre 2013 e 2014, saltando de 13,2 sacas/ha em 2013 para 16,39 sacas/ha em 2014. Mesmo com essas perspectivas de aumento da produtividade já para 2013 (ano do trabalho de campo), os assentados mostram-se desinteressados em produzir tal gênero. A própria CONAB afirma que

As áreas de café estão dando lugar às de pastagens, reflexos da nítida escassez de mão de obra, elevados custos de produção, baixa produtividade das lavouras, dentre

outros, associados aos preços pouco atrativos do café, que têm levado os cafeicultores a migrarem para outras atividades (2014, p. 15).

Nessa onda de escassez de mão de obra interessada na produção de café, os camponeses do Margarida Alves “remaram” em direção a outros itens da produção agrícola que se adaptassem a meios de que possuíam. O café foi um dos itens analisados no trabalho de campo e seu comportamento produtivo, segundo os camponeses do Margarida Alves, apresentou-se segundo o gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Produção de café no Margarida Alves em 2012.



Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

Como é evidente ao analisarmos o gráfico, a maior parcela dos assentados não produz café (63%) e a maior parte dos assentados, que produziu café no referido ano (22%), colheu menos de 700 kg do produto/ano. Uma parcela muito pequena dos assentados produziu 2.800 e 3.499 kg. Dentre as pessoas com quem conversamos (cerca de 75 famílias), a maior parte julga ser o emprego de mão de obra o maior empecilho para produzir café, pois, com a gradativa saída dos filhos para estudar fora, os pais não têm condições de manter a produção sozinhos e, em muitos casos, não conseguem “terceirizar” o serviço.

Essa falta de mão de obra nem sempre se mostra como um reflexo negativo, ao contrário, revela, no caso do Margarida Alves, uma redução do número de integrantes do núcleo familiar, que tradicionalmente era muito elevado; igualmente, o aumento ao acesso dos

filhos dos camponeses à educação. O *Senhor J* foi um dos que me acolheu em sua casa durante 25 dos 47 dias de trabalho de campo. Homem simples, católico e trabalhador, é uma liderança local além de ser um soldado na luta pela terra, ligado diretamente ao MST.

O *Senhor J* foi quem me explicou o seu desinteresse pela cafeicultura, exemplo que serve para explicar o desinteresse dos demais. Com narrativa simples e fala serena ele me disse:

aqui em casa somo em seis, eu a mulher e os filho (dois rapazes e uma moça); o filho mais velho estuda terminou os estudo, e vai estudar medicina veterinária no sul; o do meio estuda fora também (EFA de Jí-Paraná) e só vem pra casa de quinze em quinze dia; a menina e o menino mais novo estuda pro aqui mermo. Ela ajuda a mãe nas tarefa de casa e o mais novo foi quem sobrou pra ajudar eu. Então num dá pra pensá em prantá nada por causa de quê num tem quem cuide.

Na narrativa simples e direta do *Senhor J*, fica claro que a melhoria nas condições de vida e o acesso aos estudos por mais tempo fez grande parte dos camponeses optarem por produzir mercadorias que não demandassem muita mão de obra, pois, conforme os braços vão diminuindo no campo a produção também tende a diminuir. Abramovay (1998) diz justamente o contrário: “aumentando a família crescerá a intensidade do trabalho”; porém, dá base ao que Chayanov (1974, p. 61) propõe, ao afirmar que “o volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores”.

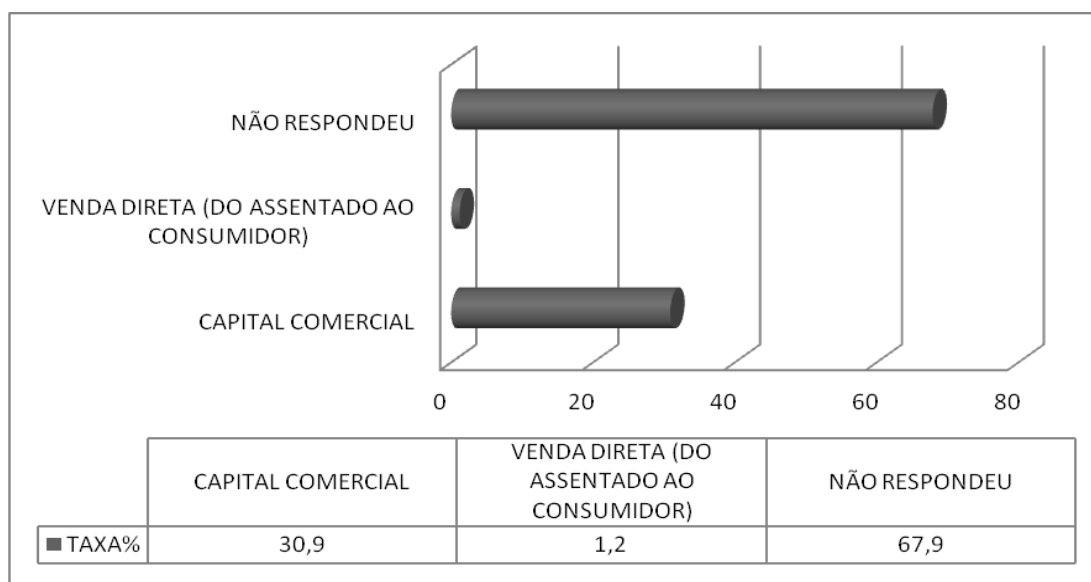
Desde o final da década de 1990, o Brasil vem experimentando um processo de aumento das oportunidades de formação escolar, principalmente no campo e para o campo. O Estado de Rondônia já possui programas que levam o ensino médio para a zona rural desde 2005 (Ensino Médio no Campo), além de colégios agrícolas e escolas no modelo das EFAS (Escola Família Agrícola) voltadas para receber alunos oriundos do campo, oferecendo formação técnica em tempo integral – profissionalizante; a expansão dos Institutos Federais (IFRO) no Estado também fortaleceu essa política, que oferece ao jovem do campo a opção de formação técnica e superior nas mais diversas áreas de interesse dos camponeses, como cursos técnicos em agropecuária, agroecologia, aquicultura, tecnologia em laticínios e engenharia agrônômica, oportunidade que, muitas vezes, os seus pais não tiveram, que é a da formação acadêmica e ou profissional.

Encontramos no assentamento Margarida Alves vários jovens que estão matriculados em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior em instituições públicas e

privadas de Rondônia. A saída do jovem do campo para investir em sua carreira profissional é fator direto de alteração da produção no assentamento, pois atividades que requerem muita mão de obra passaram a serem substituídas por atividades econômicas que exijam menos pessoas no trato.

Outro problema apontado pelos assentados para produzir o café são os baixos preços oferecidos pelo mercado. Eles alegam que os atravessadores rebaixam o preço do produto, inviabilizando a venda. Como veremos no Gráfico a seguir, os poucos moradores do Margarida Alves que produzem café (produziram em 2012) vendem seu produto ao capital comercial (cerealistas).

Gráfico 3 – Venda do café colhido em 2012.



Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

Como quase 70% não responderam à pergunta, devido estarem ligados a não produção do café, ficaram quase 40% dos poucos produtores nas mãos dos atravessadores e apenas pouco mais de 1% realiza a venda direta ao consumidor, seja no próprio assentamento seja na feira do pequeno produtor na cidade.

Todas as quartas-feiras, ao findar a tarde, é realizada a feira do pequeno produtor no Mercado Popular Municipal de Nova União (Foto 6). A feira é um dos últimos “refúgios” de venda dos produtos dos assentados e demais pequenos produtores de Nova União e região. Ali são comercializadas frutas, polpas de frutas, verduras, legumes, além do café e outros itens produzidos “na roça” como manteigas, queijos, mel, farinha, goma de mandioca,

diversos tipos de pimentas, milho entre outras belezas trazidas dos canteiros e locais de produção dos feirantes.

Essa diversidade fez recordar minha infância no cariri paraibano, quando às segundas-feiras eu acompanhava minha mãe ao mercado público municipal de minha querida Sumé e deleitava-me deslumbrado com aquela paisagem bem ao estilo *miltoniana* com aquele “mosaico de relações, de formas, de funções e sentidos”, aquela paisagem formada por cores, odores, movimentos e sons (SANTOS, 1988).

Lá também são comercializados lanches e pequenas refeições como bolos, sucos, o delicioso cafezinho e o espetinho de carne com farofa para os mais “desesperados” pela vontade de comer.

Figura 14 – Mercado público de Nova União.



Fonte: Sofia Dagna – trabalho de campo DURAMAZ2, 2013.

Visitei a feira em várias ocasiões e o movimento era sempre pequeno a meu ver, pois sempre tentava comparar com as feiras livres dos quatro municípios do interior de Rondônia em que morei antes de me estabelecer no quinto – Vilhena – onde a feira livre é uma espécie de evento social, porque, além de fazer compras, as pessoas vão para rever amigos e parentes.

Esse último aspecto ainda é preservado na feira do pequeno produtor em Nova União e, enquanto os preparativos para a feira vão fluindo, as conversas, as risadas e a animação começam a tomar conta do ambiente; sentimos que ali, além do trabalho, há outros elementos necessários para a manutenção da vida daquele povo como a vontade de manter seus laços de identidade preservados. Boechat e Santos (2009, p. 1-2), ao falarem sobre uma feira livre em Santo Antônio de Jesus na Bahia, dizem que:

Uma feira constitui num município um espaço que se caracteriza através de uma função social que muda a organização espacial urbana, e que, atualmente, representa uma das mais antigas e resistentes modalidades do comércio varejista. É um espaço como muita especialidade, cheio de sons, movimentos, coloridos e personagens, que interagem com o seu histórico e suas relações de identidade; o que nos leva a imaginar a importância da feira e como seria cada cidade sem este ícone de história local e de sentimento de pertencimento.

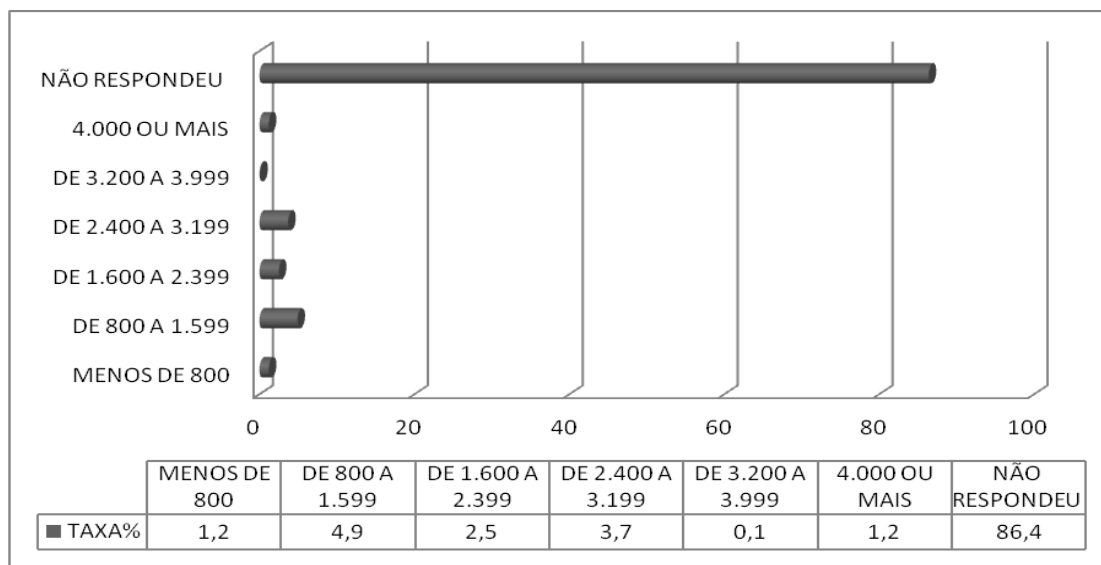
Segundo os agricultores que vendem seus produtos na feira (e não são apenas do assentamento Margarida Alves), aquele ambiente já foi muito mais frequentado, com um maior número de fregueses. Agora os feirantes lembram que a abertura de pequenos mercados locais e a melhoria na renda da população do município diminuíram a procura pelos produtos da feira e que o “lucro” assim é muito pequeno. O que importa mesmo, segundo uma das feirantes, que é moradora do Margarida Alves, a *Senhora A*, é reencontrar os amigos e dar “aquelas risadas”.

Os camponeses do Margarida Alves foram incentivados a produzir peixes em cativeiro, nos famosos “tanques”. De acordo com o Senhor João Silva, quem, além de uma grande liderança no assentamento já pleiteou cargo no legislativo local, sem sucesso ainda, disse-me em um dia de feira que:

o governo pela EMATER fez muita palestra e disse que quem quisesse criar peixe eles daria o licenciamento junto com a SEDAM que eles agora chama de CAR e muita gente furô os tanque na propriedade colocou peixe na promessa de que iam vender pra frigorífico; que o mesmo governo ia abrir na região.

O Senhor João da Silva disse que nunca conseguiram vender os peixes a um bom preço que valesse o investimento na produção, fazendo os poucos que continuaram criando peixes geralmente vendem-nos no assentamento ou na feira e, na maioria das vezes, distribuem esse pescado com a vizinhança “é melhor do que vender barato”, disse. A produção e a comercialização do peixe no assentamento apresentaram-se assim em 2012:

Gráfico 4 – Produção de peixe no assentamento em 2012.



Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

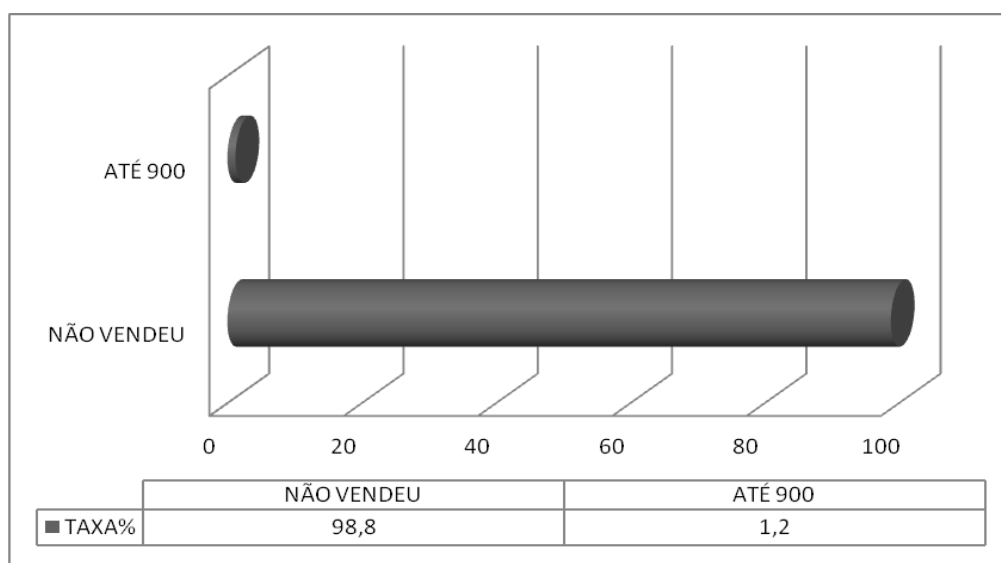
Os números expressos no gráfico explicam o que os assentados nos disseram em conversas informais, durante as perguntas diretas, que mais de oitenta por cento (86,4%) dos moradores do Margarida Alves não têm interesse em criar peixe para a revenda, apenas uma parcela insignificante dos moradores com os quais tivemos contato ainda persistem nessa prática. Os custos para a produção de peixes não é pequeno e nem todos os moradores têm condições financeiras suficientes para tocar tal empreitada. Existe em Rondônia um curso superior de engenharia de pesca, cursos técnicos e em caráter de pós-graduação na área de piscicultura para formar profissionais que, entre outras atividades, possam desenvolver tecnologia que chegue ao pequeno produtor.

Esse pouco acesso à tecnologia também ajuda a reduzir o interesse do camponês assentado em produzir peixes. É muito comum ouvir dos assentados que os peixes ou alevinos colocados nos tanques morreram. As perguntas foram muitas, mas as respostas não aparecem na mesma proporção. Quando um camponês fica a par do prejuízo do outro, automaticamente desiste da ideia de abrir seu próprio tanque de peixes.

Se é difícil produzir, e há pouco interesse, quem enfrenta as dificuldades na produção depara-se com o mercado que nem sempre tem preços atrativos e que façam valer à pena produzir em meio a tantos problemas.

Os números da comercialização deixam mais claros essa situação, a qual está expressa no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Comercialização de peixe pelos assentados em 2012



Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013

Quase 98,9% dos assentados não venderam peixes pelo simples fato de não produzirem, ou simplesmente disseram ser desconhecida ou irrelevante a quantidade deles em suas propriedades. Esse é o reflexo dos baixos preços do produto no mercado local e da falta de assistência técnica em relação à piscicultura. Os assentados reclamam da pouca assistência dada a eles pela EMATER.

Os poucos moradores que ainda produzem e vendem peixes, fazem-no na feira do pequeno produtor realizada no mercado municipal da cidade (quadro 2).

Quadro 2 – Onde foram vendidos os peixes produzidos no assentamento em 2012?

ONDE (PARA QUEM) FORAM VENDIDOS OS PEIXES EM 2012?	TAXA%
SEM RESPOSTA	98,8
NA FEIRA DO PEQUENO PRODUTOR (NOVA UNIÃO)	1,2

Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

Verificamos que o café e o peixe, que já foram produtos importantes para a economia local e dos assentados, gradativamente foram perdendo importância para o pequeno produtor e o camponês assentado. No caso do café, como já foi aqui explicado, a grande quantidade de mão de obra demandada na produção é o grande fator que afastou o interesse do assentado em produzir tal item. Já o peixe não se torna interessante devido aos baixos preços empregados no mercado, deixando ambos de serem produtos essenciais na renda familiar.

5.2 O leite “nosso” de cada dia: da Reforma Agrária para a mesa dos rondonienses

A atividade pecuária em Rondônia é inegavelmente uma das mais importantes em termos de ganhos para o PIB (SILVA, 2014b, 2014c, 2015); seja pecuária de corte seja leiteira, dá grandes contribuições para a riqueza do Estado. De acordo com o IDARON (2013), o Estado de Rondônia produz cerca de 2,5 milhões de litros de leite por dia, assumindo a posição de maior produtor de leite da Região Norte e a nona bacia leiteira do país.

Ainda de acordo com a Agência (IDARON, 2013), mais de 80% dos produtores de leite em Rondônia são considerados pequenos, tendo como dificuldades a falta de tecnologia e o transporte inadequado que deixam o produto com baixo valor agregado. Essa produção que, apesar de sofrer com os fatores negativos já citados, continua crescendo, de acordo com o IDARON.

Se pensarmos em uma produção de cerca de 2,5 milhões de litros de leite por dia, temos ao final do mês aproximadamente 76 milhões de litros de leite. Ainda de acordo com os dados do IDARON e da SEAGRI-RO, há, em média, cerca de 13,4 vacas em lactação por propriedade no Estado, reforçando que os estudos de ambas as agências, afirmavam que a produção de leite acontece majoritariamente nas pequenas propriedades.

Esse fator, de acordo o IDARON, ressalta que existe:

A necessidade de ações que visem à proteção desse setor, tendo em vista que a Agricultura familiar envolve aspectos sociais, e que os produtos oriundos de sua produção devem ter garantia de mercado, sob pena de acarretar enormes prejuízos ao Estado (2013, p. 4).

Em termos de volume produzido, os dois municípios rondonienses que mais fornecem leite encontram-se na região central do Estado, sendo o Município de Jaru o primeiro (160.256 litros diários), seguido por Ouro Preto do Oeste (150.000 litros diários); porém, de acordo com o IDARON (2013), em termos de produtividade, ambos ocupariam respectivamente quinquagésima segunda (52^a) e a trigésima terceira (33^a) posições.

A presença significativa de laticínios na região incentiva o aumento da produção de leite na zona rural como um todo e no assentamento Margarida Alves não seria diferente por encontrar-se na mesma região central. Neste trabalho, é nossa intenção, também, mostrar essa mudança no que é produzido no assentamento, partindo dos produtos que outrora eram o

“carro chefe” dos itens alimentícios e que antes geravam renda, para o que é opção de produção hoje, além de como essa mudança alterou o modo de vida e de consumo dos assentados.

A cooperativa local incentiva os moradores a produzirem leite, que, por enquanto, ainda é vendido para os laticínios locais¹¹ que comercializam seus derivados lácteos para todo o Brasil.

A opção pelo leite dá-se por diversos motivos segundo os próprios assentados. Os principais são a garantia de renda mensal, a necessidade de pouca mão de obra no trato dos animais e a possibilidade de acumular capital na forma de cabeças de gado, pois, como me disse o *Senhor J.A.*: “quando a coisa aperta a gente vende um bicho”. Esses fatores incentivam cada vez mais os moradores do Margarida Alves a tornarem-se produtores de leite. Afinal de contas, quem nunca sonhou em ser um “rei do gado” e ter uma boa renda?

Digo isso para que fique claro que aqui não quero em momento algum classificar o camponês pequeno agricultor como um capitalista; porém, essa lógica de reduzir a mão de obra na produção e ainda assim manter uma renda adequada às necessidades familiares pode ir de encontro ao pensamento de Chayanov (1925) quando diz que “o trabalho está ligado ao gasto de esforço físico e os ganhos são proporcionais a este esforço”. No caso dos assentados do Margarida Alves, há o seguinte entendimento: “faz-se menos esforço criar gado leiteiro e se ganha mais”. A criação de gado leiteiro no assentamento é uma prática que se torna mais comum e atrativa a cada dia. Sempre foi do costume do camponês possuir uma ou duas “vaquinhas” leiteiras para o sustento da família; todavia, com a visão de que se pode aumentar a renda com a produção de leite, mesmo em pequena escala, e que a demanda de mão de obra é menor que para a agricultura, os camponeses viram-se atraídos por essa atividade produtiva.

O rebanho do assentamento Margarida Alves vem crescendo razoavelmente e as famílias, em contrapartida, vem-se reduzindo os “seus braços” devido, por exemplo, a continuidade dos estudos dos filhos. “Um se aproveita do outro”, já que no trato dos pequenos rebanhos leiteiros de cada assentado a necessidade de mão de obra raramente aumenta, como visto na casa onde fui hóspede por mais tempo durante o trabalho de campo. Precisa-se apenas de uma pessoa para ordenhar a vaca, levar o leite até o tanque resfriador mais próximo

¹¹ Italac Goiasminas Indústria de Laticínios; Parmalat Brasil S/A; Três Marias Indústria e Comércio; Laticínio Vitalli; Tradição Indústrias de Laticínios; Canaã Indústria de Laticínios; entre outras.

ou deixar na frente da propriedade e pronto, duas vezes ao dia e no final do mês a renda está garantida.

A renda mensal oferecida pelos laticínios e a demanda contínua por leite e seus derivados é um dos motivos desse gradativo aumento do número de cabeças de gado no Margarida Alves.

Quadro 3 – Número de cabeças de gado no assentamento em 2013.

CRIAÇÃO DE GADO LEITEIRO (Nº DE CABEÇAS) EM 2012	TAXA%
MENOS DE 20 CABEÇAS	17,2 % dos moradores
DE 20 a 39 CABEÇAS	22,2 % dos moradores
DE 40 a 59 CABEÇAS	17,3 % dos moradores
DE 60 a 79 CABEÇAS	13,6 % dos moradores
DE 80 a 99 CABEÇAS	6,2% dos moradores
100 ou MAIS CABEÇAS	3,7% dos moradores
NÃO POSSUI CABEÇAS	19,8% dos moradores

Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

Cerca de 19,8% dos moradores afirmam não possuírem vacas leiteiras em seu lote, enquanto 22,2% possuem entre vinte e trinta e nove cabeças; porém, o interessante é vermos que 13,6% dos assentados possuem entre sessenta e setenta e nove animais, e ainda um pequenino grupo de 3,7% que já possui cem ou mais cabeças de gado leiteiro.

Parte dos assentados tem muito interesse em aumentar seu rebanho e diminuir seu trabalho, inclusive alguns dos moradores com quem conversei já conseguiram comprar terras na zona rural de Ouro Preto do Oeste e, recentemente (2012), um deles se tornou sócio de uma padaria em Nova União.

Todas essas mudanças rompem, em alguns casos, com a lógica que os movimentos sociais afirmam nos assentamentos, o alerta para que os camponeses não se tornem pequenos capitalistas rurais e acumuladores de terra e de gado; porém, existe uma indústria (ligada ao capital agroindustrial) que incentiva, desarticula e encanta os camponeses assentados menos atenciosos e diria mais gananciosos.

De acordo com levantamento recente feito por Heriberto Fernandes da Silva, morador do Margarida Alves e graduado em Gestão Ambiental pelo IFRO Colorado do Oeste, a bovinocultura leiteira representa 87% das atividades econômicas desenvolvidas no Margarida Alves (SILVA, 2015). É mais um dado que reforça o nosso argumento do interesse pela produção de leite.

A produção de leite no assentamento é recolhida diariamente por caminhões tanque, a mando dos laticínios locais. Essas empresas fornecem, na maioria das vezes, também os tanques resfriadores de leite (figura 11) e o caminhão para fazer a retirada do produto, duas vezes ao dia.

Figura 15 – Tanque resfriador de leite na Gleba 6 do Margarida Alves.



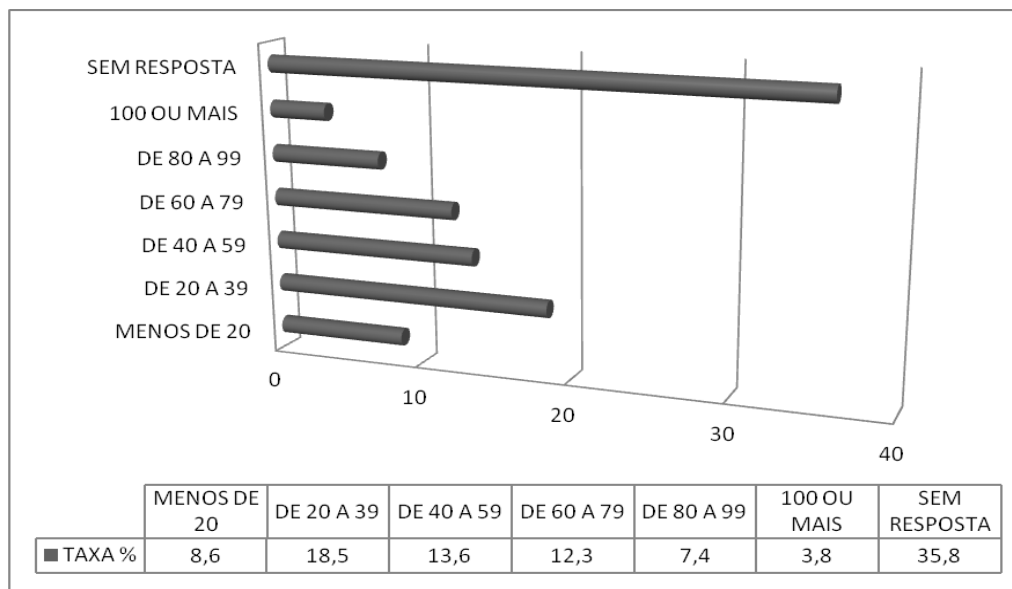
Fonte: Marcel Eméric Bizerra de Araújo, 2013.

O leite coletado em todas as sete glebas do assentamento é repassado aos laticínios por um valor médio de R\$ 0,60 (sessenta centavos de real), e a produção de cada morador varia de acordo com a quantidade de cabeças de gado que possuem e, também, de acordo com o período do ano, sendo que no período de seca (maio a setembro) a produção diminui consideravelmente.

Os resfriadores são conseguidos por intermédio da cooperativa (COMEAFES) e da intervenção de agentes locais; o assentamento tem seu representante no legislativo municipal, o vereador “Neguinho”. Na ocasião do trabalho de campo, os assentados aguardavam a chegada de três resfriadores que seriam doados pelo MST, além do grande sonho dos moradores do Margarida Alves: a agroindústria de leite que será construída com recursos do

Governo Federal pleiteados pelo MST. O Gráfico 6, a seguir, mostra a produção diária de leite no assentamento.

Gráfico 6 – Produção diária de leite (litros) em 2013.



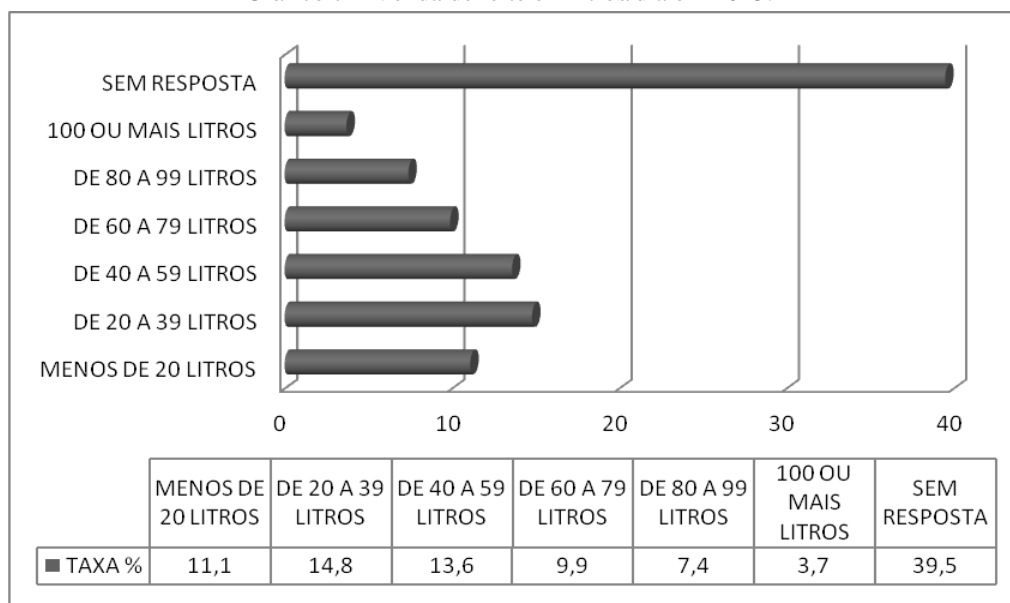
Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

Pode parecer estranho o número de assentados que não responderam a essa pergunta, mas existem explicações para tal fato. O primeiro está relacionado a quem responde a essa pergunta, porque, em muitos casos, quem negocia o leite ainda são os homens e apenas eles; logo, quando as mulheres respondiam a essa pergunta, muitas vezes não sabiam detalhes com exatidão e preferiam não opinar. A igualdade de gênero foi um dos indicadores baixos do Margarida Alves no IDURAMAZ.

Outro fator interessante, é que muitos não queiram mesmo dizer quanto produziam, por receio de acharmos, por exemplo, que estavam ganhando muito. Esse receio nada mais é do que certo pudor em dizer quanto ganham, já que isso refletia na pergunta sobre renda familiar.

Consequentemente, quem não respondeu quanto produziu, também não declarou qual era o volume em litros por dia, vendido aos laticínios. O gráfico 7, a seguir, mostra a relação dos moradores em porcentagem e a quantidade de litros vendidos.

Gráfico 7 – Venda de leite em litros/dia em 2013.



Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013

O gráfico mostra que prevalece uma média entre vinte a quarenta litros de leite vendidos pela maioria dos assentados, uma pequena, mas significativa parcela dos moradores do assentamento vende de sessenta e oitenta litros/dia. Apenas cerca de quatro por cento dos assentados conseguem vender cem litros ou mais e estão naquele grupo de pessoas interessadas em acumular e que fogem da lógica do campesinato.

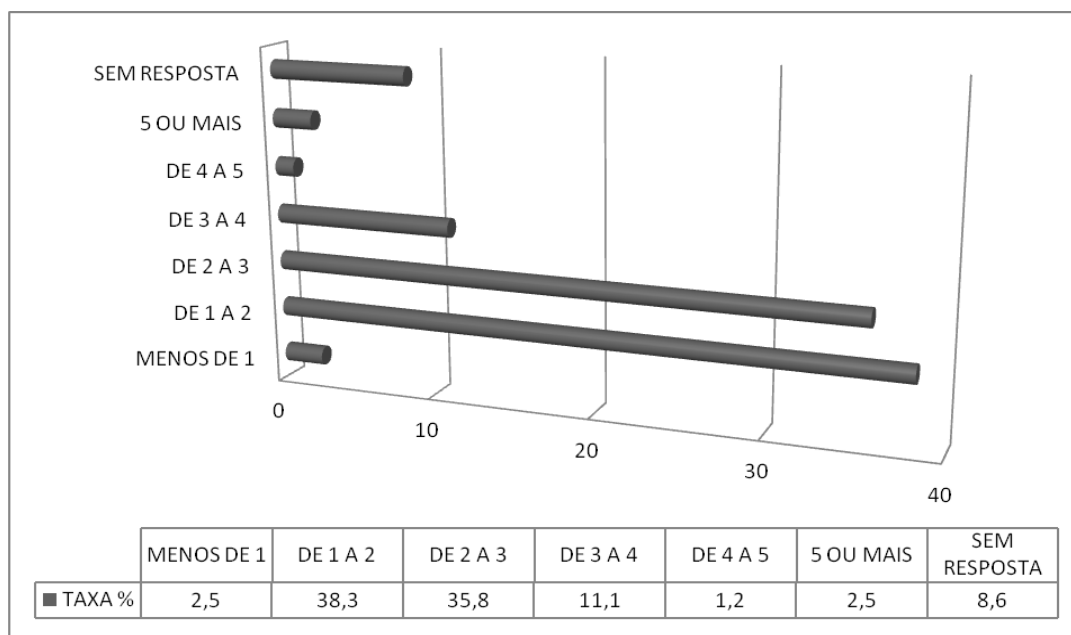
Das cerca de setenta famílias com as quais conversei e fiz as perguntas base para este trabalho, encontrei uma pequena, mas significativa parcela de pessoas que moram no assentamento, porém não tem ligação alguma com a tradição rural e que tem seus investimentos e lógica de consumo vinculados ao meio urbano.

Nesse caso, a lógica dita convencional do pequeno produtor passa a ser vista de forma invertida dentro do assentamento, onde famílias já se organizam para acumular terra e criar mais gado, visando ao aumento da renda do leite. Martins (apud WANDERLEY, 2009) esclarece sobre essa renovação no modo de vida camponês dizendo que:

Quando o trabalhador realiza o ideal burguês de transformar-se em proprietário independente, nas condições indicadas, desloca-se para uma posição social em que o desempenho da condição de camponês pressupõe a um só tempo, e contraditoriamente, a realização das concepções burguesas relativas à condição de proprietário da renda capitalizada, isto é, de capital, e a absorção dos resultados extremos do desenvolvimento desigual. (MARTINS, 1973 apud WANDERLEY, 2009, p. 89).

A renda originada na venda do leite é responsável pela gradual melhoria na qualidade de vida dos assentados quanto à aquisição de novos itens domésticos como computadores, geladeiras *duplex*, carros “do ano”, tevês tela plana em LCD, *smartphones* e outras tecnologias.

Gráfico 8 – Renda familiar estimada em 2013 em salários mínimos

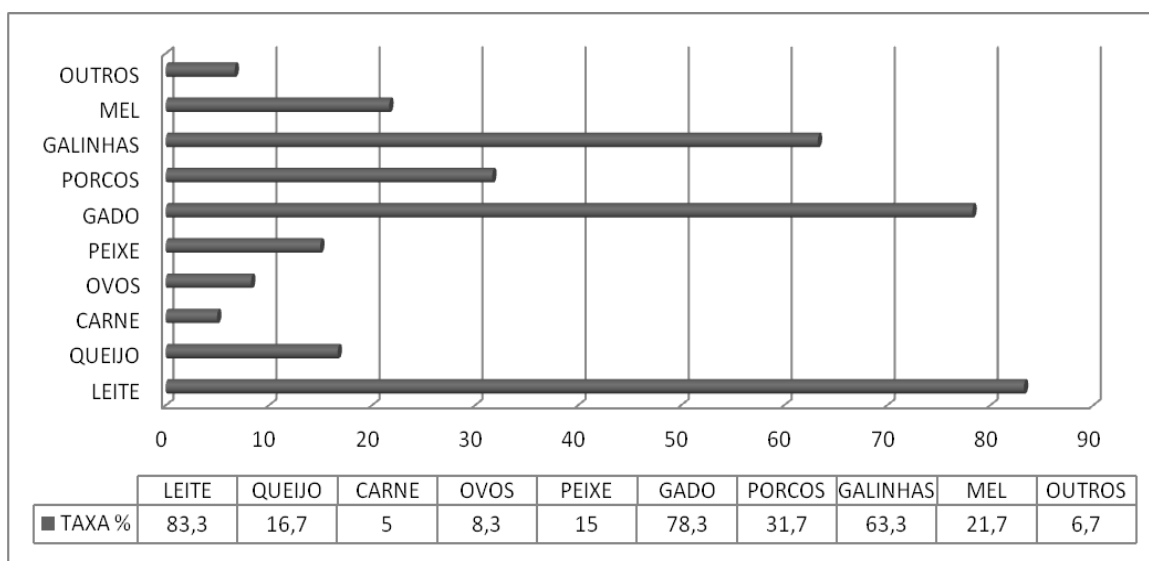


Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

A base da renda no assentamento está diretamente ligada ao trabalho agrícola. Algumas famílias recebem auxílios do governo federal como Bolsa Família ou auxílio saúde; porém, infelizmente, pelo motivo de muitos não revelarem com exatidão seus benefícios, devido a certos receios, não apresento aqui o gráfico com essa proporção.

Dados da primeira etapa do DURAMAZ já mostravam o leite como um dos produtos que as famílias mais vendiam, dentre o universo de outros produtos comercializados, como gado, galinhas e porcos (gráfico 9).

Gráfico 9 – Produtos vendidos pelas famílias do Margarida Alves em 2008.



Fonte: IDURAMAZ, 2008.

Entre os itens que mais deram renda às famílias, já estava o leite, juntamente com outros produtos (quadro 4). Nesse ponto em específico, não houve rupturas, mas continuidades em relação à produção leiteira.

Quadro 4 – Produto que deu mais renda às famílias em 2008.

QUAL FOI O TIPO DE PRODUÇÃO QUE MAIS DEU RENDA?	TAXA %
AGRÍCOLA	25
EXTRATIVISTA	1,7
LEITE, OVOS, MEL	73,3

Fonte: IDURAMAZ, 2008.

Parte dos assentados do Margarida Alves participou de projetos da “falida” APA de Ouro Preto do Oeste, onde aprenderam várias técnicas em relação à produção de itens oriundos do campo, assunto que foi um dos objetos de pesquisa do IDURAMAZ.

Na tabela acima, o leite, o mel e os ovos predominam como itens que mais deram renda aos assentados na ocasião do IDURAMAZ; logo, não houve rupturas.

5.3. A renda agrícola como incremento do lar: novas tecnologias e conforto para os camponeses

As inovações no modo de vida dos assentados, causadas pela modificação do seu trabalho, remetem a uma velha discussão existente no âmbito da Geografia Agrária: “O camponês estaria gradativamente se extinguindo ou se transformando em outra classe social?” “Poderia estar tornando autônomo no modo de produzir?” José de Souza Martins explica que:

Essa absorção se realiza essencialmente através do trabalho familiar autônomo, a partir do qual os componentes da atividade econômica agrária – renda territorial, capital trabalho – não se tornam independentes uns em face dos outros. O camponês não desaparece para dar às classes sociais que poderiam daí derivar (proprietários, burgueses e proletários) e, consequentemente, o capital não se liberta dos outros componentes para se reproduzir autonomamente [...] (MARTINS, 1973 apud WANDERLEY, 2009, p. 89).

Essa questão fortifica o interesse da maioria dos camponeses pequenos produtores em manter seu capital ou mesmo aumentá-lo, nem que, para isso, essas pessoas acabem indo de encontro às ideologias do movimento social que as colocou na terra de trabalho.

O MST foi responsável pela luta para efetivação do Margarida Alves e, em conversa com as lideranças do próprio assentamento, essa prática de acumulação de terra e capital é algo indesejado pelo movimento, pois segundo um dos membros¹²:

traz a diferença e até conflito pra dentro do assentamento, já que nem todo mundo tem dinheiro pra comprar terra e gado. A terra aqui num é pra ter valor em dinheiro, mas muita gente que não viveu debaixo da lona vende parte da terra ou troca por moto e carro porque num sabe o valor de verdade que ela tem.

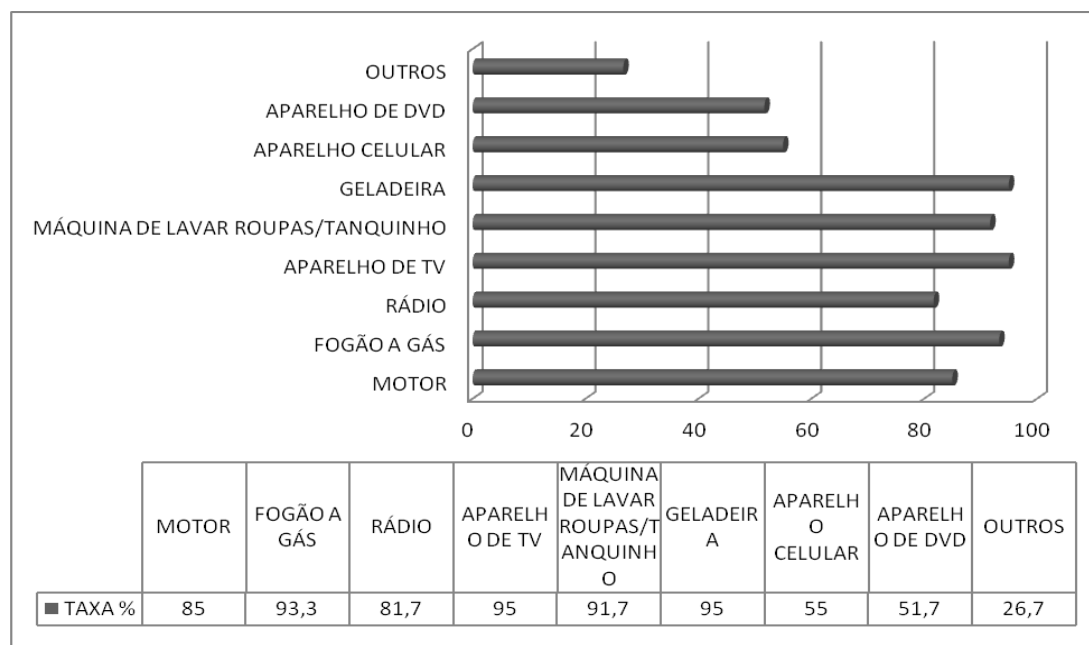
Muitos já venderam parte dos seus lotes para familiares ou pessoas da cidade, além de arrendarem-nos também para atividades rurais diversas. A renda obtida por essas atividades reduz o tempo de trabalho da maioria dos assentados, os quais, tendo menos terra, têm de se ocupar menos também, podendo se empenhar em outras atividades que antes não podiam realizar, como estudar, participar de cursos de formação oferecidos pelo MST, trabalhar no serviço público e até ocupar cargos políticos no município.

Comparando nossos dados com os do IDURAMAZ, em relação aos itens presentes nas residências, percebemos um aumento notável na porcentagem de moradores que possuem

¹² Esta fala é do *Senhor J.A.*, pessoa que nos apresenta outra realidade atual nos assentamentos, que é a “venda” da terra recebida.

itens como celulares, aparelhos de tevê, além de outros itens domésticos que não apareciam na pesquisa do IDURAMAZ (2008).

Gráfico 10 – Itens presentes nas residências em 2008 (IDURAMAZ)



Fonte: IDURAMAZ, 2008.

O gráfico a seguir contém os dados de nossa pesquisa, tendo como espelho a metodologia aplicada no IDURAMAZ. Podemos verificar o aumento de bens de consumo, supracitado, em relação a vários itens de utilidade do lar e individual para os assentados.

ponto, polêmico dentro do assentamento, mas que gera renda para quase todos os moradores do Margarida Alves: a retirada de madeira da reserva em bloco, por meio do plano de manejo implantado pela cooperativa do assentamento.

O gráfico 12 demonstra a consolidação do programa “Luz para Todos”, o qual, segundo o sítio da Eletrobras (2015), iniciou no ano de 2004 no Estado de Rondônia. Esse foi o mais importante programa governamental a levar melhorias para os assentados, seguido por ações locais intermediadas pela cooperativa do assentamento (COMEAFES), como a aquisição de um trator para realizar serviços diversos nas glebas.

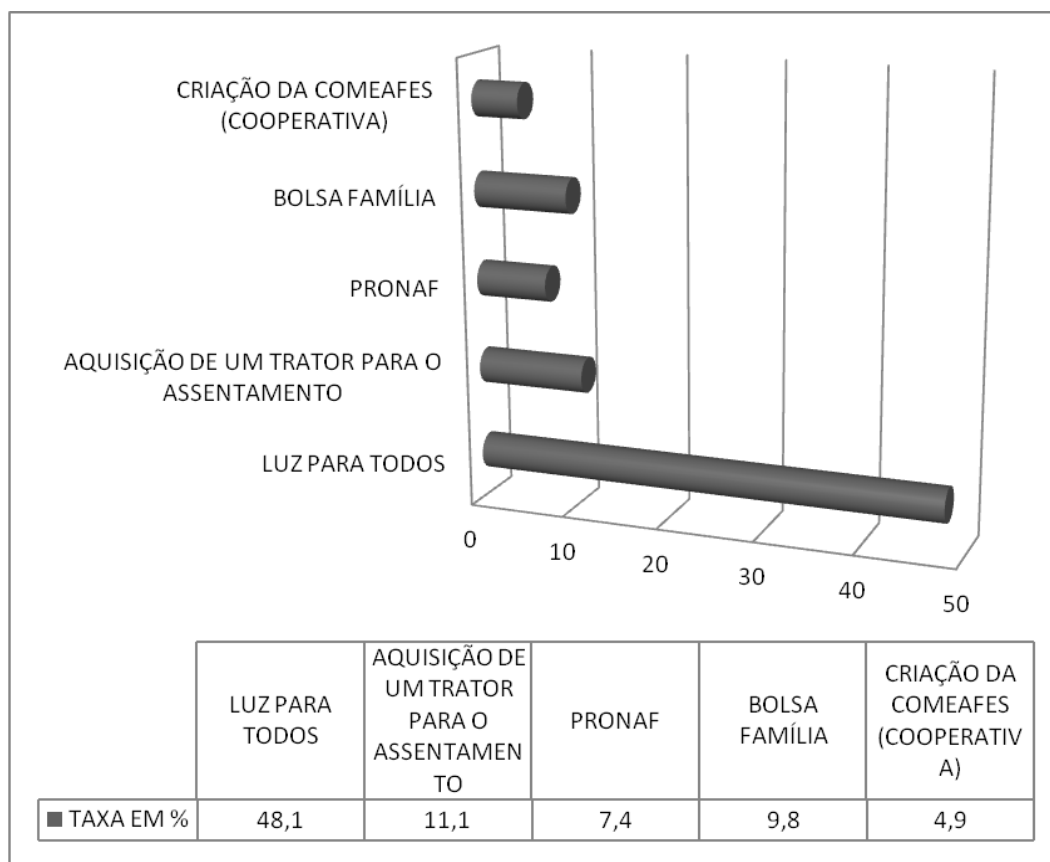
O Programa Bolsa Família também é considerado importante para uma parte das famílias (9,8%) com as quais conversamos. O Bolsa Família é:

um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país [...] integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MDS, 2015).

Esse é um dos dados que julgo muito importante para este trabalho. Via de regra, a população leiga em relação às discussões realizadas no âmbito acadêmico, e influenciada negativamente pela grande mídia crer que os moradores de assentamentos de reforma agrária são unicamente dependentes de programas de transferência de renda direta como é o caso do Bolsa Família.

Ao apresentarmos que tal benefício não é tido como o principal incremento da renda dos assentados, temos a dimensão da disposição e vontade para o trabalho por parte dos que ali estão.

Gráfico 12 – Ações que melhoraram a vida dos assentados.



Fonte: dados primários coletados pelo autor no assentamento, 2013.

O PRONAF aparece em quarto lugar para essas pessoas como possibilidade de melhoria da renda e da qualidade de vida no assentamento. De acordo com o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), o PRONAF tem como objetivo, dar:

apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural (BNDES, 2015).

Vários moradores diziam usar os “empréstimos” do PRONAF para aquisição de materiais para construção e reforma de suas casas, construir currais e cercas, além de comprar uma “vaquinha leiteira” sempre que dava; todavia, nem todos os assentados têm perfil para requererem esta linha de crédito.

É interessante analisarmos o fato de que a criação da cooperativa dos assentados é vista por muitos como algo que não trouxe grandes benefícios (ou benefícios visíveis e palpáveis) para a comunidade; no entanto, um ponto em especial causa muita polêmica dentro do assentamento Margarida Alves, que é a retirada de madeira da reserva em bloco por intermédio do plano de manejo implantado pela cooperativa do assentamento e também de forma clandestina.

5.4. A Reserva Legal do Margarida Alves

5.4.1 Conflitos e perspectivas de futuro a partir do Plano de Manejo Florestal

As temáticas ambientais também permeiam as discussões sobre crescimento econômico no assentamento Margarida Alves. Por ser um assentamento fruto das lutas pela terra por parte do MST, grande parte dos assentados mantém uma relação harmoniosa com a natureza local, pois o próprio movimento social obriga-se a levar ao seio dos assentamentos o seu entendimento e ideologia relativos ao trato com o meio ambiente natural.

Os assentados do Margarida Alves possuem uma grande riqueza natural em seu território, uma reserva legal em bloco. O primeiro conceito de Reserva Legal (RL):

surgiu em 1934, com o primeiro Código Florestal. Foi atualizado em 1965, na Lei Federal nº 4.771 (o Código Florestal recentemente revogado) que dividia as áreas a serem protegidas de acordo com as regiões, e não pelo tipo de vegetação como é no atual Código. Fixava um mínimo de 20% a ser mantido nas "florestas de domínio privado" na maior parte do país, ressaltando uma proibição de corte de 50% nas propriedades "na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste" (OEKO, 2015).

Para o IDAF (2015), é uma área de no mínimo vinte por cento (20%), localizada no interior de uma propriedade rural, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais. No atual Código Florestal, a definição de Reserva Legal é a seguinte:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei entende-se por: (...) III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a **função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural**, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012, grifo nosso).

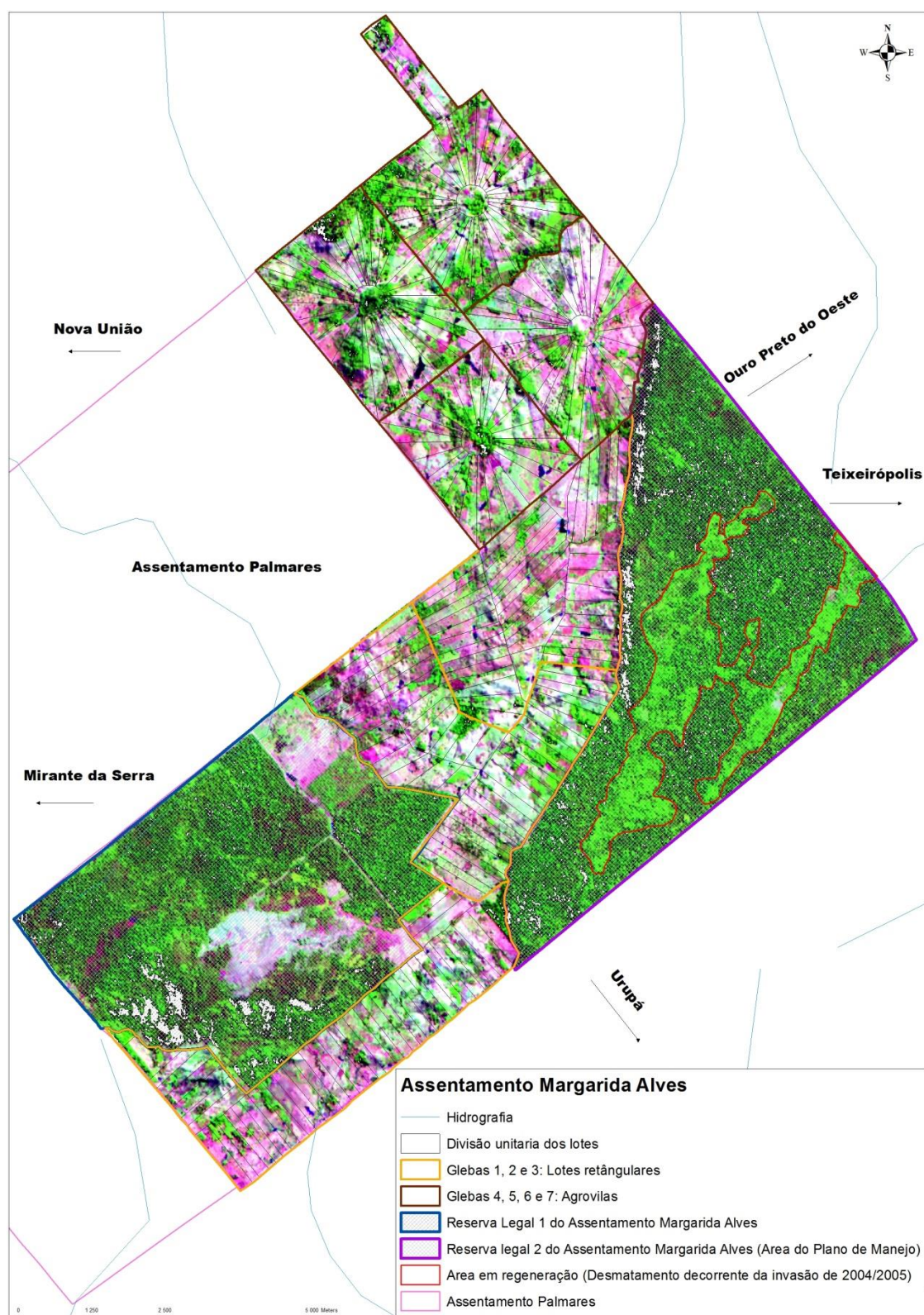
Sendo uma exigência legal e trazendo benefícios para o assentado, a Reserva Legal foi instituída no Margarida Alves com um grande intuito de se fazer uso dos recursos madeireiros ali existentes; porém, a RL do Margarida Alves é uma reserva em “bloco”, ou seja, todas as parcelas de 20%, que obrigatoriamente devem ser destinadas a esse fim, dentro da propriedade ou posse rural de cada morador, está aglutinada em uma área “fora” dos lotes em uma área de cinco mil hectares de RL (PIRES NEGRÃO et al., 2014) dentro do perímetro do assentamento.

O Margarida Alves, por questões de divergência ideológica em relação ao vínculo com o MST e quanto ao modo de ocupação, é dividido em sete glebas (como já foi dito anteriormente) sendo as glebas 01, 02 e 03 divididas em formato convencional (retangular) e as demais (04, 05, 06 e 07) em formato radial, as chamadas agrovilas.

Uma das dificuldades em se coletar informações em cem por cento da área do assentamento é justamente essa divisão entre agrovilas e lotes tradicionais. Os moradores dos lotes tradicionais nutrem certa rivalidade e aversão a tudo que é proposto pelos moradores das agrovilas.

Os assentados dos lotes tradicionais são, em sua grande parte, moradores que não têm origem nos movimentos sociais (nesse caso o MST) e muitos “compraram” lotes de assentados que, por vários motivos, abandonaram o desejo de permanecer na terra conquistada. Durante a coleta de dados para este trabalho, fiquei hospedado sempre nas agrovilas (glebas 04 e 07) devido à dificuldade de acesso e de comunicação com os moradores dos lotes tradicionais. Até que eu conseguisse “ganhar a confiança” dos assentados e obtivesse informações a esse respeito, foram quase trinta dias de conversas. Realmente falar sobre a retirada de madeira da RL e a da relação com os moradores das glebas 01, 02 e 03 era algo complicado. A imagem a seguir mostra com detalhes a divisão do assentamento e as áreas de RL (figura 16).

Figura 16 – Assentamento Margarida Alves: divisão espacial e RL.



Fonte: Pires Negrão, et al., 2014.

Os conflitos motivados dentro e fora do assentamento culminaram na elaboração de um plano de manejo, do qual apenas os habitantes das agrovilas aderiram massivamente, fazendo da RL do Margarida Alves um ponto de fragilidade no território (PIRES NEGRÃO, et al., 2014), onde disputas pela madeira da RL são constantes e acirradas.

Uma das grandes questões polêmicas em relação ao plano de manejo do assentamento está ligada ao acesso dos moradores das agrovilas à RL. Se observarmos a imagem anterior (figura 12) veremos que a maior parte fronteira com a área de RL compõe-se dos lotes tradicionais. Ouvi muitas histórias a respeito da retirada ilegal de madeira na RL, principalmente por parte dos moradores “tradicionais”.

Segundo alguns assentados das agrovilas, onde a organização comunitária é aparentemente maior, os moradores dos lotes tradicionais facilitam a entrada de pessoas externas ao assentamento para retirar madeira das áreas de RL. A análise da imagem anterior (figura 12) revela um rareamento de vegetação no centro de uma das partes da reserva (a maior), identificado pelo tom mais claro de verde. Os moradores que “denunciam” a retirada ilegal de madeira afirmam que a retirada é feita no centro da reserva para não “dar nas vistas”.

Em meu trabalho de campo, foram-me confidenciados casos de “arrepia”, histórias de emboscadas e violência e até morte devido à retirada ilegal de madeira. O *Senhor J* (já citado em outros momentos deste trabalho) contou-me da existência de um primeiro plano de manejo criado para o assentamento no início da década de 2000, porém foi cancelado devido a interesses políticos locais. Na ocasião, esse morador mostrou-me uma cópia do documento com os carimbos de “anulado”.

A COMEAFES está à frente da execução de um novo plano de manejo para o assentamento, já que o primeiro (cancelado) foi elaborado a pedido da hoje inexistente APA (Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste)¹⁴. Os assentados não são obrigados a aderir ao plano de manejo, por isso uma das dificuldades em se concretizar tal projeto.

Os assentados dos lotes tradicionais não aderiram a esse novo plano de manejo proposto e encomendado a uma empresa de Porto Velho (não me revelaram o nome) pela cooperativa. Na ocasião de minha estada, até fui presenteado com uma camisa que faz “propaganda” do plano de manejo. Cheguei também a presenciar uma vez a saída de uma

¹⁴ Para saber mais sobre a APA de Ouro Preto do Oeste ler KOHLER, et al. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/157/1/LizMuseu2011.pdf>.

caminhonete de luxo, saindo do lote de uma das lideranças do assentamento com um saco de camisetas na carroceria.

Visitei, juntamente com alguns assentados, a RL do assentamento já que, segundo eles, era perigoso entrar lá sozinho, correndo o risco de me perder ou me deparar com algum intruso lá dentro, fato último que também colocaria minha vida em risco. As fotografias a seguir são de árvores pré-catalogadas para corte dentro da RL, fruto da equipe que está elaborando plano de manejo local.

Figura 17 – Árvores catalogadas para corte imediato e corte futuro na RL: plano de manejo.



Fonte: Luciana Riça Mourão Borges – trabalho de campo DURAMAZ2, 2013.

Os interesses conflituosos dos assentados em relação à madeira da RL é “justificado” quando pensamos no alto valor comercial que tem essa mercadoria em qualquer parte do mundo. A expectativa dos assentados era de rápida conclusão do plano de manejo para que pudessem fazer uso desses recursos tão importantes e que, por direito, pertence a eles, sem conflitos, sem desgaste da natureza e com sabedoria para a melhoria da qualidade de vida para seus moradores.

A madeira, além do leite, seria o recurso que mais tranquilidade financeira traria aos camponeses do Margarida Alves. É fato que alguns dos assentados da agrovila também já retiraram madeira de forma irregular. Eles próprios comentam que, em casos extremos, para salvar um ente querido de uma doença ou apuro financeiro, já recorreram à madeira da RL.

A grande dificuldade em concretizar o plano de manejo é realmente a diferença ideológica entre os moradores da agrovila dos lotes, conhecidos pejorativamente como “quadrado burro”. Os moradores dos lotes tradicionais não querem de maneira alguma participar do plano de manejo. Em conversa rápida com um dos moradores, insistiu que a madeira dele estava lá (na RL) e que não tinha mandado ninguém misturar as coisas por lá, porque na mata não tinha número do lote para saber de onde tirar a madeira dele, então iria tirar madeira de onde lhe fosse mais fácil.

Essa dificuldade de diálogo já acarretou até mesmo mortes no assentamento. Infelizmente, enquanto essa questão se arrasta, torna-se um entrave para um melhor desempenho econômico do assentamento. Caso realmente o plano se concretize um dia, ao menos os moradores da agrovila terão como receber o “lucro” de se preservar a natureza.

Há também o interesse em se criar uma área de lazer – um balneário – em uma área da reserva que dispõe de uma queda d’água, uma cachoeira para os moradores locais, o que traria outra fonte de renda para o assentamento como um todo, mas esse projeto também esbarra na falta de diálogo entre os moradores; todavia, não só de conflitos vive o assentamento, as perspectivas em relação à melhoria e à permanência na formação escolar também merecem destaque no assentamento.

5.4.2 Os jovens assentados: um pouco sobre educação e trabalho

Os jovens camponeses já apresentam uma tendência de redução nas suas ocupações laborais, cujas tarefas ficam mais restritas a recolher o leite e “apartar os bezerros” e, nas poucas famílias que ainda possuem algum plantio, ajudar os pais no plantio e na colheita.

Tendo em vista o histórico dos pais, muitos deles oriundos da zona rural de outras partes do país e muitos sem nenhuma formação escolar ou acadêmica, projetam nos filhos a vontade de vê-los “com estudo”. “A gente tudo aqui num tem estudo, mas quer que os filho estude e possa trabalhar aqui com a gente ajudando mais”, diz um assentado entrevistado, quando questionado sobre a importância do estudo para os filhos.

No assentamento Margarida Alves, a Escola Polo Antônio Carlos (figura 14) oferece todas as séries do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e está localizada na gleba 5, onde os filhos dos assentados em idade de frequentar o ensino fundamental estudam (crianças e adolescentes). Grande parte dos jovens com quem conversamos está procurando concluir o ensino médio. A maioria dos que está cursando as séries do ensino médio, divide-se entre as

escolas da zona urbana de Nova União e a EFA (Escola Família Agrícola) que oferece formação técnica em agropecuária em regime de semi-internato no Município de Jí-Paraná, próximo à Nova União.

Figura 18 – Escola Polo Antônio Carlos (Gleba 5)



Fonte: Marcel Eméric Bizerra de Araújo, 2013.

Durante a pesquisa, encontramos três jovens cursando o ensino superior. São acadêmicos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de Rondônia, no Campus Colorado do Oeste, que fica a 462 km de Nova União. Há também o grupo dos jovens que concluiu o ensino médio e não tem perspectiva de cursar uma faculdade por falta de interesse e/ou também de opção.

Cursar uma graduação ainda é um sonho distante para os jovens assentados que veem nas dificuldades financeiras a grande barreira para a realização de tal sonho. A proporção de jovens que trabalham fora do assentamento ainda é pequena e, mesmo sem muito trabalho a ser feito no seu lote, preferem não buscar emprego na cidade, alimentando o que podemos chamar de “terceirização do trabalho no campo”. A mão de obra é muito valorizada para atividades consideradas pesadas no assentamento como fazer cerca, transportar animais, consertar pontes e estradas, produção de rapadura (figura 15) entre outras, então os jovens,

principalmente homens, preferem oferecer sua força de trabalho dentro do próprio assentamento.

Figura 19 – Produção de rapadura na gleba 6



Fonte: Marcel Eméric Bizerra de Araújo, 2013.

O Estado tem, com o passar dos anos, ampliado as oportunidades de acesso e de permanência na escola e também acesso à formação superior e pós-graduação, além de programas como Mais Educação, REUNI, PROUNI e FIES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campesinato, a racionalidade da produção é orientada para o bem-estar da família e não do mercado, pois as pessoas sempre produzem para o seu próprio sustento, sem se preocuparem com os preços dos frutos do seu trabalho. A grande ruptura no campo econômico e social dos assentados do Margarida Alves é a atual tendência de produção para o capital, valorizando a produção e os produtos, visando agora ao lucro, que será direcionado ao consumo. Abramovay (1998) diz que o trabalho camponês deve ser limitado a satisfazer as necessidades familiares, sem que se confundam com as prioridades de uma empresa, sendo o trabalho mais valorizado quanto mais se distancie desse objetivo.

O que por mim foi verificado nos 47 dias em que estive no Margarida Alves é que há, sim, por parte dos assentados (não todos), um desejo de se tornarem pequenos “acumuladores” de capital. A lógica atual, comparada com as informações do IDURAMAZ, às quais tive acesso, mostrou-me que a melhoria na qualidade de vida dos assentados em relação a itens possuídos e consumidos é uma realidade.

Mesmo com tantas modificações, o trabalho ainda não perdeu o caráter familiar no assentamento. Wanderley (1999), ao analisar os recursos da terra, o trabalho e o capital, descritos por Chayanov (1974), apresenta características que Rönhehl e Salamoni (2009) dão como contribuição explicativa para o citado caso:

O acesso a terra e aos meios de produção esboça a questão da autonomia de trabalhar no que é seu, com as suas próprias técnicas e meios de produção, os quais lhe outorgam uma autonomia no processo produtivo. O trabalho eminentemente familiar [...] se caracteriza por ser essencialmente familiar, pois esse representa um caráter subjetivo expresso pelo campesinato. (RÖNHELT; SALAMONI, 2009).

Tendo por base tal argumento, vemos que tudo o que foi citado até então sobre as alterações na dinâmica do assentamento Margarida Alves está expresso na necessidade de buscar a tão sonhada autonomia e auto-sustentação que só podem vir por intermédio dessa evolução “outorgada pelo processo produtivo”.

Wanderley (1988) diz que o sonho do camponês é “trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence” e nos presenteia com algo definitivo em relação aos propósitos dos assentados, que nada mais é do que manterem suas individualidades e características próprias do modo de produzir, sempre em busca de sua autonomia e autossustentação.

Dentro do objetivo de apresentar o assentamento Margarida Alves em sua complexidade, desde seu surgimento e as etapas de desenvolvimento, concluímos que é um local produtivo, situação que vai de encontro à visão errônea que parte da sociedade tem em relação aos assentamentos no Brasil. O espaço imaginativo, que Feliciano (2006) aborda em sua obra e já citado neste trabalho, é concretizado nas ações legais do Estado. Tenta apresentar à sociedade uma realidade construída e distorcida, principalmente por parte dos meios de comunicação, que apresentam o camponês, primeiramente, como um indivíduo ultrapassado e fadado à pobreza, como sugerido por Abramovay (1998), e que, por seu turno, não pode ou não deveria viver em boas condições, pois essa figura tende a extinguir-se.

Os trabalhos de Silva (2012, 2014b, 2014c e 2015) mostram como as políticas diretas de colonização do Estado Brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980, abriram as portas da Amazônia ocidental, especificamente de Rondônia, para o campesinato, justamente em um momento em que os camponeses, expropriados da terra de trabalho em outras regiões, clamavam por local adequado para viver.

Esse fato mostra a resistência do campesinato em meio ao capitalismo atual no Estado de Rondônia. Não podemos generalizar, é claro, afirmando que há uma totalidade em relação ao bom desempenho dos assentamentos no Estado, que reflitam a realidade de sucesso do campesinato. As adaptações no modo de produzir e adquirir bens de consumo e também terras (como alguns poucos camponeses do Margarida Alves) é forma de garantir a reprodução do campesinato.

Os avanços tecnológicos, somados a novos aspectos culturais (re)surgentes e o desenrolar da economia agrária dominada pelo grande capital agroindustrial, porém, nem sempre permitem a essas pessoas manterem o tão sonhado desejo de viver e de trabalhar em sua terra com a dignidade que lhes é devida. O relato aqui apresentado traz um recorte da realidade de muitos assentamentos Brasil a fora, onde “resistir e produzir” tornam-se bandeiras já “puídas” e desbotadas, sem força e autonomia, mas que se manterão tremulando enquanto os ventos do idealismo e da utopia soprarem por essas terras de Rondon.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Januário. *Mata virgem: terra prostituta*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

ABOLIÇÃO da escravatura. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf> Acesso em: 17 de ago. 2014.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas, Hucitec – Editora UNICAMP, 1998.

ALENTEJANO, Paulo R. R. e ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB, n. 84, p. 51-57, 2006.

ALVES D. S. Quantificar e compreender o desmatamento na Amazônia. O conhecimento científico e a formulação de políticas públicas para a Amazônia: A experiência do programa LBA. *III Conferência Científica do LBA, 2004*, Brasília: FINATEC, 23 de julho de 2004.

ALVES D. S. et al. Mapeamento do uso da terra em Rondônia utilizando técnicas de segmentação e classificação de imagens TM. *Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, 1996. Salvador: INPE, 1996, p. 392 400.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza: v. 08, n. 16, p. 147-156, jan- ago, 2009.

BOECHAT, P. T. V.; SANTOS, J. L. *Feira livre: dinâmicas espaciais e relações identitárias*. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da Safra Brasileira – Café. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_05_15_09_04_55_boletim_maio-2014.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. LEI DE TERRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 17 ago. 2014.

_____. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar no Brasil e o CENSO agropecuário 2006. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

_____. Novo Código Florestal. Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 17 fev. 2014.

BRASIL DISPÕE SOBRE AS TERRAS DEVOLUTAS DO IMPÉRIO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 15 fev. 2014.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “ponteira”: O caso de Rondônia. In: AUBERIN, Catherine. *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

CONFICONI, Andrea. *Riforma agrária de mercato: le controversie territoriali nel processo de redistribuzione fondiaria* (Serra Geral, Brasile). [S.I.: s.n], [2006?]

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *O campesinato, a teoria da organização e a questão agrária: apontamentos para uma reflexão*. Marília: Expressão Popular – Oficina Universitária, 2012.

DIAMICO, Manuela de Souza. Reformas de base: Goulart e a estrutura agrária. *Em Debat: Rev. Dig.* Florianópolis, n. 3, p.69-86, 2007.

DINIZ, Aldiva Sales. Reforma agrária brasileira uma breve discussão. *Homem, Espaço e Tempo*. Sobral: n. IV, p. 25-39.

DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.-M.v (Eds). *L'Amazonie brésilienne et le développement durable*. Paris: Belin, 2010 . 480 p.

ESCADA M.I.S., ALVES D. S. (2003b). Indicadores para a compartimentação da paisagem em unidades de ocupação em uma região de fronteira agrícola em Rondônia. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, (11: 2003: Belo Horizonte). *Anais...* São José dos Campos: INPE, 1099 1106.

ESTATUTO DA TERRA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm> Acesso em: 18 de ago. 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. *A territorialização do MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. Brasil. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1495-4357-1-PB.PDF>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *A trajetória político-educativa de Margarida Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural*. 2010. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, UFPB. João Pessoa, PB, 2010.

FERREIRA, Gustavo H. C. A colonização em Rondônia: lutas e perspectivas da agricultura camponesa. *Linguagem Acadêmica*. Batatais, v. 1, n. 1, p. 135-156, jan./jun., 2011.

GRYNSZPAN, Mario. *A questão agrária no governo Jango*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango> Acesso em: 17 de ago. 2014.

JOLLIVET, Marcel. MENDRAS, Henri. *Les collectivités rurales françaises 1*. Étude comparative de changement social. Paris: Armand Colin, 1971.

_____. *Les collectivités rurales françaises 2*. Sociétés payannes ou lutte d classes au village. Paris: Armand Colin, 1974.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972 (1898).

KOHLER, F.; Issberner, L. R.; LENÁ, P.; MARCHAND, G. Falência é fracasso? o caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. *Ciênc. Hum.* v. 6, n. 2 Belém May/Aug, 2011.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *L'agriculture familiale*. Du mythe à La réalité. Paris: L'Harmattan, 1994.

MACHADO, L. A fronteira agrícola na Amazônia. In: Becker, B. K., Christofolletti A., Davidovich F.R., Geiger P.P. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. p. 181-217, 1997.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n. 84, p. 105-136, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: < http://www.releituras.com/joaocabral_morte.asp> Acesso em: 11 de ago 2014.

MILLET, Jean-François. Tendências do imaginário. Disponível em: <<http://www.tendimag.com/?s=Millet>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

MODALIDADE de projetos de assentamentos criados pelo INCRA na atualidade. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/DefinioTiposdeAssentamentoeCrditos.pdf> Acesso em 19 mar. 2015.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964). *XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011. São Paulo: ANPUH, 2011, p.1-16

O QUE É AGRICULTURA FAMILIAR? Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> Acesso em: 28 fev.2015.

O QUE É RESERVA LEGAL. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27492-o-que-e-reserva-legal>> Acesso em: 11 mar. 2015.

O QUE É RESERVA LEGAL E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA? Disponível em: <<http://www.idaf.es.gov.br/Download/Reserva%20legal.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2015.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. *A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará, Brasil*. 2005. 379f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. p. 68-71. Disponível em: <www.ffmpeg.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf> . Acesso em: fev. 2015.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos. *Migração e reprodução social de agricultores familiares em Nova União, Rondônia, Brasil*. 2000. 117 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2000.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. *O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre*. Rio Claro : [s.n.], 2009.

PINTO, Milton José. Introdução: A mensagem narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa: novas perspectivas em comunicação* livro 1, 4. ed. Seleção de ensaios da revista “.Communications”. Petrópolis: Vozes Ltda., 1971.

PIRES NEGRÃO, M. et al. Desmatamento, reserva legal e sustentabilidade em Rondônia (Brasil): uma análise dos padrões de evolução da cobertura vegetal em áreas de assentamento. Colloque Envibras: Environnement et géomatique : approches comparées France – Brésil, 2014. Rennes (FRA).

PROGRAMA luz para todos executado pela Eletrobras: distribuição Rondônia ultrapassa a meta de 61 mil famílias atendidas. Disponível em: <<http://www.eletobrasrondonia.com/slNoticias.cfm?id=157>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

RONDÔNIA (2007). *Zoneamento socioeconômico-ecológico do estado de Rondônia: um instrumento de gestão ambiental a serviço do desenvolvimento sustentável de Rondônia*. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br/index.php/p/acervo-tecnico-zoneamento/cartilha-zeero.html>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

SAMPAIO, Plínio Arruda. *Reforma agrária é condição para preservar o meio ambiente*. Página Agrária do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/san/san49.htm.04>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. Hucitec, São Paulo 1998.

SANTOS, Rildo Ferreira dos. *Pesquisa participante: o que é como se faz*. Disponível em: <<https://baixadacarioca.wordpress.com/2012/03/19/pesquisa-participante-o-que-e-como-se-faz/>> Acesso em: 19 mar. 2014.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico- metodológica. *Boletim paulista de geografia: trabalho de campo*, n. 84, jul. 2006, São Paulo, AGB ISSN 0006-6079.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel Gonzales de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Tradução literal [de] Ênio Guterres e Horácio de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Das margens do rio Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970 – 1995). In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de ; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; SILVA, Ricardo Gilson d Costa. (Org.). *Colonização, território e meio ambiente em Rondônia. Reflexões geográficas*. Curitiba: Editora SK, 2012, v. 1, p. 1-24.

_____. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. *Globalized Amazon: from agricultural frontier to agribusiness territory – the Rondônia example. Confins* (Paris), p. 1-30, 2015.

_____. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v. 18, p. 298-312, 2014b.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrário em Rondônia. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. XVI, p. 163-174, 2014c.

SOUZA, Ana Maria Oliveira et al. *A integração da Amazônia por meio de incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA: reflexos para o desenvolvimento nacional*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/seminarioamazonia/wp-content/uploads/2010/08/Artigo-SUFRAMA.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2013.

THÉRY, Hervé. *Mutações de um território federal na Amazônia brasileira*. Paris: Paris I, 1976. Tese (Doutorado em Geografia). Panthéon-Sorbonne: Paris I, 1976.

UM HISTÓRICO DO MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>> Acesso em: 18 ago. 2014.

.....